



CASA PRÓPRIA

Política habitacional garante moradia digna a paraibanos

Com mais de 39 mil unidades contratadas desde 2023, pelo MCMV, estado é destaque nacional. **Página 5**

PB é destaque na criação de startups da educação

Estudo realizado pelo Sebrae revela que o estado ocupa o 2º lugar no Nordeste nesse segmento.

Página 17

Subnotificação afeta registros de violência patrimonial

Número de casos apresentou queda de 47% no primeiro semestre de 2025, em comparação ao mesmo período do ano passado.

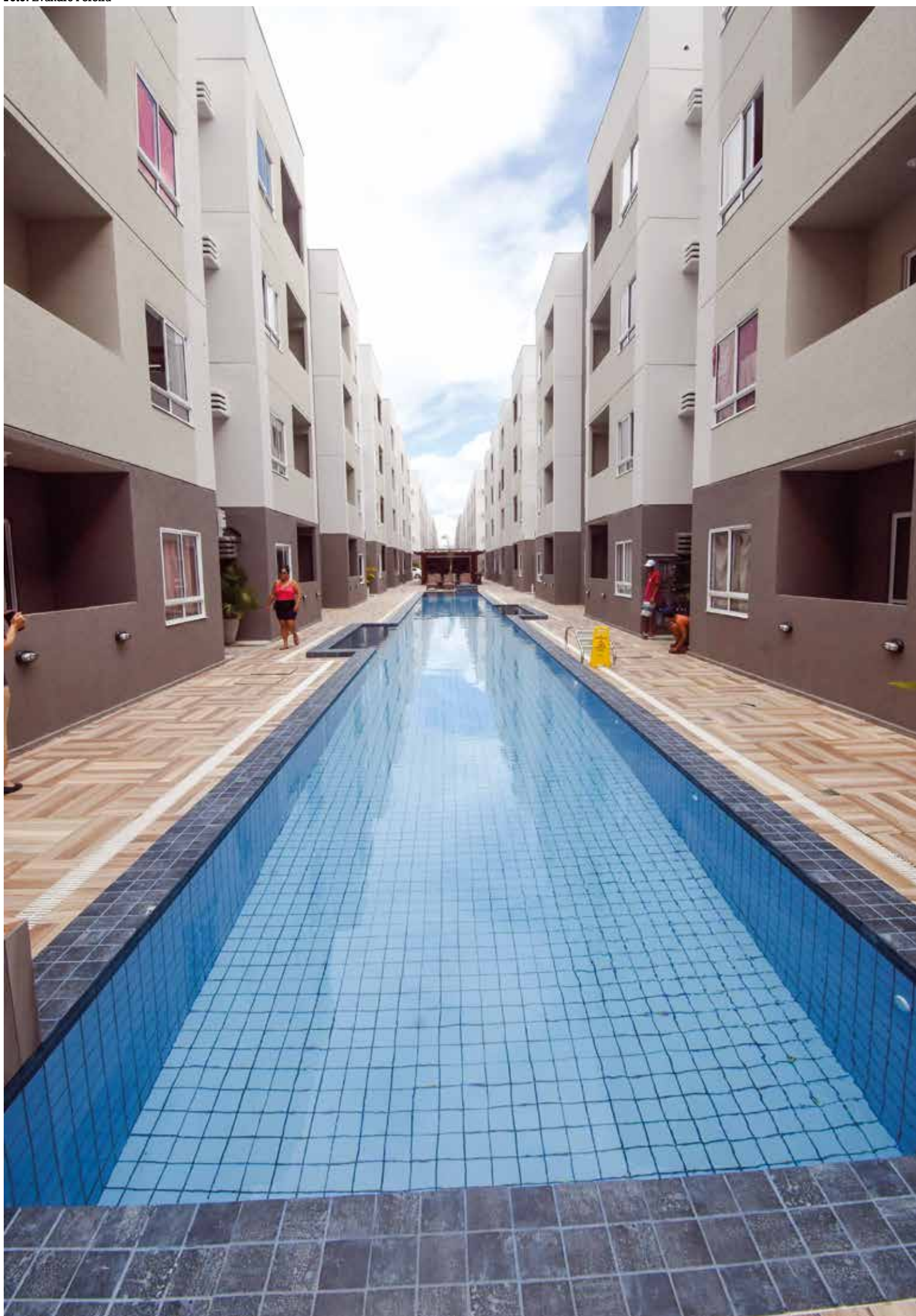
Página 7

Sousa e Treze jogam, hoje, sem chances de classificação

Times enfrentam os adversários, às 16h, de forma protocolar, em partidas que marcam a despedida de ambos da Série D.

Página 21

Foto: Evandro Pereira



Projetos unem os governos Federal e Estadual na construção e entrega de residências em todas as cidades

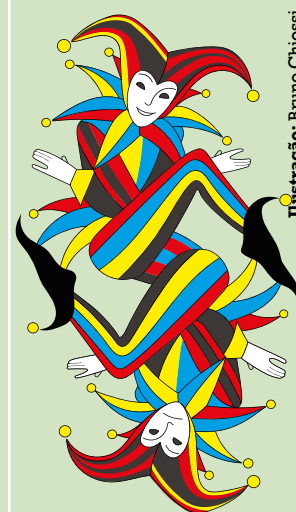


Ilustração: Bruno Chiossi

Pensar Entender e reapropriar a loucura

Movimento visa combater o preconceito e dar mais autonomia a pessoas diagnosticadas com transtornos mentais.

Páginas 29 a 32

■ “Qual o poeta de sua preferência? É a pergunta que me chama particularmente a atenção, feita com a estética do Parnaso a reinar por muito tempo ainda no gosto literário de todo o país”.

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ “Enquanto não se incorporarem ao mapa da história da literatura os valores periféricos, ter-se-á apenas um simulacro ilusório da complexidade histórica e literária do país”.

Hildeberto Barbosa Filho

Página 11



Foto: Divulgação/Prefeitura de Serraria

Serraria sedia a nova etapa da Rota Cultural Caminhos do Frio a partir de amanhã

Município, conhecido por seus engenhos, arquitetura e belas paisagens naturais, deve receber mais de 20 mil pessoas ao longo dos sete dias de programação, que inclui shows de diferentes gêneros musicais e apresentações culturais de artistas da terra. A abertura oficial do evento ocorre a partir das 19h, na Praça Antônio Bento.

Página 8

Editorial

Cidadania nos parques

Os parques comunitários têm mudado a paisagem da cidade de João Pessoa, oferecendo aos seus moradores e visitantes opções de lazer, de atividades físicas e de convívio com a natureza, entre outros benefícios. Tais equipamentos também são importantes porque têm estimulado muitas pessoas a romper com ciclos de isolamento social ou crises de sedentarismo, o que é bom para a saúde do corpo e da mente e para a urbanidade.

O Parque das Três Ruas, no bairro dos Bancários, por exemplo, tornou-se uma espécie de centro de convivência entre pessoas, e destas com a natureza. Um espaço democrático que oferece áreas para contemplação, meditação, diversão e prática de esportes, com vias exclusivas para pedestres e ciclistas. O número expressivo de pessoas que utilizam dia e noite aquele equipamento dá uma ótima ideia do sucesso do empreendimento.

No entanto, entende-se que se faz necessária a celebração de um pacto entre as comunidades beneficiadas e o Poder Público, para que os parques coletivos não sejam desvirtuados de suas finalidades. Todos têm responsabilidade no que diz respeito à manutenção desses equipamentos. Os cidadãos e cidadãs devem cumprir os regulamentos relacionados ao uso e à conservação, e o Poder Público deve estar em dia com suas obrigações.

Pedestres caminhando ou correndo nas ciclovias e ciclistas pedalando nas faixas de transeuntes representam um flagrante desrespeito aos códigos de conduta, além de potencializarem os riscos de acidentes. Há quem prefira andar nas pistas exclusivas para automóveis e motocicletas, do mesmo que modo que há condutores que excedem o limite de velocidade, fazem conversões perigosas ou estacionam em locais proibidos.

A ocupação da área pelo comércio informal reivindica muita atenção da comunidade e do Poder Público. Paulatinamente, pessoas vão instalando, por exemplo, pequenos serviços de alimentação sobre as calçadas e áreas verdes e, se não houver uma fiscalização mais rígida quanto a isso, a “invasão comercial” tenderá a crescer, atraindo outras categorias de vendedores ambulantes, constituindo-se num futuro grave problema.

Como diria Renato Russo, “disciplina é liberdade”. Os parques públicos configuram uma extraordinária conquista social, e seus benefícios são tantos que não podem ser prejudicados pela falta de consciência de uns poucos ou de eventuais omissões institucionais. A cidadania conquista-se pela educação, inclusive no aspecto político. O exercício de direitos e deveres é o que garante a manutenção constante desses equipamentos.

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com

Os golpes fracassados no Brasil

A história do Brasil tem bons exemplos de tentativas de golpe que fracassaram. Muitos são os fatores que contribuíram para o insucesso dessas empreitadas: falta de articulação, resistência das instituições democráticas, incompetência do núcleo conspirador. É interessante constatar que as tentativas lideradas por militares de baixa patente nunca deram certo.

Em 1922, o capitão de artilharia Siqueira Campos, com seus “18 do Forte”, foi abatido na Avenida Atlântica, nas imediações do Posto 3, no Rio de Janeiro. Em 1924, foi a vez do capitão Luís Carlos Prestes, com sua Coluna Invicta, que percorreu o país por dois anos sem conseguir abalar a estabilidade do governo do presidente Arthur Bernardes. O levante dos tenentes do Exército, ocorrido em Manaus no ano de 1932, foi mais um golpe frustrado. O capitão Prestes voltou a liderar uma tentativa de insurreição em 1935, com a Intentona Comunista, sendo novamente derrotado pelas forças legalistas nos combates da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, e em Natal, no Rio Grande do Norte.

O major Haroldo Veloso liderou o célebre levante de Jacareacanga, no Pará, em 1955, contra a posse de Juscelino Kubitschek. A rebelião terminou com o recuo dos insurgentes para a Bolívia, onde permaneceram exilados. Anistiado pelo presidente recém-empossado, Veloso voltou à cena, desta vez ao lado do tenente-coronel Burnier, à frente da fracassada rebelião dos aviadores, que teve como base o aeródromo de Aragarças, em Goiás.

Em 1963, ocorreu a Revolta dos Sargentos, que contou com a participação de marinheiros, sargentos e suboficiais da Aeronáutica. O movimento se deu como reação à decisão do Supremo Tribunal Federal, que anulou a eleição de dois sargentos para a Câmara dos Deputados. Em Brasília, os revoltosos foram contidos pelas tropas do Exército. Mais um golpe de baixa patente fracassado. Seu líder, o sargento Antônio Prestes de Paula, foi condenado a quatro anos de prisão.

A mais recente movimentação golpista foi planejada e liderada por um capitão expulso do Exército. Inicialmente, busca-

va sua permanência no poder. Depois, derrotado nas urnas, tentou impedir a posse do presidente legitimamente eleito. Sem o apoio dos comandantes das Forças Armadas, a história registrou mais um golpe fracassado, desta vez arquitetado por alguém que, enquanto esteve no Exército, ostentava apenas a patente de capitão. O episódio culminou com a barbárie do dia 8 de janeiro de 2023, quando vândalos invadiram e depredaram os edifícios-sede dos Três Poderes, em Brasília. Ainda assim, as debilidades do golpe não devem nos levar a pensar que “a serpente esteja morta”.

Há mais de um século, integrantes das Forças Armadas que se imaginavam figuras-chave nas corporações militares e atores estratégicos da política nacional foram derrotados em suas tentativas de romper a ordem institucional do país. Sem o respaldo dos altos comandos militares, o golpe de 2023 não prosperou, embora tenha comprometido a imagem das Forças Armadas. Faltou, também, o apoio massivo da sociedade civil para que houvesse uma ruptura democrática.

O ex-presidente e outros integrantes de seu governo respondem criminalmente pela tentativa de golpe de Estado. O processo encontra-se em fase conclusiva no Supremo Tribunal Federal.

“
A mais recente movimentação golpista foi planejada e liderada por um capitão expulso do Exército

Rui Leitão

Foto

Legenda

Evandro Pereira



Adornos do princípio

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

Augusto e Mário Pedrosa

Em setembro de 1922, sete meses depois da Semana de Arte Moderna de São Paulo, Analice Caldas, professora e militante da imprensa entre nós, organiza um álbum, tipo enquete, com perguntas como “Qual a sua divisa? O que desejaria ser? Que pensa do feminismo?”. E, entre uma dezena de outras, as duas seguintes, que dão motivo a estas linhas: “Quais seus escritores prediletos? Quais os poetas de sua preferência?”.

O questionário reúne as figuras mais representativas do nosso meio cultural, tais como a cronista e poetisa Alice Monteiro, João Coriolano de Medeiros, Álvaro de Carvalho, Hortêncio Ribeiro, Carlos Dias Fernandes, Celso Mariz, João da Mata, Manuel Tavares Cavalcanti, João Suassuna, Castro Pinto, Silvino Olavo e outros mais, entre eles o filho do senador Cunha Pedrosa, Mário Pedrosa, crítico de arte respeitado em seu país e no exterior, nascido em Timbaúba, Pernambuco, mas rapaz feito na capital do estado que o pai bem representou de 1912 a 1923.

Qual o poeta de sua preferência? É a pergunta que me chama particularmente a atenção, feita com a estética do Parnaso a reinar por muito tempo ainda no gosto literário de todo o país, Olavo Bilac e Raimundo Correia disputando a primazia com Guerra Junqueiro e Camões. Lá um ou outro, Antero de Quental; aqui e ali, a prata de casa, com Carlos Dias Fernandes e Pereira da Silva.

E onde aparece, nessa enquete de indagações variadas, o nosso poeta maior, Augusto dos Anjos, dez anos depois de publicado o “Eu”, no Rio, e a pequena distância da reedição de iniciativa de Orris Soares, impressa em A União? Por surpresa chega a ser citado uma única vez, logo depois de Baudelaire, na resposta de um jovem de 18/19 anos, chamado Mário Pedrosa, tido como rebelde nas memórias do pai, vindo a se conceituar, no futuro, como dos mais influentes críticos de arte dentro e fora do seu país.

É bem certo que os entrevistados deram pouca chance aos poetas provincianos, mesmo a Carlos Dias, a Raul Machado, a Américo Falcão, a Perilo, destaque entre os que alcançaram a graça de garantir seu nome nas antologias contemporâneas.

Augusto precisou, sem dúvida, da consagra-

“
Qual o poeta de sua preferência? É a pergunta que me chama particularmente a atenção

Gonzaga Rodrigues

ção externa ao meio e do encantamento popular pela sua poesia forte de expressão e de rítmica para poder, vinte ou trinta anos depois de sua morte, dar nome a uma pequena rua do antigo bairro do Montepio e ter um busto, por muito tempo mal conservado e mal vigiado, na Lagoa.

Em 1910, professor interino do Liceu, Augusto não tinha fama suficiente para justificar uma exceção à lei que negava licença remunerada ao funcionário interino. Era um esquisitão, pássaro molhado, assim descrito pelos que lhe eram mais íntimos, confundido com o poeta da morte e da melancolia dos seus versos. Não podia ser diferente na cabeça de um governante de visão restrita à administração e à política. O único do álbum de Analice a nomear Augusto está sozinho, também, ao citar Baudelaire.

Em “Andorinha, Andorinha”, Manuel Bandeira trata Pedrosa de “meu querido amigo” para realçar que ele “atingiu no domínio da crítica das artes plásticas uma preeminência de que me parece, a todos os aspectos, digno pela poderosa inteligência, pela dilatada cultura, tanto a especializada como a geral, e ainda pelas suas qualidades de caráter garantidoras de toda isenção nos seus pronunciamentos críticos”.

Sabia disso, meu caro Flávio Tavares? Você que, há poucos dias, foi agraciado com a Medalha Cunha Pedrosa, engrandecendo o Tribunal de Contas do Estado e se engrandecendo ainda mais com o reconhecimento.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC
Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

Gisa Veiga
GERENTE EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500
E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)
ASSINATURAS: Anual R\$385,00 / Semestral R\$192,50 / Número Atrasado R\$3,30
CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gov.br

NA PARAÍBA

Universidades acolhem estudantes estrangeiros

Programas de intercâmbio permitem o acesso à graduação de qualidade no país

Maria Beatriz Oliveira
obeatriz394@gmail.com

O Brasil destaca-se como destino acadêmico para estudantes estrangeiros, atraídos, principalmente, pela oferta de Ensino Superior público, gratuito e de qualidade. Na Paraíba, diversas iniciativas têm contribuído para a vinda desses estudantes, especialmente de países africanos, para cursarem graduação no estado. Entre elas, destaca-se o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) que envolve as seis Instituições de Ensino Superior (IES) paraibanas, incluindo o Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Criado pelo Ministério da Educação (MEC) na década de 1960, o PEC-G tem como objetivo oferecer a jovens de países em desenvolvimento — com os quais o Brasil mantém acordos educacionais, culturais ou científico-tecnológicos — a oportunidade de cursar a graduação, gratuitamente, em universidades públicas brasileiras.

“As inscrições para o PEC-G são realizadas nas embaixadas e consulados do Brasil nos países participantes. A seleção dos candidatos é feita pelo MEC. Após aprovados, os estudantes iniciam sua jornada no Brasil por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira [PEC-PLE], que oferece um curso presencial de Língua Portuguesa com duração de um ano. Ao fim desse período, os estudantes realizam o Celpe-Bras [Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros], exame oficial de proficiência em português. Aqueles que forem aprovados estão aptos a ingressar em cursos de graduação nas IES brasileiras”, detalhou Márcia Leite, secretária da Assessoria de Assuntos Internacionais da UFCG.

Atualmente, a universidade



Foto: Reprodução/Instagram @Clipe_IFPB

Neste ano, o IFPB recebeu 24 estudantes estrangeiros para curso de Língua Portuguesa

de federal campinense acolhe 23 estudantes vinculados ao PEC-PLE e 72 estudantes internacionais de graduação vinculados ao PEC-G, matriculados nos mais diversos cursos de graduação da instituição, como Administração, Ciência da Computação, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Agrícola, Farmácia, Medicina e Medicina Veterinária.

“Em sua maioria, os estudantes internacionais são oriundos de países da África e da América Latina, como Angola, Benim, Cabo Verde, Congo, Gabão, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Moçambique e Peru. A UFCG considera o PEC uma ação estratégica para a internacionalização institucional, pois o programa promove a colaboração e a integração entre países em desenvolvimento”, destacou Márcia.

Já o IFPB recebeu, desde 2020, cerca de 80 estudantes no Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros (Clipe). O curso tem caráter preparatório e é fundamental para que os alunos atinjam a proficiência exigida por meio do exame Celpe-Bras, etapa necessária para o ingresso em cursos de graduação no Brasil. Somente em 2025, 24 estudantes iniciaram as aulas, nos *campi* de João Pessoa e Campina Grande — a Rainha da Borborema, aliás, teve, neste ano, sua primeira turma.

Segundo Mônica Montene-

gro, coordenadora da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (Arinter) do IFPB, os participantes são estudantes dos programas governamentais PEC-G e PEC-PLE. “Nosso foco maior tem sido os países africanos, como República do Congo, Nigéria, Quênia, Gana, Senegal e Gabão. Mas também recebemos alunos de outras regiões, como o Haiti e a Jamaica, na América Central e Caribe, além da Colômbia e da Índia”, explicou.

UEPB

Na UEPB, a maior parte dos estudantes estrangeiros é originária de Angola. No entanto, o Programa Move La América, desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), atrai estudantes de mestrado e doutorado (do tipo sanduíche) de instituições da América Latina e do Caribe, para realizarem estágios acadêmicos de curta duração em universidades brasileiras. Durante a experiência, que pode ter duração de dois e seis meses, os estudantes podem realizar atividades de pesquisa, extensão e cursar disciplinas de pós-graduação brasileiras. O programa oferece suporte financeiro, incluindo auxílio mensal, passagens, instalação e seguro-saúde.

No último ano, a UEPB ofertou 68 vagas para estudantes estrangeiros por meio do Programa Move La América. Ao todo, 13 cursos da ins-

tituição participaram da ação, com destaque para as áreas de Relações Internacionais e Arquivologia.

Segundo o coordenador de Relações Internacionais da UEPB, professor Cláudio Lucena, o Move La América já se consolidou como um programa fixo dentro da instituição. Neste semestre, 10 estudantes de pós-graduação, vindos de diversos países da América Latina, estão participando das atividades acadêmicas na UEPB.

“Além desse programa permanente, a universidade também participa de outras iniciativas esporádicas, como o Pila Virtual, que é uma rede de intercâmbio entre universidades latino-americanas que surgiu durante a pandemia, com atividades exclusivamente *on-line*. A expectativa é que a gente comece a receber alguns desses estudantes também presencialmente, a partir de agora. Fora esses programas, a UEPB mantém convênios bilaterais regulares com mais de 30 instituições latino-americanas”, esclareceu Lucena.

Já por meio do PEC-G, a UEPB abriu, na última segunda-feira (21), as inscrições para ingresso em 2026. Entre os cursos oferecidos, estão Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Relações Internacionais e Serviço Social. Mais de 20 vagas estão disponíveis, distribuídas pelos *campi* de Campina Grande, João Pessoa e Araruna.

William Costa

wpcosta.2007@gmail.com

Os baús do futuro

Após analisar os exames, o oftalmologista, de olhos meio esbugalhados, devido talvez aos óculos de aro grosso — que não sugerem estilo, mas uma forte miopia —, não faz rodeio e me diz que o glaucoma avançou a galope e que eu posso perder a vista em um ano. Agora quem arregalou os olhos fui eu. “Cego, doutor? E o que eu vou fazer com os livros que encaixotei, para ler quando me aposentar?” — indaguei, sorrindo.

O doutor franziu a testa, e não riu do que parecia ser uma brincadeira — ler e restaurar livros faz parte dos meus planos para a suposta inatividade. Continuou muito sério, explicando em detalhes o diagnóstico: “Pressão intraocular alta e contínua, sério comprometimento do nervo ótico... Enfim, um quadro irreversível que demanda muito cuidado, para que sua vista tenha uma

sobrevida, pelo menos até o ano que vem”.

Pensei em perguntar quanto custava uma bengala, mas a sisudez do médico inibiu meu senso de humor. Lembrei-me então de Otto de Sousa, revisor do setor de Imprensa Braille, aqui de A União, cuja deficiência visual congênita parece-me que o tornou ainda mais capaz, do ponto de vista profissional, e humano, e desafiado humano. Otto certamente me daria excelentes orientações para

lidar com a cegueira anunciada.

Confesso que fiquei meio desanimado. Sou fascinado pelo que chamo de “dia natural”, para compensar as desarmonias do “dia social”. Adoro a mutação de cores e sons do amanhecer — o bailado das árvores, os matizes, cantos e voos dos pássaros, a toada da chuva, o solo de bateria das trovoadas, o deslizar silencioso das nuvens e a trajetória sossegada da Lua. Breve, o filme do mundo não teria imagens, apenas a trilha sonora da vida.

Ao sair do consultório, porém, recuperei o bom-humor. Exonerei, então, o desespero e readmiti a esperança. Viajei em seguida até o Recife e consultei-me com duas grandes referências da Oftalmologia. A primeira era também poeta, e fez do meu caso um belo verso, que me comoveu, mas não me convenceu. A segunda era pura alopatia, e, novamente, assaltou-me a antevisão de andejar pelo mundo amparado num cajado.

De volta, procurei dois novos especialistas — de ótimas recomendações e preços que, aí sim, quase me custaram os olhos da cara —, e os desfechos mais uma vez foram opostos: um, viu-me perscrutando do fundo do oceano aos confins do universo, e o outro prescreveu a ressurreição futura de Homero, John Milton ou Jorge Luis Borges, em terra tabajara. Em casa, tal qual “O pensador”, de Rodin, olhava, desolado, para as caixas de livros.

Foi aí que decidi me aquietar e tornar à antiga oculista, com a qual tive uma conversa franca acerca das consultas anteriores. “O caso é grave, mas sem bordão à vista”, resumiu, e acrescentou, à terapia passada, uma moderna e barata intervenção a laser. Do bolso, a carteira piscou o olho. Voltei a contentar-me com a luz do dia, sem ligar para o que me reserva a noite, lendo quando posso um livro como se fosse um dos baús do futuro.

Engenheiro haitiano formou-se na UFCG

Bertini Antoine, natural do Haiti, escolheu Campina Grande para realizar o sonho de cursar Engenharia Civil na UFCG. Formado em 2023, ele segue atuando como engenheiro na cidade. Ao lembrar sua trajetória como estudante estrangeiro, o haitiano destaca que o principal desafio foi a adaptação ao idioma português.

“Desde jovem, sempre quis fazer a graduação fora do Haiti, porque lá existe a ideia de que quem estuda fora é mais valorizado no mercado de trabalho ao voltar. Eu já gostava de construção, então me via nessa área”, conta. O sonho dele é, um dia, retornar para ajudar a reconstruir o país, que sofreu um terremoto devastador em 2010, responsável pela destruição

de grande parte da capital e das cidades metropolitanas.

A adaptação de Bertini ao Brasil, porém, não foi fácil. “Quando cheguei, o maior obstáculo foi não falar o idioma, o que cria um bloqueio na comunicação”, relata. Apesar disso, ele teve uma recepção positiva. “Fui muito bem recebido e os colegas me ajudavam muito, principalmente no início, quando eu não entendia bem as aulas. Eles explicavam depois e me ajudavam a fazer as tarefas. Isso fez toda a diferença para mim”, avalia o engenheiro.

Após concluir a graduação, Bertini passou a enxergar a Paraíba e o Brasil de uma forma diferente. Ele destaca que o que mais gostou na experiência foi a pluralidade cultural encontrada.



Foto: Arquivo pessoal

Bertini Antoine sonha em exercer sua profissão no Haiti

“Hoje, eu tenho outra visão do Brasil. Posso dizer que conheci o país. A diversidade aqui é maravilhosa, assim como a cultura, a comida e, principalmente, as pessoas do Nordeste e da Paraíba, que são muito receptivas.

Isso é algo realmente maravilhoso”, celebra. No entanto, o engenheiro também não deixa de apontar os desafios que enfrentou. “O que eu menos gostei foi o preconceito. O racismo aqui é mais pronunciado,” lamenta.

Foto: Roberto Guedes

Maria Vitória Brilhante

Ativista ambiental

“Meu sonho é inspirar mais crianças a transformarem o mundo”



Paraibana de 12 anos detalha experiência com defesa da alfabetização climática e participação em eventos globais

Lilian Viana
lilian.vianacananea@gmail.com

Aos 12 anos, a pessoense Maria Vitória Brilhante, conhecida como Mavi, já é referência no ativismo ambiental brasileiro. Com uma trajetória inspiradora que começou aos 10, a jovem tem transformado sua paixão por plantas, animais e pelo planeta em ações concretas por um mundo mais sustentável. Em pouco tempo, tornou-se embaixadora do Instituto Limpa Brasil, participou da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28) em Dubai, em 2023, defendeu a alfabetização climática em escolas e, recentemente, representou o Brasil na London ClimateAction Week, onde debateu justiça climática e o papel da juventude na COP30. Com seu projeto My Voice, My Future, ela tem mostrado que crianças também podem — e devem — ocupar espaços de decisão. Nesta entrevista exclusiva ao Jornal A União, Mavi fala sobre sua trajetória, seus sonhos e o impacto que já vem causando na vida de muitas pessoas.

Entrevista

■ *Você acaba de voltar de Londres, onde participou da London Climate Action Week. Como foi essa experiência?*

Foi uma experiência incrível! Participei de várias palestras e debates sobre temas urgentes, principalmente em torno da COP30, que vai acontecer em Belém do Pará, aqui no Brasil. Um dos assuntos mais discutidos foi o financiamento climático, mas também falamos muito sobre justiça climática e, principalmente, sobre a importância da participação dos jovens nas decisões que afetam o planeta. Uma das atividades mais marcantes foi a palestra com a Marcele Oliveira, diretora jovem da COP30. Ela propôs uma dinâmica em que escrevemos nossas metas para a conferência e eu aproveitei para destacar duas coisas que considero fundamentais: a inclusão de vozes diversas — como as de comunidades indígenas e outros grupos historicamente marginalizados — e o compromisso real com o cumprimento das promessas feitas. Não dá mais para ficar só no discurso; a gente precisa ver ação de verdade. Além disso, foi muito especial conhecer jovens de diferentes partes do mundo e perceber que, mesmo com realidades diferentes, estamos todos conectados pela mesma causa. Isso me deu ainda mais força e esperança de que juntos podemos fazer a diferença.

■ *Você conheceu pessoalmente a ministra Marina Silva durante o evento em Londres. Como foi esse encontro?*

Foi na casa do embaixador brasileiro [Antonio de Aguiar Patriota] em Londres. A gente teve uma conversa muito especial, uma das mais marcantes da minha vida. Falei para ela da importância de mais jovens participarem desses eventos, como a London Climate Week, a SB62 [62ª Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas] e a própria COP. Marina concordou comigo e disse que está trabalhando para abrir mais espaços assim. Foi emocionante ouvir isso de alguém que admiro tanto! Ela disse que idade não é barreira e que jovens como eu têm muito a contribuir.

■ *Quando surgiu seu interesse pela pauta ambiental?*

Desde bem pequena, eu sempre fui apaixonada por plantas e animais. Sempre gostei de cuidar da natureza,

mas foi em 2023 que tudo realmente ganhou mais sentido para mim. Eu estava de férias em São Paulo, passeando pela Avenida Paulista, quando vi uma ação de limpeza acontecendo. Fiquei supercuriosa e corri até lá para saber quem estava organizando aquilo. Até assustei minha mãe, que achou que eu tinha fugido da cafeteria [risos]. Descobri que era o pessoal do Instituto Limpa Brasil. Peguei o contato deles na hora e, mesmo tendo só 10 anos, fui superbem recebida. Em pouco tempo, já estava participando de ações reais, botando a mão na massa mesmo. Foi aí que tudo virou uma chave na minha cabeça e no meu coração. Eu entendi que era exatamente isso que eu queria fazer: cuidar do planeta e envolver outras pessoas nesse propósito.

■ *Você já participou de várias ações importantes. Qual foi a que mais te marcou?*

A que mais me marcou foi, sem dúvida, a minha primeira ação oficial, na Comunidade do Bode, em Recife. Foi uma experiência muito intensa e inesquecível. Estava chovendo muito, a lama cobria tudo e, por causa da maré, até passava peixe morto pela rua. Minha mãe teve que me carregar nas costas para conseguir atravessar um trecho, de tanto que estava difícil. Mas, mesmo com toda aquela dificuldade, eu não quis parar. Continuei participando da ação, limpando, ajudando e me envolvendo de verdade. Quando postaram o vídeo nas redes sociais, ele teve bastante repercussão e, pouco tempo depois, fui nomeada embaixadora do Limpa Brasil. A partir daí, comecei a representar o projeto em outras cidades e eventos, inclusive em ações muito bonitas no Rio de Janeiro. Mas essa primeira experiência foi especial porque foi quando eu percebi, com toda certeza, que, mesmo sendo nova, eu podia, sim, fazer a diferença. E isso me deu ainda mais força para seguir.

■ *Você também foi à COP28, em Dubai. Como foi representar o Brasil lá?*

Foi uma experiência muito especial, mas também me fez refletir bastante. Eu fui a criança mais jovem da delegação brasileira e levei comigo o projeto My Voice, My Future, que defende a alfabetização climática nas escolas. Acredito muito que crianças e adolescentes precisam aprender desde cedo sobre o meio ambiente, porque

somos nós que vamos viver esse futuro e precisamos estar preparados para cuidar dele. Mas confesso que tive alguns questionamentos durante a conferência. Dubai é uma cidade com muito concreto, muito calor e quase nenhuma árvore — e, em um dos poucos lugares onde tinha, a árvore era de plástico. Isso me fez pensar: como uma conferência sobre o clima pode acontecer justamente em um país que exporta petróleo e onde quase não há verde? Teve um momento simbólico que nunca vou esquecer: vi um funcionário chutando uma sacola no chão. Fui lá, peguei a sacola e joguei no lixo. Pode parecer pequeno, mas essas atitudes dizem muito. A COP28 foi importante, sim, mas também mostrou que ainda temos um longo caminho a percorrer. É preciso mais coerência entre o que se discute e o que se pratica.

■ *E como é a experiência de levar alfabetização climática às escolas?*

Essa iniciativa de levar alfabetização climática às escolas é, sem dúvida, uma das partes que eu mais amo do projeto. Já realizei várias palestras, principalmente em escolas de São Paulo, e tenho percebido um interesse muito grande por parte das crianças. Elas fazem muitas perguntas, querem participar, se envolver de verdade, e isso me dá muita esperança. É muito gratificante ver que estamos ajudando a formar uma geração mais consciente e engajada com as questões ambientais desde cedo. Além disso, meu sonho é que essa iniciativa se torne uma política pública em todo o Brasil, para que a alfabetização climática seja acessível a todas as crianças e jovens, preparando-os para cuidar melhor do planeta no futuro.

■ *Você sente que os jovens estão mais atentos à pauta ambiental?*

Sim, eu sinto que os jovens estão mais atentos à pauta ambiental, mas ainda falta muito para que eles entendam que cuidar do planeta pode estar conectado com aquilo que eles já gostam e fazem no dia a dia. Por exemplo, muitos jovens amam moda e é importante mostrar para eles que existe a moda sustentável, que alia estilo e consciência ambiental. Outros são fãs de tecnologia e podem se engajar criando ou apoiando inovações que ajudam o meio ambiente. A questão principal é a forma como esses temas são apresentados. É como quando ensinamos uma criança a escrever: não começamos logo pela redação, mas pelo alfabeto, depois pelas sílabas, e assim por diante. Com o ativismo deve ser assim também, de forma gradual e acessível. Quando os jovens percebem que não precisam mudar quem são para fazer a diferença, que podem usar suas paixões para contribuir com o planeta, o engajamento cresce muito. Isso torna o cuidado ambiental algo mais natural e prazeroso.

■ *Você concilia isso tudo com a escola, com o esporte... Como é sua rotina?*

Minha rotina é bem puxada, mas eu gosto assim porque tudo que faço tem muito a ver comigo. Estudo em uma escola bilíngue e fui alfabetizada em inglês desde pequena. Isso me ajuda muito nas viagens e nos eventos

internacionais que participo. Além da escola, também estou fazendo um curso *on-line* [do Programa Global] de Treinamento Climático para Jovens (GYCT2025), projeto que é uma colaboração entre uma coalizão de jovens agentes de mudança climática e a Universidade de Oxford, para ampliar ainda mais meus conhecimentos. No esporte, jogo vôlei de praia e vôlei de quadra, que são parte importante da minha vida e ajudam a manter o equilíbrio. Em paralelo a isso, participo de várias ações ambientais, dou palestras e mantenho minha página no Instagram, onde compartilho meu trabalho e inspiro outras pessoas. Tudo isso só é possível porque tenho um suporte incrível: minha família, meus professores e meu técnico estão sempre me ajudando a organizar o tempo para que eu consiga dar conta de tudo sem perder o foco. E, mesmo com essa rotina intensa, sempre arrango um tempo para ficar com minhas amigas e curtir minha vida, porque acredito que é essencial equilibrar as responsabilidades com momentos de diversão e amizade.

■ *Já enfrentou barreiras devido à idade?*

Com certeza, ser jovem já foi uma barreira para mim em várias ocasiões. Já me negaram a participação em eventos e cursos só porque eu era considerada nova demais. Por exemplo, meu pedido de inscrição para o GYCT2025 foi, inicialmente, rejeitado por não preencher o perfil de idade do candidato, de 16 a 35 anos. Fiquei muito triste, mas meu pai descobriu que uma menina de 12 anos já tinha ingressado na Universidade de Oxford para fazer um curso superior de matemática. Então, escrevemos um texto contando minha história, minhas ações e o motivo de eu querer tanto estar ali. Enviamos um tipo de dossiê e, felizmente, deu certo! Recebi o e-mail de aprovação e chorei de felicidade. Eles disseram que meu amor pelo meio ambiente justificava totalmente minha presença. Além disso, sempre que alguém dizia “não” pela minha idade, eu não aceitava isso de imediato. Sempre perguntava o motivo e explicava o que já tinha feito, o quanto estava preparada. Hoje até dizem que sou a ativista ambiental mais jovem do Brasil — e, se isso serve para inspirar outras Mavis por aí, fico muito feliz.

■ *Com toda essa visibilidade, consegue ter dimensão do impacto do seu trabalho?*

Confesso que a ficha ainda não caiu para mim, às vezes nem acredito. Faço tudo isso porque amo, porque realmente quero ver o mundo melhor — não por obrigação. Mas é muito bonito perceber o impacto que isso causa nas pessoas. Recebo muitas mensagens de crianças, jovens e até adultos dizendo que começaram a mudar hábitos por minha causa, que passaram a cuidar mais do planeta depois de me conhecerem. Isso me dá ainda mais força para continuar. Minhas amigas, por exemplo, são minhas maiores torcedoras. Estão sempre curtindo, comentando e me incentivando. Quando saio em alguma revista da escola, elas falam: “Mavi, você tá muito chique!” [risos]. É muito lindo sentir esse carinho e saber que meu trabalho inspira. Isso me faz acreditar ainda mais na impor-

tância do que estou fazendo.

■ *Você também gosta de atuar, não é?*

Sim! Eu adoro atuar. Fiz o curso do Wolf Maia e foi uma experiência maravilhosa. Sempre fui muito comunicativa, então a atuação acabou sendo uma forma de transformar isso em uma ferramenta. O curso me ajudou demais a falar melhor em público, a me expressar com mais clareza nas palestras e até a me sentir mais segura em eventos. E o melhor é que, além de tudo isso, eu também me divirto muito com a atuação. Pretendo continuar, porque realmente gosto — é uma paixão que faz parte de quem eu sou.

■ *Você já tem planos para o Dia Mundial da Limpeza deste ano, em 20 de setembro?*

Tenho, sim! Fui convidada para participar da ação em Belém, que já faz parte da preparação para a COP30. Estou superanimada com essa oportunidade porque sei que vai ser um momento muito importante para reforçar a conscientização ambiental, principalmente na região amazônica. Também existe a possibilidade de participar da Semana do Clima em Nova York, o que seria incrível. Ainda estamos organizando direitinho a agenda, mas estou torcendo muito para que tudo dê certo. Vai ser uma programação bem intensa — e muito especial!

■ *Você já tem contato com outros jovens ativistas?*

Tenho contato com alguns, mas poucos. Na minha faixa etária, quase não tem ninguém. A maioria dos jovens ativistas tem 17, 18 ou até 19 anos. Por isso, um dos meus maiores sonhos é inspirar mais crianças como eu a acreditarem que também podem transformar o mundo. Quero ver muitas Mavis por aí! Já conheci uma menina mais nova em Cabedelo, por exemplo, e fico superfeliz quando vejo outras crianças interessadas nesse assunto. Acredito muito que, quando a gente sonha junto, a gente começa a transformar a realidade.

■ *Você fala em moda sustentável, Biologia Marinha... Já sabe o que quer estudar no futuro? Como se enxerga nele?*

Ainda estou descobrindo meu caminho, mas tenho duas áreas que me encantam muito: Biologia Marinha, por causa do meu amor pelos animais e pelos oceanos, e Relações Internacionais, já que gosto de temas globais e tenho a chance de me conectar com pessoas do mundo todo. Já participo de eventos internacionais e adoro essas trocas culturais. Sei que ainda posso mudar de ideia até lá e estou aberta ao que o futuro trouxer. Gosto de sonhar, mas também gosto de agir agora, no presente. O mais importante para mim é continuar fazendo a diferença, seja qual for o caminho que eu escolha. Sonho com um planeta mais equilibrado, com menos emissão de CO₂, menos lixo, mais árvores, mais verde e mais cuidado coletivo. Um mundo mais justo e amoroso, como aquele do desenho Peixonauta, onde todo mundo cuida da natureza e resolve os problemas juntos. E também sonho em ver mais jovens ocupando espaços, sendo ouvidos, propondo soluções e transformando realidades.

RESIDÊNCIAS POPULARES

Onde havia espera, hoje existe um lar

Com mais de 39 mil unidades contratadas desde 2023, Governo do Estado avança na oferta de moradia digna

Lilian Viana
lilian.vianacananea@gmail.com

No coração de muitos paraibanos existe um desejo antigo, que carrega o peso de gerações: o sonho da casa própria. Um lar com paredes que guardam histórias, chão firme para os pés cansados e um teto que abriga não só pessoas, mas dignidade. Para milhares de famílias esse sonho parecia inalcançável, mas, a realidade tem trilhado um caminho diferente aqui na Paraíba. Um exemplo é a vendedora Emile Ursulino, mãe solo de dois filhos que, ao receber as chaves do seu novo lar, lembrou de tudo que passou até chegar naquele momento. “É uma conquista, né? Porque eu lutei muito para conseguir e, graças a Deus, agora deu certo. É muito bom, é muito gratificante”, resume.

A trajetória de Emile é parecida com a de tantos outros paraibanos e paraibanas que passaram a enxergar, na política de habitação popular, um caminho concreto para sair do aluguel, do aperto e da instabilidade. Nos últimos anos, a Paraíba tem se destacado, nacionalmente, com uma estratégia articulada, que une o Governo Federal e o Governo do Estado, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e de iniciativas locais como o Programa Parceiros da Habitação (PPH).

O alcance da política habitacional no estado impressiona. De 2019 até o início des-

te ano, a política habitacional do Governo do Estado entregou 7.127 unidades residenciais, com valores que ultrapassam os R\$ 600 milhões, sendo R\$ 131,7 milhões oriundos de recursos estaduais. Além disso, mais de quatro mil residências estão em processo de construção em mais de 50 municípios paraibanos, com investimentos que ultrapassam R\$ 550 milhões, sendo R\$ 153 milhões com recursos estaduais. Outras 5.461 unidades estão prestes a ter sua construção iniciada, contando com aporte de R\$ 126 milhões do Governo do Estado.

“A casa é muito mais do que uma obra de engenharia. É um espaço onde a família se reúne, é o refúgio onde você consegue descansar, conviver e criar um ambiente familiar, criar um conceito de lar”, afirmou o governador João Azevêdo. “É sempre uma emoção muito grande quando a gente entrega habitação. Isso é política de inclusão. Nosso programa vai chegar a 17 mil unidades Paraíba afora, entre o que já foi entregue, o que está em execução e o que será iniciado em breve”, complementou.

Segundo a diretora-presidente da Companhia Estadual Habitação Popular da Paraíba (Cehap), Emília Correia, será um ano de muito trabalho, para cumprir essa meta até o final de 2026. “Agora, com a retomada do programa de habitação federal, ganhamos mais fôlego para intensificar as iniciativas aqui no estado”, comemora,



Fotos: Evandro Pereira

O Vila Jardim Residence Club IV é um dos três grandes conjuntos habitacionais entregues, recentemente, em João Pessoa

ao citar a entrega de três grandes conjuntos habitacionais em João Pessoa, só no primeiro semestre deste ano: o Vila Jardim Residence Club IV, o Vista da Colina e, recentemente, o Residencial Ilha Phi Phi.

Localizado em Gramame, o Vila Jardim Residence Club IV oferece 192 unidades habitacionais e investimento acima de R\$ 33 milhões. O Residencial Vista da Colina, também em Gramame, possui 55 apartamentos distribuídos em dois blocos, somando mais de R\$ 77 milhões em recursos. O Ilha Phi Phi contou com mais

de R\$ 7,1 milhões em investimentos, beneficiando 44 famílias.

As ações espalham-se por todas as regiões do estado. O Programa Parceiros da Habitação, por exemplo, já mudou a realidade de 472 famílias, em diversos municípios. Os investimentos ultrapassam os R\$ 19 milhões, sendo quase R\$ 15 milhões de aporte do Governo do Estado. Também estão em andamento unidades do Minha Casa, Minha Vida Rural (em parceria com entidades de moradia), novos empreendimentos do Programa Parceiros da

Habitação, além de dois novos condomínios do programa Cidade Madura — um em Catolé do Rocha e outro em Conceição. Em fase avançada de construção, há, ainda, o Complexo Virgílio Trindade, em Patos, que prevê 576 apartamentos.

Paralelamente a essas ações, ainda estão sendo formulados novos projetos habitacionais voltados à Faixa 1 (menor renda) do Minha Casa, Minha Vida, que devem contemplar famílias de cidades como Cabedelo, Bayeux, Campina Grande, Catolé do Rocha, Cuité, João

Pessoa, Mari, Patos e Sousa.

A amplitude do programa de habitação tem sido possível graças à atuação descentralizada do governo e à atuação conjunta com prefeituras, órgãos públicos e Governo Federal, como enfatiza Emília Correia. “A atuação descentralizada permite que o benefício ultrapasse as fronteiras da capital e chegue a regiões historicamente esquecidas. Não se trata apenas de construir casas. É sobre construir cidadania, pertencimento e novas oportunidades para quem mais precisa”, destaca a gestora.

Política habitacional é, sobretudo, inclusão

“Estamos muito felizes e ansiosos por essa nova fase”, conta Gabriel de Oliveira, agente comercial que, ao lado da noiva, Emmylly Reitzel, viverá no Residencial Ilha Phi Phi, no bairro de Gramame, em João Pessoa. Depois de sete anos de namoro e morando na casa de parentes, agora eles têm onde começar a vida a dois. “A parte mais difícil já conseguimos, o apartamento. Agora é organizar tudo para o casamento do jeito que ela quer”, afirma Gabriel, sorrindo ao lado da futura esposa.

Histórias como a de Gabriel e Emmylly multiplicam-se por toda a Paraíba e refletem o esforço conjunto do Governo Federal e o estadual para fazer do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) não apenas um projeto habitacional, mas uma verdadeira política de inclusão — que alcança desde famílias de classe média até as parcelas mais vulneráveis da população, muitas vezes invisíveis aos olhos das políticas públicas tradicionais e do fi-

nanciamento imobiliário.

A profissional autônoma Elizabete Bezerra, moradora do Vila Jardim Residence Club IV, é um exemplo vivo dessa transformação. Mãe de dois filhos, ela conquistou o próprio lar depois de anos enfrentando dificuldades para manter um aluguel. “Antes, eu morava em um lugar afastado e sem estrutura, pagava R\$ 450 de aluguel, quase o valor da parcela daqui, mas aqui temos conforto, segurança e qualidade de vida. Meu filho agora tem onde brincar, tem

amizades novas e eu me sinto mais segura”, relata, destacando que, mesmo quando surgem problemas, o atendimento é eficaz. “A equipe da construtora está sempre aqui, atendendo não só a mim, mas a outros moradores. As meninas da administração são muito atenciosas. Estou gostando muito”, comemora.

Até dezembro de 2024, a Paraíba alcançou 39.039 contratações de unidades habitacionais desde a retomada do programa, em 2023. O número coloca o estado em po-

sição de destaque nacional, com contratações em 151 dos 223 municípios. João Pessoa lidera com 20.477 contratos, sendo a terceira cidade do país com mais contratações — atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Também se destacam Campina Grande (6.940), Patos (1.466), Santa Rita (1.179) e Cabedelo (688).

Para a diretora-presidente da Cehap, Emília Correia, a atuação do Estado tem sido decisiva para garantir que o programa atenda a quem mais precisa. “A maior parte da nossa atuação é focada em garantir moradia para quem não tem acesso ao mercado de habitação. Nossa missão é contribuir para que todos, incluindo os mais vulneráveis, tenham acesso a uma casa própria com qualidade”, afirma. Segundo Emília, o Minha Casa, Minha Vida atua como um grande guarda-chuva, contemplando desde as famílias em situação de rua até entidades organizadas por movimentos populares.

Programa já se tornou referência nacional

Em um momento no qual o país vivia a suspensão dos programas habitacionais federais, a Paraíba não cruzou os braços. Para suprir o vácuo deixado pela paralisação do Minha Casa, Minha Vida, o Governo do Estado lançou, em 2020, o Programa Parceiros da Habitação (PPH), uma política pública que já se tornou referência nacional por aliar agilidade, inclusão social e parcerias com municípios e movimentos populares.

O PPH é executado pela Cehap e tem como foco a construção de moradias para famílias com renda de até três salários mínimos, especialmente aquelas em áreas de risco ou insalubres. O diferencial do programa está no formato colaborativo: o Estado entra com o projeto, assistência técnica, apoio financeiro e acompanhamento social; os municípios cedem o terreno e, em muitos casos, contribuem com infraestrutura, mão de obra ou materiais; entidades sem fins lucrativos e os próprios beneficiários também podem participar. “Criamos o Parceiros da Habitação justamente para responder à necessidade real da população, num momento em que os programas federais estavam parados. Hoje, o programa se consolidou como uma ferramenta ágil, eficaz e inclusiva”,

“Criamos o Parceiros da Habitação para responder à necessidade real da população

Emília Correia

destaca Emília.

A estrutura das casas segue um padrão: cerca de 44 m², com sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. As construções são feitas tanto em conjuntos habitacionais quanto em unidades isoladas, conforme as características de cada município. O projeto-piloto foi implantado em João Pessoa, Remígio e Barra de São Miguel, com a construção de 174 casas.

Além do aspecto social, o PPH representa um motor para o desenvolvimento regional, movimentando a economia, gerando empregos locais e fortalecendo a articulação entre governo, sociedade civil e movimentos sociais.

Saiba Mais

Para se inscrever na maioria dos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, o processo começa com a inscrição no site da Cehap. Após preencher os dados, é necessário aguardar a abertura de seleção para um residencial específico, informação que é atualizada diretamente na área da inscrição. Quando houver empreendimento aberto, o cidadão precisa marcar a opção de interesse para concorrer àquele processo. Só assim o cadastro passará a ser considerado na seleção. No caso do PPH, a escolha dos beneficiários é feita por associações e prefeituras. Para acompanhar novas seleções, editais e informações sobre empreendimentos, a recomendação é ficar atento ao portal oficial da Cehap (cehap.pb.gov.br) e ao perfil da Companhia no Instagram (@cehapgovpb). Também é possível entrar em contato pelo telefone (83) 3213-9191 (que também funciona como WhatsApp).

ACESSIBILIDADE

Judiciário constrói política inclusiva

Documento propõe diretrizes para eliminar barreiras, garantindo o pleno acesso de pessoas com deficiência

Carolina Oliveira
marquesdooliveira.carolina@gmail.com

Pensada de forma participativa e elaborada em oficinas com representantes de todas as comissões de acessibilidade do Brasil, a Política de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, mesmo em fase preliminar, aponta diretrizes com objetivo de eliminar barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais, visando a garantia do pleno acesso e participação desse público no sistema de justiça.

De acordo com dados de pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Judiciário paraibano, compreendendo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Justiça Federal da Paraíba (JFPB) e Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), em 2021, eram 170 os trabalhadores registrados como pessoas com deficiência (PcD), com base na quantidade de ingressantes em vagas reservadas nos concursos dos órgãos. A política, porém, deve contemplar um grupo ainda mais amplo.



Clarissa compõe a Comissão de Acessibilidade e Inclusão

Central
Proposta inclui a criação de um espaço de comunicação em Libras para atender às demandas da comunidade surda que precise acessar o serviço

Clarissa Gomes, servidora e integrante da Comissão de Acessibilidade e Inclusão da JFPB e integrante do grupo de trabalho do CNJ, explica que a política de inclusão é destinada a servidores, magistrados, terceirizados, estagiários, aprendizes e demais colaboradores do Poder Judiciário, além das pessoas que acessam o sistema de Justiça, em especial o cidadão que demanda o Judiciário. “Acessibilidade é para todos e é um dos nossos objetivos do desenvolvimento sustentável”, afirmou.

O Conselho Nacional de Justiça abriu, no primeiro dia deste mês, uma consulta pública com prazo até a última segunda-feira (21), para que a sociedade pudesse se manifestar e contribuir com o aprimoramento da proposta. O documento, acessível para leitores de tela e com versão em Libras em fase final de produção, visa estabelecer práticas, iniciativas e condutas efetivas para promover, proteger e assegurar os direitos das pessoas com deficiência, combatendo o capacitismo em todas as esferas do Judiciário e, quando aplicável, nos cartórios extrajudiciais.

Alguns dos pontos de destaque presentes no documento são a adaptação de espaços e recursos tecnológicos; produção de materiais informativos acessíveis, como livros em braille e legendas de audiodescrição; ações de sensibilização para magistrados e servidores; fortalecimento das comissões de acessibilidade, com incentivo à participação de pessoas com deficiência em sua composição.

O objetivo é regulamentar, por meio de uma resolução — caso aprovada pelo Plenário após o encerramento da consulta pública —, diretrizes de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência no âmbito de todo o Judiciário brasileiro, abrangendo as justiças Federal, Estadual, Trabalhista, Eleitoral e Militar, além das serventias extrajudiciais, definindo diretrizes que procurem abarcar todas as barreiras.

A iniciativa busca estabelecer parâmetros para que



Comissões são formadas tentando abarcar, concretamente, as múltiplas experiências vivenciadas

os tribunais adotem medidas efetivas de acessibilidade, como, por exemplo, sistemas judiciais eletrônicos acessíveis às pessoas com deficiência visual. “Temos casos de advogados e membros do Ministério Público que são cegos e não conseguem ter plena acessibilidade para dar entrada nos processos judiciais, por exemplo, ou mesmo as partes terem acesso aos seus documentos”, avalia Clarissa.

A proposta inclui também a criação de uma central de Libras para atender à demanda da comunidade surda que acessa o Judiciário. “É importante dizer que o texto tem como base as normativas legais: Constituição Federal, Lei Brasileira de Inclusão, Tratado In-

ternacional dos Direitos da PcD e diversas outras normas em nível de direito interno”, ressalta a integrante da Comissão de Acessibilidade da JFPB.

A servidora enfatiza ainda que a versão preliminar foi construída a partir das propostas idealizadas em fevereiro deste ano, em oficina de *Design Thinking* realizada pelo CNJ, na qual pessoas com e sem deficiência estiveram reunidas para propor medidas para um Judiciário mais acessível e inclusivo.

Clarissa fez parte do grupo de trabalho com pessoas com deficiência representantes de todo o sistema de Justiça de diversos tribunais do país. “Participei do grupo também enquanto mulher paraibana, representando a

Justiça Federal da 5ª região. Queremos vários olhares, desde a própria pessoa com deficiência, até o magistrado que atende no Judiciário e precisa dar a melhor prestação jurisdicional possível”.

A política pública em construção deve ser votada pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em agosto. “Será uma grande conquista para o Judiciário brasileiro; teremos diretrizes claras sobre o que representa uma Justiça inclusiva e comprometida com a segurança das pessoas com deficiência. Para mim, é incrível estar fazendo história, não apenas a partir do meu lugar de fala, mas também por estar de mãos dadas com outras pessoas sensíveis e atentas à temática”, conclui Clarissa.

Iniciativa é fundamentada no lema “Nada sobre nós sem nós”

Para o servidor da Justiça Federal Parcelo de Sousa, o acesso ao direito e à justiça por parte das pessoas com deficiência representa um importante desafio social. “Na condição de pessoa com deficiência e servidor do Judiciário, com vivências reais diante dos desafios e avanços institucionais em relação à acessibilidade, tenho acompanhado esse trabalho e reconheço que essa política é um marco — um novo fôlego para uma caminhada que precisa ser permanente, vigilante e coletiva, com a participação não apenas das pessoas com deficiência, mas de toda a sociedade”, avalia.

Parcelo, que também compõe a Comissão de Acessibilidade e Inclusão da JFPB, afirma que a Política de Acessibilidade representa um avanço significativo em termos de respeito ao público PcD quando visa promover a inclusão atitudinal, prevendo, entre outros mecanismos, a capacitação continuada de magistrados, servidores e colaboradores em temas relativos ao acolhimento, atendimento e cotidiano das pessoas com deficiência.

Ele destaca que devem ser instituídas a avaliação e fiscalização permanentes da acessibilidade física, di-

gital e comunicacional das unidades do Poder Judiciário, por meio das ouvidorias e corregedorias. “Além disso, ao adotar o modelo biopsicossocial da deficiência, há um reconhecimento de que a limitação não está na pessoa, mas nas barreiras que a sociedade impõe”, ressalta o servidor da JFPB.

A Política Nacional ajudará na construção, de forma permanente e continuada, de um ambiente de trabalho mais acessível, especialmente no que concerne à acessibilidade atitudinal. O servidor, portanto, avalia que, “com respeito à autonomia e reconhecimento da deficiência como parte da diversidade humana, há de se ressaltar a garantia da igualdade de oportunidades, principalmente quanto às condições adequadas

de trabalho”.

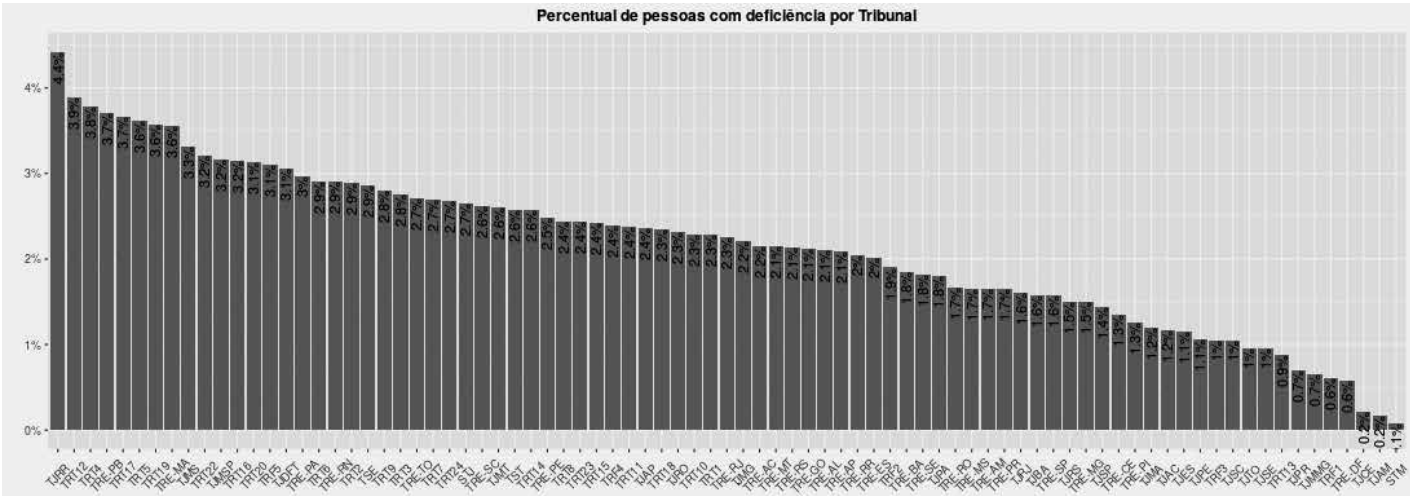
Trata-se do fruto do amadurecimento das discussões e diagnósticos sobre os problemas e necessidades das pessoas com deficiência, a partir dos trabalhos iniciados após as instalações das

comissões de acessibilidade dos órgãos do Poder Judiciário. “A nova política representa uma evolução normativa, com diretrizes mais amplas, efetivas e vinculantes”, explica Parcelo.

Todo o processo de cons-

trução da política, com ampla participação de pessoas diversas, fortalece o lema “Nada sobre nós sem nós”, buscando a promoção da inclusão real e estrutural. “Vejo com otimismo e esperança, como uma forma de

ampliação e aprimoramento das diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência previstas na Resolução CNJ nº 401/2021”, finaliza o representante da Comissão de Acessibilidade e Inclusão da JFPB.



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba ocupa a 4ª colocação entre os tribunais do Brasil no percentual de pessoas com deficiência

Principais aspectos da política de inclusão e acessibilidade:

- **Acessibilidade física:** adaptação de edifícios, instalações e equipamentos para garantir a livre circulação e o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, deficiência visual e outras necessidades.
- **Acessibilidade comunicacional:** disponibilização de informações em formatos acessíveis, como legendas em vídeos, áudios com descrições, materiais em braille e linguagem simples.
- **Acessibilidade digital:** garantia de que os portais e sites eletrônicos do Poder Judiciário sejam acessíveis a pessoas com deficiência, seguindo as melhores práticas internacionais.
- **Acessibilidade processual:** adaptações nos processos judiciais para garantir a participação plena de pessoas com deficiência, como a possibilidade de acompanhantes, assistentes pessoais e audiências virtuais ou presenciais, conforme a necessidade da pessoa.
- **Inclusão no ambiente de trabalho:** criação de condições especiais de trabalho para magistrados e servidores com deficiência, promovendo a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade.
- **Sensibilização e capacitação:** realização de ações para conscientizar magistrados, servidores e a sociedade sobre a importância da inclusão e acessibilidade, além de promover a capacitação para o atendimento adequado às pessoas com deficiência.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

Vítimas são tolhidas na própria casa

Incluída na Lei Maria da Penha, modalidade de agressão doméstica baseia-se em restrições à liberdade no cotidiano

Sara Gomes
sara.gomesreporterauniao@gmail.com

Controlar o dinheiro, danificar ou subtrair pertences da vítima e reter seus documentos pessoais. Essas condutas — muitas vezes, naturalizadas no cotidiano de relacionamentos abusivos — configuram a chamada violência patrimonial, que, além de comumente vitimar idosos, é uma das formas de agressão doméstica contra a mulher tipificadas na Lei Federal nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

De acordo com dados divulgados pela Polícia Civil da Paraíba (PCPB), dos 4.568 inquéritos relacionados a violência doméstica instaurados no primeiro semestre deste ano, 298 deles correspondem a ocorrências da modalidade patrimonial. E, embora o número de processos investigativos contra agressão doméstica no estado tenha crescido 92,74%, na comparação com os registros do mesmo período do ano passado (2.370 inquéritos), o recorte de casos relativos a violência patrimonial demonstra uma queda de 47%, já que os primeiros seis meses de 2024 somaram 564 ocorrências desse tipo.

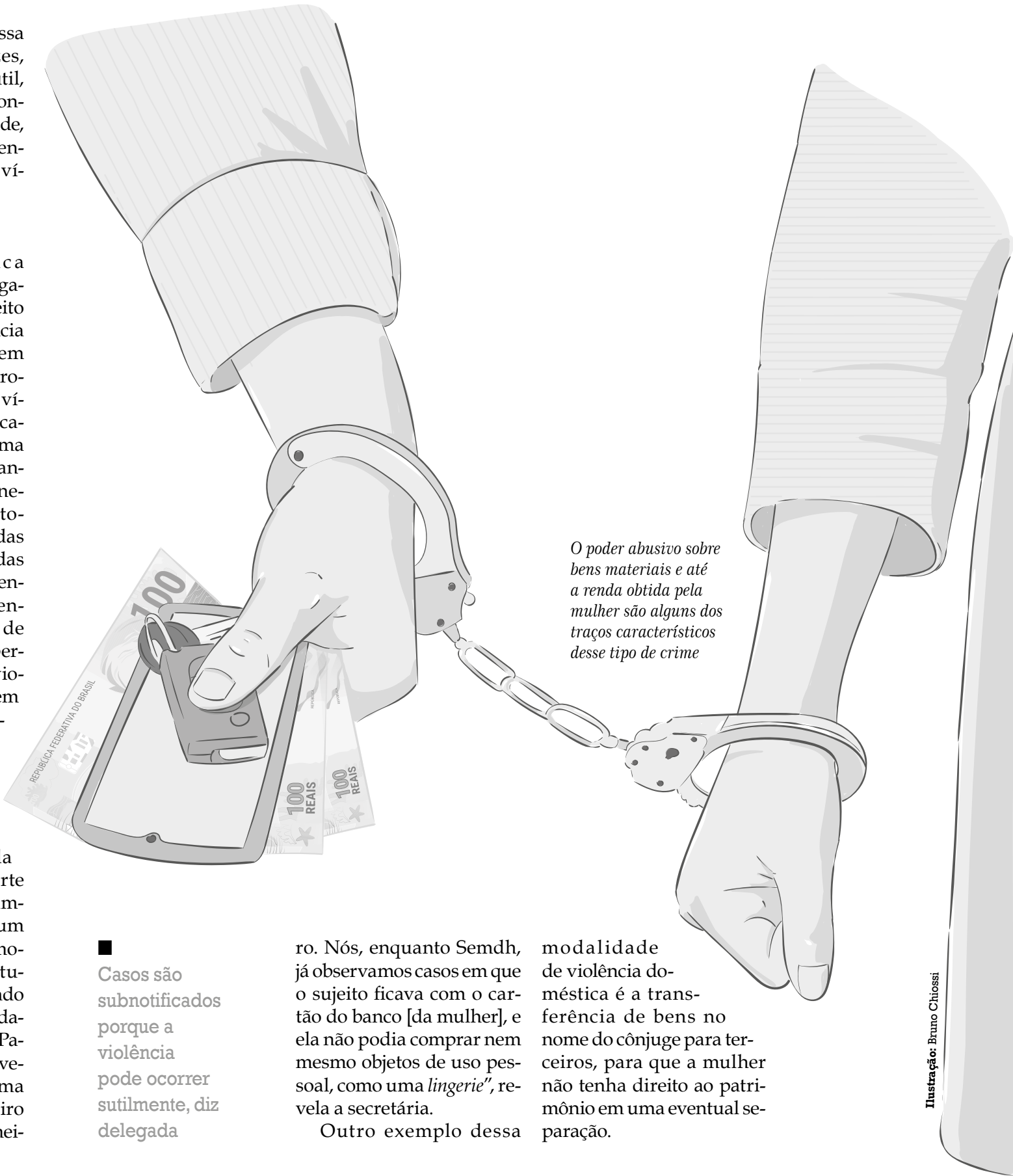
Na avaliação de Sileide Azevedo, delegada da PCPB e responsável pela Coordenação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher na Paraíba (Coordeam-PB), a redução nos números oficiais reflete o problema da subnotificação. “O aumento no número de procedimentos [referentes a violência doméstica], no geral, tem relação com o Pacote Antifeminicídio, que entrou em vigor no fim do ano passado. Crimes como o de ameaça tinham ação condicionada à representação da vítima; com a mudança na legislação, a vítima não pode mais escolher se quer instaurar o processo. Em relação à violência patrimonial, que é um tipo de violência nem sempre compreendido pela vítima, acontecem as subnotifica-

ções”, pontua Sileide. Tendo em vista que essa agressão é, muitas vezes, cometida de maneira sutil, baseada em abuso de confiança, sua ocorrência pode, de fato, ser de difícil identificação por parte das vítimas.

Formas de domínio

Conforme explica Nayane Ramalho, advogada especialista em Direito Previdenciário, a violência patrimonial baseia-se em maneiras de exercer controle sobre o cotidiano da vítima, restringindo sua capacidade de agir de forma independente e aproveitando-se de eventuais vulnerabilidades em sua autonomia, como a questão das finanças. “No contexto das mulheres, essa prática entrelaça-se frequentemente com outras formas de abuso. Várias vítimas permanecem em ciclos de violência por não possuírem independência financeira e, muitas vezes, terem filhos pequenos”, ressalta a advogada.

Nesse sentido, o controle direto da renda obtida pela própria mulher, por parte de seu companheiro, também se configura como um tipo de violência patrimonial, como salienta a titular da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (Semdh) da Paraíba, Lídia Moura. “Às vezes, a mulher possui uma renda, mas o companheiro quer controlar esse dinhei-



■ Casos são subnotificados porque a violência pode ocorrer sutilmente, diz delegada

ro. Nós, enquanto Semdh, já observamos casos em que o sujeito ficava com o cartão do banco [da mulher], e ela não podia comprar nem mesmo objetos de uso pessoal, como uma lingerie”, revela a secretária. Outro exemplo dessa

modalidade de violência doméstica é a transferência de bens no nome do cônjuge para terceiros, para que a mulher não tenha direito ao patrimônio em uma eventual separação.

Estelionato afetivo também é exemplo

No contexto da violência doméstica, a delegada Sileide Azevedo ainda chama atenção para a prática do chamado estelionato afetivo. O termo é usado para definir um tipo específico de violência patrimonial contra a mulher, no qual a vítima é enganada e manipulada emocionalmente em uma falsa relação de afeto — como um namoro ou uma promessa de casamento. “Esse crime ocorre quan-

do o autor simula sentimentos amorosos para aplicar um golpe financeiro. Em muitos casos, o golpista passa semanas ou meses fingindo afeto, até convencer a vítima a realizar transferências bancárias, dar presentes caros ou até transferir bens para seu nome”, alerta a coordenadora das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher no estado. O estelionato afetivo

está, inclusive, previsto no artigo 171 do Código Penal Brasileiro (CPB), que descreve o crime de estelionato como “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”. Além disso, vítimas dessa categoria de violência patrimonial também são contempladas pela Lei Maria da Penha, sobre-

tudo no que diz respeito a medidas protetivas contra os autores do crime. Outras condutas que constituem violência patrimonial também se enquadram em tipos penais já previstos no ordenamento jurídico brasileiro. A depender da situação, o agressor pode ser responsabilizado por crimes como dano (art. 163 do CPB), furto (art. 155) ou apropriação indébita (art. 168).

Em muitos casos, o golpista passa semanas ou meses fingindo afeto, até convencer a vítima a realizar transferências

Sileide Azevedo

Serviços de assistência ofertam amparo e oportunidade

Na Paraíba, a rede de assistência a mulheres vítimas de violência patrimonial ou outros tipos de agressão doméstica conta, atualmente, com 21 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), incluindo três unidades recém-criadas, em cidades como João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Patos, Sousa, Guarabira e Cajazeiras. Nos territórios onde não existem Deams instaladas, as vítimas são atendidas nas delegacias municipais.

De acordo com Sileide Azevedo, a Coordeam-PB tem investido na qualificação de suas equipes profissionais, por meio da Academia de Ensino da Polícia Civil. Cursos sobre violência

Rede Atualmente, a Paraíba conta com 21 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, em cidades como João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Patos, Sousa e Guarabira doméstica e sexual e melhoria do atendimento e acolhimento das vítimas são oferecidos continuamente. “Os novos agentes que ingressam na carreira já recebem,

durante a formação inicial, conteúdos específicos voltados ao enfrentamento da violência de gênero”, informa a delegada. A Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba, por sua vez, mantém diversas políticas públicas de combate à violência doméstica e amparo às vítimas desse tipo de crime. Um dos destaques é o Empreender Mulher, linha de crédito vinculada ao Programa Empreender PB e voltada a mulheres em situação de vulnerabilidade, incluindo vítimas de violência atendidas pelo Governo Estadual — como as acolhidas por Centros de Referência, casas-abrigo ou pela Patrulha Maria da Penha.

O objetivo da iniciativa é resgatar a dignidade dessas mulheres, fomentar sua autonomia econômica e impulsionar o protagonismo feminino no empreendedorismo. O crédito qualificado varia de R\$ 1.500 a R\$ 15 mil para pequenas produções. O pagamento é iniciado um ano após a liberação do recurso, permitindo que a mulher tenha tempo para estabilizar-se financeiramente, e a quitação pode ser feita em até 24 meses, com correção de 0,5%. A Semdh oferta, ainda, cursos profissionalizantes na modalidade de Ensino a Distância (EaD) e bolsas para conclusão dos ensinso Fundamental ou Médio. “Isso vai ampliar a qualificação da mulher, melho-

rar o currículo e possibilitar sua entrada no mercado de trabalho. Afinal, a dependência financeira é um fator

que contribui para a permanência no ciclo da violência”, enfatiza a secretária Lídia Moura.

Saiba Mais

Confira três dos principais sinais de violência patrimonial contra a mulher:

- 1. Controle do dinheiro**
O companheiro centraliza as decisões financeiras do casal e impede a vítima de ter acesso à sua conta bancária, ou exige que ela preste contas de seus gastos;
- 2. Impedimento de trabalhar ou estudar**
O companheiro desencoraja ou proíbe que a vítima tenha emprego, curso ou qualquer atividade remunerada, alegando que “seu lugar é em casa”, tornando-a dependente financeiramente;
- 3. Venda, destruição ou retenção de bens**
Objetos pessoais, móveis ou veículos são vendidos, danificados ou mantidos em poder do companheiro sem a autorização da vítima, comprometendo seu patrimônio.

CAMINHOS DO FRIO

Serraria sedia nova etapa do circuito

Em sua quinta semana de ações, festival convida público a conhecer o patrimônio histórico e arquitetônico da cidade

Camila Monteiro
milabmonteiro@gmail.com

A cidade de Serraria, localizada no Brejo paraibano, a 89 km de João Pessoa, é a quinta cidade a receber a Rota Cultural Caminhos do Frio deste ano, a partir de amanhã. A prefeitura do município, conhecido por seus engenhos, sua arquitetura e belas paisagens naturais, estima que Serraria deve receber mais de 20 mil pessoas ao longo dos sete dias de programação, superando o público de 15 mil a 20 mil visitantes que prestigiaram a edição de 2024.

De acordo com o secretário de Turismo da cidade, Allan Caboclo, a expectativa para esse novo recorde leva em consideração a agenda local elaborada para o festival itinerante de 2025, que prevê atividades até o próximo domingo (3). “Vamos atrair um público diverso, pois a programação foi pensada para a diversidade de culturas. Todos os dias terão apresentações de artistas da terra”, antecipa.

Além de explorar a arte local, as ações previstas também possibilitarão que os turistas de passagem por

Serraria conheçam o grande patrimônio histórico-cultural preservado na cidade, que vai desde a herança arquitetônica, representada pelos casarões antigos, até os próprios saberes cultivados pelo povo serrariense. “Nós vamos mostrar um pouco da nossa cultura para os visitantes que queiram vir à nossa cidade, sentir o frio e o calor humano que só Serraria oferece”, ressalta o secretário municipal.

Outro foco da agenda será a gastronomia regional. “As pessoas poderão experimentar alguns pratos da cidade, como também vivenciar um pouco dos atrativos dos engenhos locais”, destaca Josenildo Fernandes, presidente do Fórum Regional de Turismo Sustentável do Brejo Paraibano (FRTSB-PB), entidade que organiza o Caminhos do Frio.

Os engenhos Martiniano e Baixa Verde são, de fato, um importante diferencial turístico do município. Eles possibilitam que visitantes e habitantes de Serraria conheçam a arquitetura original de construções como casas-grandes e capelas coloniais, proporcionando ao público o contato com he-



Foto: Divulgação/Prefeitura de Serraria

Na Zona Rural, o Engenho Baixa Verde, assim como o Martiniano, proporciona o contato direto com heranças coloniais

ranças paraibanas do século 19 e com a natureza da Zona Rural.

Economia

Segundo Allan Caboclo, a Prefeitura Municipal também espera que a varia-

da programação de atividades gere um grande impacto econômico em Serraria, movimentando setores como hospedagens, bares e restaurantes, além dos passeios turísticos. “A expectativa é que o Caminhos do Frio mo-

vimente a economia local, valorizando nossa cultura, dando visibilidade aos nossos artistas e que, principalmente, contribua para o lazer e o bem-estar da nossa gente, pois nosso povo é acolhedor”, destacou o secretário

rio de Turismo. Ainda conforme Allan, a população serrariense reconhece a importância do evento e empenha-se bastante, tanto na divulgação do circuito quanto no prestígio às atrações oferecidas.

Shows e apresentações culturais promovem nomes da terra

A agenda da Rota Cultural Caminhos do Frio em Serraria tem início já na manhã de amanhã, às 7h30, com uma apresentação da Banda Marcial Princesa do Brejo e o hasteamento das bandeiras, contando com a participação das escolas locais, além de uma visita a pontos turísticos. “Vamos ter também um engenho montado em praça, a torra do café, e toda essa programação estende-se até as 12h”, explicou Allan Caboclo.

A abertura oficial do evento, no entanto, está agendada para a noite, a partir das 19h, na Praça Antônio Bento. Na ocasião, os visitantes poderão apreciar a performance da Orquestra Voo Livre, bem como deleitar-se com os produtos da Feira Gastronômica Delícias da Noite.

Um dos atrativos diferenciais da série de ações previstas em Serraria, ao longo desta semana, é o Fest Idosos, que acontecerá na tarde da próxima



Fotos: Teresa Duarte

Agenda festiva terá grupos de diferentes gêneros musicais, além de visita a centro de cultura

quinta-feira (31). A atividade, organizada pela Secretaria Municipal de Ação Social, foi incluída no Caminhos do Frio. “O Fest Idosos é um encontro de grupos de idosos de várias

cidades. Cada localidade traz sua cultura para apresentar aos visitantes, o que culmina em uma grande confraternização”, contou o secretário de Turismo serrariense.

Além disso, no último dia da rota cultural na cidade, haverá a Cavalcada da Fé, já considerada um momento tradicional e de sucesso popular da agenda local, reunindo mais de mil

cavaleiros — o que a torna uma das maiores cavalgadas promovidas na Paraíba. O encerramento do festival itinerante ainda será marcado pelos shows musicais de Delmiro Barros, João Pedro do Acordeon e Os Três do Chamego.

Opções variadas

Entre outros destaques dos próximos sete dias, a programação em Serraria oferecerá uma oficina de artesanato, feira de agricultores, práticas esportivas (corrida, trilha e pedal), apresentações escolares e o som de nomes como Magníficos, Danieze Santiago, Dodô Pressão e o Quinteto de Cordas do Prima — o Programa de Inclusão através da Música e das Artes, iniciativa social do Governo do Estado voltada para o ensino musical de crianças e adolescentes.

Na seara artística e cultural, também haverá uma exposição de obras do pintor e desenhista Edson Santos, assim como de outros

artistas da terra, no próximo sábado (2), e para antes, na terça-feira (29), está prevista uma visita à Casa de Cultura Wellington Farias. O espaço, que homenageia o legado do jornalista, intelectual e músico homônimo, filho ilustre de Serraria, engloba o Ponto de Cultura Roberto Luna e a Escola de Música Geraldo Cunha Lins, além de biblioteca, cineclube e um museu de antiguidades.

Atrações

Oficina de artesanato, feira de agricultores, exposição artística e práticas esportivas também compõem, até o dia 3 de agosto, a programação serrariense

Iniciativa percorrerá municípios do Brejo até setembro

Em sua 18ª edição, a Rota Cultural Caminhos do Frio é uma iniciativa do Fórum Regional de Turismo Sustentável do Brejo Paraibano, que conta com o apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Cultura (Secult), da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico (Setde) e da Empresa Paraibana de Turismo (PBTur). O circuito também recebe o suporte das prefeituras municipais das 10 cidades participantes, do Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas na Paraíba (Sebrae-PB) e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio).

A agenda completa começou em 30 de junho, no município de Areia, já passou pelas cidades de Pilões e Matinhas, encerra hoje sua semana em Solânea e, depois de Serraria, seguirá para Borborema (4 a 10 de agosto), Remígio (11 a 17 de agosto), Bananeiras (18 a 24 de agosto), Alagoa Grande (25 a 31 de agosto) e Alagoa

Nova (1º a 7 de setembro). Cada uma dessas localidades elabora e apresenta uma gama própria de atrações, com foco em suas riquezas naturais, culturais, históricas e gastronômicas.

Na avaliação de Ferdinando Lucena, presidente da PBTur, as cidades têm se preparado intensamente para acolher tanto os turistas como as populações locais, reconhecendo a oportunidade e o potencial econômico da iniciativa. “É um momento crucial para dar visibilidade

de aos municípios do Brejo paraibano”, ressaltou.

Curiosidades

“Espinho do Brejo”: assim foi originalmente batizado o povoado que se encontrava no alto de uma serra, naquela região da Paraíba. Por ter se desenvolvido mediante a criação de uma serralaria, o território teve seu nome alterado para Serraria. O empreendimento foi destruído e, em seu lugar, onde hoje situa-se o Centro da cidade, foi construída a Igreja Matriz do

Sagrado Coração de Jesus.

Serraria ganhou destaque no Brejo pelo plantio de cana-de-açúcar, fumo e café, com exportações até para a Europa. Também é digna de nota a produção dos engenhos — até a década de 1980, a cidade chegou a abrigar 42 estabelecimentos da categoria em funcionamento.

Localizado 612 m acima do nível do mar, o município é conhecido, ainda, pelo clima frio. As temperaturas mais baixas ocorrem de maio a agosto, atingindo cer-

ca de 15 °C, com uma sensação térmica de 12 °C. Alguns dos antigos moradores relatam já ter presenciado até chuvas de granizo na cidade.



Através do QR Code, acesse a agenda completa do evento

MEMÓRIA

O tempo não para

Cazuza morreu há 35 anos e *A União* lembra como foi o último show do poeta do rock em João PessoaEsmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

Avenida Ruy Carneiro ainda mantinha espaços vazios em janeiro de 1989. Por lá, naquela época, foi montado o palco do Squenta Verão, evento que trouxe à cidade, Cazuza, para a sua última apresentação no estado. Cercado de “lendas” — o cantor teria se apresentado sentado ou teria desmaiado em determinado momento da noite —, esse show permanece na memória do público paraibano, 35 anos depois da morte do cantor (ocorrida em 7 de julho de 1990). Embora não confirmem o rumor de que o artista teria passado mal, algumas pessoas que estiveram no show atestam a tristeza que sentiam, à época, com o estado debilitado da saúde do artista.

A *União* reportou o fato na data da apresentação: 19 de janeiro de 1989, uma quinta-feira. O *Segundo Caderno* publicou duas matérias não assinadas, dando conta do valor do ingresso da turnê *O Tempo Não Para* (5 cruzados) e a estimativa de público para aquele evento (10 mil pessoas). Também divulgou orientação da organização do show: todos os presentes deveriam vestir branco, cor que o próprio intérprete também usaria no figurino.

“No ano de 1988, Cazuza foi, sem sombra de dúvida, o artista em maior evidência na música do país, conseguindo críticas elogiosas dos mais exigentes profissionais da imprensa”, disse o texto. “Seu LP *Ideologia* (Polygram) vendeu uma barbaridade”.

Presente na plateia, o escritor e compositor Nelson Barros, pernambucano radi-

cado na Paraíba, situa o local em que palco estava: o terreno, antes baldio, abriga hoje o Supermercado Bemais. Ele recorda ter ido sozinho ao show, que foi concebido e dirigido por Ney Matogrosso. A magreza do artista alimentava as teorias de que ele escondia sua condição de soropositivo.

“A gente tinha uma noção, né? E o filme *Homem com H* (cinebiografia de Matogrosso) deixa isso tão claro. Vivíamos devastados com essas notícias, com essas mortes de amigos, famosos. O diagnóstico de HIV, naquela época, era mesmo uma sentença de morte”, sinaliza.

Cazuza assumiu que estava com Aids apenas um mês depois desse show em João Pessoa, numa entrevista publicada em 13 de fevereiro de 1989, na *Folha de S. Paulo*. “Estou com a ‘maldita’”, disse ao repórter Zeca Camargo. Barros compara o martírio do cantor na época com o da artista britânica Amy Winehouse, que lutou contra o vício em entorpecentes até a data de sua morte, em julho de 2011; Barros compareceu ao show dela em Pernambuco, meses antes.

“A plateia se dividia em duas. Pessoas loucas por ela, que estavam querendo ver e ouvir aquela moça extraordinária, e pessoas que estavam ali para ver o circo, sabe, esperando ela cair no palco”, declara.

Entrevista em Tambaú

Sílvio Osias, então jornalista na TV Cabo Branco, entrevistou Cazuza nas dependências do antigo Hotel Tambaú, onde ele se hospedou para o show de 1989 e recorda que ao tentar marcar o encontro que seria exibido no programa *A Palavra É Sua*, encontrou resistência da assessoria de imprensa do cantor, que andava preocupada

com a insistência de jornalistas no assunto Aids.

“Falei que conversaríamos apenas sobre música e nada mais. Quando cheguei, encontrei Cazuza saindo de um mergulho da piscina. Ele estava acompanhado do amigo e produtor Ezequiel Neves. Vestiu uma regata e um boné e começamos uma conversa amigável, fui recebido afetuosamente por ele”, lembra.

Durante o papo, Cazuza compartilhou a admiração que tinha por Caetano Veloso. Sílvio retrucou com o relato de uma conversa que teve com Gilberto Gil, anos antes: este via em Herbert Vianna uma versão mais atual de si mesmo, ao passo que enxergava em Cazuza uma variante mais jovem do compositor de “Sampa”.

“Os olhos dele brilharam na hora”, afirma Sílvio. O jornalista também não confirma as versões de que o artista teria cantado sentado ou que teria desmaiado. “Não tive essa impressão. Em certa altura do show, ele deitou no palco, como era comum na época e hoje em dia também”, assevera.

Show no Espaço Cultural

Luiz Antônio Mousinho, hoje professor, costumava passar as férias de verão no Rio de Janeiro, estado de origem de seu pai. Não esteve presente no show de Cazuza em João Pessoa, mas recorda de ver o início da trajetória do cantor na Cidade Maravilhosa, antes de quaisquer rumores sobre doença, e o anúncio de apresentações

Capa do caderno de Cultura de A União, no dia do último show de Cazuza em João Pessoa



Foto: Arquivo A União

da turnê *O Tempo Não Para* — a derradeira — na capital fluminense, de forma ostensiva, no ano anterior; uma delas no Caneção, mítica casa de show carioca.

“Por lá, ele caiu numa das apresentações. Quando anunciaram aqui, pensei, ‘Não vou, não vou vê-lo morrer no palco’. Hoje, eu me arrependo um pouco, sabe? Porque, no fim, foi um show tão emblemático, tão histórico...”, confessa.

O docente prefere manter memórias positivas de Cazuza em shows na Paraíba: um deles na Praça do Povo do Espaço Cultural; outro no Clube Astréa, no Tambiá. No primeiro, em 1985, ele estava se despedindo do Barão Vermelho, antes de rumar para a carreira solo. No segundo, já consolidado como intérprete, cantando faixas do álbum *Só Se For a Dois*, de 1987.

Imagens: Reprodução



1988

O TEMPO NÃO PARA

Registro do show ao vivo que ganhou um especial na Globo, no fim de 1988, com participações de Simone e Gal Costa.



1989

BURGUESIA

Disco duplo lançado próximo ao anúncio de sua condição como soropositivo, fato abordado em faixas como “Cobaías de Deus”.



1991

POR AÍ...

Póstumo, trazia canções que ficaram de fora do LP *Burguesia*; inclui “Camila, Camila” cover do Nenhum de Nós, em dueto com Sandra de Sá.



2007

O POETA ESTÁ VIVO

Gravação de show no Teatro Ipanema, no Rio de Janeiro, em 1987. Tem “Um trem para as estrelas”, tema do filme homônimo.



2022

O TEMPO NÃO PARA

Relançamento do disco histórico de 1989, com a adição de faixas excluídas na primeira edição, a exemplo de “Brasil”.

Foto: Divulgação/Polygram

Cazuza anunciou ser soropositivo apenas um mês após o show na Avenida Ruy Carneiro

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | Colaborador

A arte do capitalismo pós-moderno

A característica mais fundamental do capitalismo é a capacidade de transformar tudo em mercadoria, o que inclui a força de trabalho, os bens, a terra, o corpo, a cultura e as artes. Alguns estudiosos, como o sociólogo Fredric Jameson, veem no pós-modernismo uma ampliação dos tentáculos da mercadoria e do lucro. Ele acreditava que, no mundo contemporâneo, a “cultura” transformou-se em um produto como qualquer outro.

Ao contrário do que ainda existia no modernismo, especialmente no campo da arte, a crítica à mercadoria e a tentativa de superá-la foram deixadas de lado pelo pós-modernismo. Jameson argumenta que o mundo pós-moderno é vítima da falta de historicidade. Ao contrário da visão histórica moderna, profundamente marcada pela ideia de progresso — cujo telos nos levaria a um avanço gradual —, estaríamos presos a um eterno presente.

A partir disso, Jameson dirá que “o pós-modernismo não é a dominante cultural de uma ordem social totalmente nova, mas é um reflexo de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo”.

Essa crítica à perda de profundidade histórica na cultura contemporânea não é apenas uma constatação teórica, mas um alerta sobre o esvaziamento simbólico que marca o espírito do tempo.

Na modernidade, mesmo com suas contradições, havia uma busca por ruptura, um impulso utópico que animava as vanguardas artísticas e a crítica social. Obras e movimentos propunham-se a tensionar o presente, a imaginar futuros possíveis e a questionar as estruturas do capitalismo. No pós-modernismo, esse impulso dá lugar a uma lógica de reciclagem estética, na qual o passado é apropriado de maneira superficial, como estilo e não como história.

Jameson observa que essa lógica do pastiche, termo que ele usa para descrever a imitação vazia e sem ironia do estilo de outras épocas, é uma marca da cultura pós-moderna.

Não se trata mais de paródia crítica, mas de uma reprodução que não propõe ruptura. A arte torna-se cada vez mais uma extensão do mercado, produzida para o consumo imediato, para circular em galerias, museus e plataformas digitais como itens de valor simbólico e financeiro. É a estetização generalizada da vida cotidiana, onde o conteúdo crítico é, muitas vezes, substituído por uma performance de originalidade.

Outro ponto central em sua análise é a fusão entre formas culturais e lógicas de mercado. A televisão, o cinema, a publicidade e até a arquitetura passam a operar como parte do mesmo sistema de produção de signos. Tudo pode ser mercadoria, inclusive o estilo de vida,

a rebeldia e a própria ideia de crítica. Nesse cenário, até mesmo a arte engajada corre o risco de ser capturada por uma lógica de *branding*, no qual o gesto político é diluído em estética. O capitalismo pós-moderno, segundo Jameson, não suprime a arte crítica, ele a absorve, neutraliza e revende.

É nesse contexto que a distinção entre alta cultura e cultura de massa perde sua rigidez. Se por um lado isso pode ser visto como um avanço democrático, na medida em que rompe com hierarquias elitistas, por outro revela a dificuldade crescente de produzir arte que confronte, efetivamente, a ordem existente.

Jameson não propõe uma volta nostálgica ao modernismo, mas nos convida a perceber que, sem historicidade, a cultura corre o risco de perder sua força transformadora. A multiplicidade de estilos e referências, típica do pós-moderno, não basta por si só se estiver desprovida de uma consciência crítica sobre o tempo e a sociedade em que se insere.

A análise de Fredric Jameson segue atual e provocadora. É preciso recuperar a dimensão histórica e política da produção artística e compreender como o capitalismo molda nossas formas de sentir, imaginar e criar. Precisamos reativar aquele impulso utópico que um dia moveu as vanguardas.

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
klebmaux@gmail.com | Colaborador

Indiferença moral

A miséria humana não se restringe à carência de recursos financeiros ou bens materiais; trata-se, sobretudo, da negação da dignidade, da escuta, do cuidado e do sentimento de pertencimento. Embora tenha raízes estruturais na injustiça social, a miséria aprofunda-se por meio do silêncio, da indiferença e da naturalização do sofrimento. As chamadas “dores sociais” emergem de contextos marcados pela exploração e pela desigualdade, e manifestam-se no corpo e na psique por meio de sintomas como a depressão, os transtornos neuróticos e os transtornos de personalidade — caracterizados pela forma como o indivíduo interpreta a si mesmo e estabelece relações com os outros. A superação dessas formas de sofrimento requer políticas públicas estruturais, ações solidárias efetivas, processos educativos críticos, reconstrução dos laços sociais e afetivos, bem como uma reflexão ética e filosófica sobre o papel da cidadania no espaço coletivo de existência. O enfrentamento da miséria, portanto, demanda empatia social, mobilização coletiva e, sobretudo, vontade política.

As formas de indiferença intensificam o sofrimento humano. Ambientes constituídos por diferentes formas de violência — seja doméstica, urbana, institucional ou simbólica — produzem traumas, geram medo e fragilizam os laços emocionais. Em muitos casos, a violência constitui uma das manifestações mais evidentes da miséria social, funcionando tanto como causa quanto como consequência dela. Cidadãos expostos a situações violentas tendem a internalizar comportamentos agressivos ou a carregar, ao longo da vida, os efeitos psíquicos e sociais destrutivos desse convívio com o medo e a insegurança. Fenômenos como a alienação e a perda de sentido de vida não se limitam às populações em situação de vulnerabilidade extrema. O individualismo, característico de sociedades contemporâneas marcadas pelo consumismo e pela competição, rompe o senso de coletividade e solidariedade, tornando-o cada vez mais solitário e invisível.



Foto: Reprodução

Arendt: “O maior mal do mundo é cometido por pessoas que nunca decidiram ser boas ou más”

Hannah Arendt (1906–1975), em sua obra *Sobre a Violência*, publicada em 1970, afirma que “a violência é, por natureza, instrumental; como todos os meios, requer sempre orientação e justificação através do fim que visa” (p. 55–56). Para a autora, a violência não é um fim em si, mas um instrumento que depende de justificativas externas para sua legitimação. Outro conceito fundamental em seu pensamento é o da banalidade do mal. Arendt identificou uma forma de mal não motivada por ódio extremo, mas por indiferença, conformismo burocrático e obediência cega às ordens, sem reflexão crítica. Esse conceito compreende como a indiferença moral torna-se uma das causas da indiferença moral. A banalização do sofrimento alheio — isto é, a naturalização da violência e da miséria como se fossem fatos neutros ou inevitáveis — revela a perda da capacidade de julgamento de empatia. Para Arendt, a ausência do pensamento autônomo e a recusa em julgar moralmente contribuem para a perpetuação de estruturas opressoras. Em sua análise, “o maior mal do mundo

é cometido por pessoas que nunca decidiram ser boas ou más”.

A indiferença moral, quando internalizada, manifesta-se sob a forma de dor psíquica e perda do sentido existencial. A exclusão social gera sentimentos de vergonha, humilhação e ansiedade. Em situações de pobreza, há presença de traumas intergeracionais, nos quais experiências como fome, violência e abandono são transmitidas de uma geração à outra. Para alguns, o enfrentamento da miséria exige uma transformação interna — um movimento de compaixão e ressignificação que os leva a reconstruir afetos, identidades e a buscar consciência de mudança pessoal e coletiva.

Sinta-se convidado à audição do 529º Domingo Sinfônico, que ocorrerá neste dia 27, das 22h às 0h. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é na FM 105.5, ou você pode acessar pelo aplicativo em <https://radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vivo/radio-fm>. Durante a transmissão, comentarei sobre a interpretação do violinista e maestro italiano Salvatore Accardo nas obras do compositor Niccolò Paganini (1782–1840).

Kubitschek
Pinheiro
kubipinheiro@yahoo.com.br

Vestido de João Donato

Pessoas são a coisa mais atraente do mundo, cidades também, até mesmo o som dos seus nomes nos transportam, como se o próprio nome já fosse um lugar: João Donato, Ivone Belém, seu Vicente e dona Antonieta e meu filho Vitor.

A gente quer sempre estar num lugar — um lugar onde tudo está por acontecer, um lugar que se põe em movimento, seja de frente para o mar, seja olhando para a favela Rocinha, de uma sacada de Copacabana. Copacabana é um lugar tão bonito...

O meu amor por João Donato e Ivone Belém vai além, como uma flor-de-maracujá, tão linda que se abre ao sol, e recria-se conforme os nossos desígnios.

Entrevistei o músico João Donato várias vezes, sempre pelo telefone, aquela voz pequena, quase de criança, os contatos eram feitos por Ivone, sua mulher. Tal dia, tal hora.

João Donato partiu em julho de 2023, a um mês de completar 89 anos. Um dos maiores artistas brasileiros, um dos caras mais importantes da música. Nasceu em Rio Branco, no Acre, e com 11 anos se mudou com a família para o Rio de Janeiro. Com cinco anos já tocava acordeon.

Se eu fosse escrever aqui quem foi, quem é João Donato, teria que encher páginas inúmeras, teria que pensar na ousadia de escrever a biografia dele, mas aí eu não saberia por onde começar.

Em 1958, Donato gravou “Minha saudade” e “Mambinho”, em parceria com João Gilberto. Ele adaptou as influências do jazz com a música do Caribe, como integrante das orquestras de Mongo Santamaría, Johnny Martinez, Cal Tjader e Tito Puente. E excursionou com João Gilberto pela Europa. Tem composições com Caetano Veloso, Gilberto Gil, uma porrada de gente bacana.

Para chegar lá, Donato, um gênio, percorreu tantos lugares, palcos onde se fazem silêncios, onde o som do Donato e o tempo parecem não ter tempo de ser cumprido uma vez degustado, onde as pessoas o aplaudiam de pé — gravou vários discos onde invocamos seu nome nos quatro lugares.

Com Gil, ele compôs “A paz”, “Bananeira” e “Lugar comum” e, como estamos falando sobre ele, através dos lugares, a canção lugar-comum é bem simples. Donatão, tem um filho chamado Donatinho que também é músico.

“Beira do mar, lugar-comum, começo do caminhar, pra beira de outro lugar, beira do mar, todo mar é um, começo do caminhar, pra dentro do fundo azul, a água bateu, o vento soprou, o fogo do Sol, o sal do senhor, tudo isso vem, tudo isso vai pro mesmo lugar”.

Sorte minha ter conhecido esse cara e a mulher, a jornalista Ivone Belém. Sorte minha ter ganho uma camisa dele, grandona como ele, estampada como eu gosto. “Nós comprávamos os tecidos africanos em Paris, que hoje já existem no Brasil, e mandávamos fazer as camisas dele”, disse Ivone.

Sai pela rua Nossa Senhora de Copacabana vestido de João Donato. Dando pinotes. Não somos um ciclone, nem um furacão, somos engraçados. Tenho muita coisa para viver ainda e vou por aí com essa camisa do João Donato, que fui e sou merecedor, essa fina estampa.

Obrigado, Ivone, Donato está por aí no Jardim Botânico, está em nós, que rompemos tabus e preconceitos e amamos de verdade.

Kapetadas

- 1 – Exército da Salvação só existe um — e não é esse dos neopentecostais.
- 2 – O humor é uma das formas mais sofisticadas de pensamento. Eu juro.



Foto: Arquivo pessoal

O colunista com a camisa do músico João Donato (no detalhe)

Colunista colaborador

Coisas de Cinema

Alex Santos

Cineasta e professor da UFPB | Colaborador

A Revolução de 1930 e o cinema na Paraíba (2)

No vídeo-resgate que realizamos em 2013, *Américo: Falcão Peregrino* (<https://www.youtube.com/watch?v=-JhrC-5yQx3M>), registramos a ligação do poeta com o presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Em vivo depoimento, a filha do vate, Marlinda Falcão Estrela, dá detalhes dessa relação, inclusive da relação de Américo com as artes e a cultura daquele tempo.

Em *Américo: Falcão Peregrino*, dois instantes da narrativa dizem muito bem e verdadeiramente da amizade, do respeito que tinha o vate para com o seu comandante, nas sequências em que Américo fazia sua costureira caminhada pela cidade, todas as tardes, após deixar a biblioteca. Sempre ia à Praça João Pessoa e se postava, respeitosamente, em frente ao monumento do ex-presidente, em reverência, tirando-lhe o chapéu que sempre usou. Um outro instante marcante no vídeo é aquele em que, sob forte dilúvio trovejante, na penumbra da noite, em sua residência, após exibir cenas da pesca da baleia do documentário *Sob o Céu Nordestino*, de Walfredo Rodriguez, Américo se recolhe e passa a refletir tristemente sobre o amigo João Pessoa.

Depois da grande comoção popular com a morte de João Pessoa, a Parahyba passaria imediatamente ao comando do vice-presidente Álvaro de Carvalho, até meados de outubro daquele mesmo ano, quando do golpe de Estado que derrubaria o presidente da República Washington Luiz, no Rio de



Foto: Arquivo pessoal

Cena de “Américo: Falcão Peregrino”, produção dirigida pelo colunista em 2013

Janeiro, subindo ao Palácio do Catete o novo presidente Getúlio Vargas

Em consequência, a capital Parahyba, agora denominada João Pessoa, terá como interventor federal Antenor Navarro, que abriria então uma nova etapa para a história do nosso cinema. É quando inaugura, no já existente Teatro Santa Roza, uma sala de projeção cinematográfica condigna com a exibição do primeiro filme “falado” entre nós. Fato amplamente divulgado pela imprensa local e de fora do estado, tendo como principal porta-voz o jornal oficial **A União**.

Dada a importância simbólica da Revolução de 1930, o cinema paraibano jamais a esqueceu. Rebobinando os fatos, premiando a nossa cinematografia em 1985, há um documentário à altura da história da Paraíba, dentro das celebrações do seu quarto centenário: *Parahyba*, filme multipremiado nacionalmente. Um trabalho realizado dentro das regras empresariais e profissionais que o próprio cinema e suas tradições exigem. Tudo feito sob critérios de revisão crítica, com respeito e ousadia que o assunto requeria, liderado por um grupo de historiadores, escritores, jornalistas, roteiristas e cineastas, com apoio de diversas instituições do estado da Paraíba.

Entre as figuras que propuseram e efetivaram o feito *Parahyba*, além de vários autores e publicações em livros e textos da imprensa, destacam-se os nomes dos cineastas Machado Biten-court e Alex Santos, do historiador-escritor José Octávio de Arruda Mello, com participação de Antônio Barreto Neto, Moacir Barbosa de Sousa, Wills Leal e Linduarte Noronha.

Para mais “Coisas de Cinema”, acesse nosso blog: www.alexantos.com.br.



APC promove ações culturais de cinema

Mais uma vez, a Academia Paraibana de Cinema (APC), sob a coordenação de seu presidente prof. João de Lima Gomes, promove atividades culturais relacionadas ao cinema, agora em sua sede localizada na unidade da FCJA, na Avenida N. Senhora dos Navegantes, em Tambaú.

Na quinta-feira passada, a Sala Barreto Neto da APC recebeu um grupo de estudantes da rede pública, no turno da manhã, para mais uma sessão de vídeo, quando foi exibido o longa *Chico Bento e a Goiabeira Maravilhosa*. Na ocasião, houve acompanhamento dos alunos e dos seus professores, convidados a conhecer também a Unidade Tambaú da FCJA.

STREAMING

Série “Chaves” chega amanhã ao Prime Video

Esmejoano Lincol
esmejoanolincol@hotmail.com

Depois de chegar ao Globoplay na semana passada, *Chaves*, sucesso há mais de 40 anos no Brasil, será incluído no catálogo do Prime, amanhã (dia 28). O seriado mexicano estrelado por Roberto Bolaños estará disponível em ambas plataformas junto com *Chapolin*, outra criação do conhecido Chespirito — apelido do ator no México. O Prime totaliza 500 episódios de ambos os programas; já o Globoplay disponibiliza 88 capítulos de cada título. *Chaves* também pode ser visto na programação do SBT — de segunda a sexta-feira, às 18h e às 21h50; aos domingos, a emissora programa uma exibição matutina às 8h.

O criador de conteúdo Renan Garcia mantém, há seis anos, o canal *Vila do Chaves*, acumulando mais de 850 mil seguidores no YouTube. Em conversa com a reportagem, ele rememora sua participação no último Imagineland, evento de cultura *pop* que acontece periodicamente em João Pessoa: marcando presença no Teatro Pedra do Reino, ele entrevistou Carlos Villagrán, intérprete do Quico, diante de uma plateia lotada. “Foi uma alegria tremenda para mim, inclusive por ter minha cara no Jornal **A União**”, declara.

Renan também recorda um momento triste para os fãs dos seriados: de 2020 a 2024, um imbróglio envolvendo direitos autorais interditou a exibição

de *Chaves* e *Chapolin* na TV aberta e na internet. “Acho que todo mundo estava até perdendo as esperanças de rever. Então, eu senti falta principalmente pelo que ele representava para a minha geração. Eu tenho os episódios guardados num HD, sei onde os grupos estão fazendo um levantamento dos episódios e tal, mas o grande público não tem isso, né?”, atesta.

Boa parte dos episódios de *Chaves* e de *Chapolin* ganharam, no Brasil, uma dublagem do estúdio MaGa, do ator Marcelo Gastaldi, ainda nos anos 1980. Capítulos sem essa dublagem original ganharam novas versões para o Prime, um registro com uma qualidade aquém do que os fãs esperavam, atesta Renan.

“Teve algumas trocas que a gente julgou muito abaixo em alguns casos. Flávio Back fez a voz do Villagrán em *Chapolin*. Ele é um ótimo dublador, mas a voz dele não casa nem um pouco com a do personagem”, opina.

Acompanhando *Chaves* e sua turma desde 1990, Renan afirma que a cada reprise ele consegue visualizar os episódios sob um novo prisma, descobrindo informações que não puderam ser conferidas na primeira vez.

“O Concurso de Beleza (de 1978) foi exibido no México mais cedo, às 18h30, como um esquentado para o Miss Universo, que começaria às 19h. Então, a Chiquinha está lá falando com o Chaves: ‘Vamos assistir ao concurso, é daqui a pouco’. Tem toda uma linguagem no roteiro, uma propaganda muito bem-feita”, revela.

Chaves e *Chapolin* regres-sam ao canal pago Multishow no dia 4 de agosto; *Chaves* chega à Netflix a partir do dia 11. Renan Garcia torce para que não haja novos bloqueios às séries e para que novas gerações continuem sendo conquistadas por esses conteúdos. “Nós, os fãs, mantivemos essa chama viva durante aqueles quatro anos. Temos uma importância muito grande nisso, de transformar *Chaves* e *Chapolin* em conteúdos ainda relevantes e interessantes dentro das redes sociais”, conclui.



Foto: Divulgação/Televisa

Chespirito e Maria Antonieta de las Nieves na série que entra no catálogo amanhã

Letra Lúdica

Hildeberto
Barbosa Filho

hildebertopoesia@gmail.com

Elizabeth na Continente Multicultural

A sensibilidade e a inteligência do editor Mário Hélio faz com que a revista *Continente Multicultural*, atenta ao desafio da diversidade, já implícita no título, contemple, em suas páginas, a presença intelectual e artística de paraibanos.

Mário Hélio, ele mesmo um paraibano (de Sapé), embora radicado, há muito tempo, em Pernambuco. Homem de mentalidade aberta, de ampla cultura, desenvolto no manuseio da palavra, oral e escrita, sempre no exercício crítico face às múltiplas linguagens com que lida no seu *métier* de antropólogo, historiador, poeta e editor. Soube, portanto, em tempo oportuno, perceber a grandeza de seus pares conterrâneos.

Chico Pereira, Raul Córdula, Flávio Tavares, Thélío Queiroz Farias, Lucy Alves e Elizabeth Marinheiro são alguns dos nomes que comparecem nos últimos números da prestigiada revista, quer como colaboradores, quer como objetos de ensaio crítico, reportagem ou perfil.

No exemplar de junho-agosto, destaco a matéria “Pioneirismo e teimosia”, sobre Elizabeth Marinheiro, com texto de Carol Botelho e fotos de Leopoldo Conrado Nunes, a abordar aspectos essenciais a respeito da notável professora e estudiosa da literatura brasileira e da teoria literária.

Alguns assuntos explorados me chamaram a atenção pela pertinência e seriedade do tratamento crítico que a entrevista imprime às suas respostas, sempre alicerçadas em bases teóricas sólidas e persuasivas.

Elizabeth Marinheiro não tergiversa nem se vale de fofos eufemismos para fazer certas afirmações, como esta: “Em termos de leitura, somos subdesenvolvidos. Em ambientes universitários, as pessoas desconhecem até autores locais”.

Assino embaixo. Do ponto de vista da leitura literária, a universidade, ou melhor, os cursos de Letras, salvo raríssimas exceções, quando não sucumbem ao peso do cânone consagrado, procuram apostar no canto de sereia do politicamente correto. São quase sempre indiferentes ao entorno local, a seus escritores, críticos e poetas.

Em outra passagem, bem a seu modo, decidido e corajoso, assinala: “A comunicação nacional só se fará quando as literaturas regionais chegarem, igualmente, aos grandes centros”.

Sem dúvida. Enquanto não se incorporarem ao mapa da história da literatura os valores periféricos, as contribuições regionais, as presenças indígenas, afrodescendentes e outras correntes migratórias, ter-se-á apenas um simulacro ilusório da complexidade histórica e literária do país.

Em outro momento, considerando a figura do crítico literário, afirma: “Crítico que não termina com ponto de vista pessoal não é crítico”.

Perfeito. O crítico de verdade não dispensa o método nem a teoria; não esconde seus fundamentos nem seus instrumentos comparativos; faz a análise e constrói uma interpretação. Porém, nunca foge à exigência de um juízo avaliativo. E é aí que ele, o crítico, aparece com o seu pensamento próprio, com seu gosto e escolhas depuradas.

Elizabeth Marinheiro, entre outras virtualidades que detém na sua trajetória intelectual, é essa voz crítica capaz de pensar por si mesma e que, por isso mesmo, deixa, aos que amam a literatura, um legado precioso e definitivo.



Foto: Divulgação/Cepe

Edição traz reportagem sobre Elizabeth Marinheiro

Colunista colaborador

LITERATURA

“Inexplicável” ganha terceira edição

Livro de Phelipe Caldas que originou o filme tem novo lançamento, agora pela editora paulista Buzz

Emerson da Cunha
emerson.auniao@gmail.com

Quem zapeia pelos *streamings* provavelmente já se deparou com o filme *Inexplicável*, do diretor Fabrício Bittar, durante algumas semanas no *top 10* de filmes mais assistidos na Netflix no Brasil, Portugal e na América Latina. O sucesso da adaptação do livro do paraibano Phelipe Caldas leva ao lançamento da terceira edição da obra, agora pela Editora Buzz e com o título *Inexplicável – A História do Menino que Queria Jogar Futebol*. A nova versão do livro está disponível na Amazon e tem lançamento previsto para agosto, em João Pessoa.

Com o título *O Menino que Queria Jogar Futebol*, o livro teve duas edições locais, primeiro pela editora Ideia e depois pela Leevros. Esse é o momento em que a publicação poderá ter uma distribuição mais nacional, com a adição do nome do filme no título do livro, posicionando o título anterior como subtítulo.

A ideia é aproximar as duas realidades das mídias, e trazer para mais perto o público que já assistiu ao longa e deseja saber mais no formato impresso. “São linguagens completamente diferentes. O cinema, pela própria linguagem da dramaturgia, tem que ser mais direto, mais assertivo, não dá para divagar muito. O livro tem muito mais detalhe”, explica o autor.

A narrativa, baseada em uma história real, conta a história de Gabriel, de oito anos, que almeja ser jogador de futebol, mas que descobre um tumor maligno no cérebro. Nesse momento, acontecimentos inexplicáveis do ponto de vista médico permeiam a trama, colocando a fé como resposta possível no tratamento da doença.

“O filme é relativamente fiel à história verdadeira, só que o filme termina em dado momento e a história no livro ainda tem muito pela frente: toda a parte de recuperação, da volta ao jogo de futebol, que o fil-

me, em termos de linguagem, acaba resumindo em alguns minutos”, conta Caldas. “O leitor que assistir ao filme, que quer se aprofundar na história, vai encontrar muito mais detalhes no livro”.

Indagado sobre o sucesso da história, ele reconhece que, de fato, é uma trama impactante e emocionante, que dialoga com diversos públicos, “com telespectadores, com quem gosta de futebol, com pessoas que têm mais fé, com pessoas que, mesmo que não tenham fé, se impactam com a história de envolver uma criança”.

Há ainda outro fator envolvente: a forma como se relaciona com a realidade. “Quando a pessoa descobre q u e

isso tudo que assistiu é uma história real, acho que mexe ainda mais. E também tem a questão das pessoas se conectarem porque viveram alguma coisa parecida. Mas,

mesmo quem nunca viveu nada, só pelo fato de ser pai ou mãe, ou até quem não tem filho. Há uma série de aspectos que chamam atenção do público”, finaliza.

Nova versão do livro que conta uma história paraibana agora adota o título do filme

Em Cartaz



Cinema

Programação de 24 a 30 de julho, nos cinemas de João Pessoa, Campina Grande, Patos, Guarabira e Remígio.

* Até o fechamento desta edição, o Cine Vieira, em São Bento, não havia divulgado sua programação.

ESTREIAS

LIÇÕES DE LIBERDADE. (*The Penguin Lessons*). Espanha/ EUA/ Reino Unido, 2024. Dir.: Peter Cattaneo. Elenco: Steve Coogan, Jonathan Pryce, Vivian El Jaber. Drama. Inglês desiludido na Argentina, em 1976, tem sua vida transformada quando resgata um pinguim na praia. 1h51. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 17h. CENTERPLEX MAG 2: leg.: 21h15.

UM LOBO ENTRE OS CISNES. Brasil, 2025. Dir.: Marcos Schechtman e Helena Varvaki. Elenco: Matheus Abreu, Dario Grandinetti, Maria Paula Marini. Drama. Jovem do subúrbio carioca tenta vencer no mundo do balé clássico na Europa. 1h55. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 17h. CENTERPLEX MAG 2: leg.: 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: qui.: 19h.

QUARTETO FANTÁSTICO – PRIMEIROS PASSOS. (*The Fantastic Four – First Steps*). EUA, 2025. Dir.: Matt Shakman. Elenco: Pedro Pascal, Vanessa Kirby, Joseph Quinn, Ebon Moss-Bachrach, Ralph Ineson, Julia Garner, Natasha Lyonne. Aventura. Família de super-heróis precisa defender a Terra de um deus espacial devorador de mundos. 1h55. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 19h30. CENTERPLEX MAG 3 (Atmos): dub.: 14h, 16h30; leg.: 19h, 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 5: dub.: 13h15, 15h45, 18h30, 21h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 6: dub.: 3D: dom.: 12h45, 15h15, 18h, 20h45; seg. a qua.: 15h15, 18h, 20h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 7: dub.: 14h15, 17h; leg.: 19h45, 22h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 9 (macro-XE): 3D: dub.: 14h, 16h30, 19h15; leg.: 22h. CINÉPOLIS MANAÍRA 10 (VIP): leg.: 3D: 13h45, 16h15, 19h, 21h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 1: dub.: 14h, 16h30, 19h15, 22h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 5: dub.: 13h30, 16h, 18h30, 21h. CINESERCLA TAMBIA 3: dub.: 15h, 17h25, 19h40. CINESERCLA TAMBIA 6: dub.: 14h10, 16h20, 18h30, 20h40. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 2: dub.: 14h10, 16h20, 18h30, 20h40. CINESERCLA PARTAGE 5: dub.: 15h, 17h25, 19h40. **Patos:** CINE GUEDES 3: dub.: 3D: 14h50, 17h, 19h10; 2D: 21h15. PATOS MULTIPLEX 1: dub.: 18h20. PATOS MULTIPLEX 4: dub.: 2D: 15h; 3D: 20h30. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 20h40. CINEMAXXI CIDADE LUZ 3: dub.: 2D: 14h20, 16h40, 21h20; 3D:

19h. **Remígio:** CINERT: dub.: dom. e ter.: 14h, 18h30; seg. e qua.: 14h, 20h30.

REAPRESENTAÇÃO

SANEAMENTO BÁSICO. O FILME + ILHA DAS FLORES. Brasil, 2007. Dir.: Jorge Furtado. Elenco: Fernanda Torres, Wagner Moura, Camila Pitanga, Lázaro Ramos, Bruno Garcia, Paulo José, Tonico Pereira, Jaína Kremer Motta, Lúcio Mauro Filho, Zéu Brito. Comédia. Moradores querem da prefeitura o conserto de uma fossa, mas recebem a verba para produzir um filme. Tentam, então, descobrir como fazer um para resolver junto o problema do saneamento. Exibição inclui o curta *Ilha das Flores* (1989). 1h52. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: dom., 27/7: 19h.

ESPECIAL

MOSTRA PRÊMIO GRANDE OTELO/JOÃO PESSOA. Exibição de filmes indicados ao prêmio do cinema brasileiro. Segunda (28/7); *Fernanda Young – Foge-me ao Controle* (17h); *Baby* (19h30). Terça (29/7): *Luiz Melodia – No Coração do Brasil* (17h); *Milton Bituca Nascimento* (19h30).

João Pessoa: CINE ARUANDA (CCTA, UFPB). Até 29/7. Entrada franca.

MOSTRA PRÊMIO GRANDE OTELO/SOUSA. Exibição de filmes indicados ao prêmio do cinema brasileiro. Terça (29/7): *3 Obás de Xangô* (15h30); *Câncer com Ascendente em Virgem* (19h).

Sousa: CENTRO CULTURAL BANCO DO NORDESTE (R. Cel. José Gomes de Sá, 7, Centro). Até 29/7. Entrada franca.

CONTINUAÇÃO

ALEGORIA URBANA + NÃO SOU EU (*Allégorie Citadine + C’Est pas Moi*). França, 2024. Dir.: JR e Alice Rohrwacher, Leos Carax. Drama/ documentário. No curta, garoto de 7 anos descobre verdades; no média, o cineasta Leos Carax revê sua carreira. 21min/ 41min. 12 anos/ 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: dom., 27/7: 15h; ter., 29/7: 19h; qui., 31/7: 19h.

COMO TREINAR O SEU DRAGÃO (*How to Train Your Dragon*). Reino Unido/ EUA, 2025. Dir.: Dean DeBlois. Elenco: Mason Thames, Nico Parker, Gerard Butler. Aventura/ infantil. Garoto de uma comunidade de vikings em guerra com dragões faz amizade com um dragão ferido. Refilmagem *live action* da animação de 2010. 2h05. 10 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: dub.: 15h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 18h15. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: 13h. CINESERCLA TAMBIA 1: dub.: 15h, 17h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: 15h30. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 16h40. PATOS MULTIPLEX 3: dub.: 17h20.

CRIAATURAS DA MENTE. Brasil, 2025. Dir.: Marcelo Gomes. Documentário. O neurocientista Sidarta Ribeiro tem suas teorias documentadas. 1h25. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: seg., 28/7: 20h30; qui., 31/7: 20h30.

ELIO (Elio). EUA, 2025. Dir.: Adrian Molina, Madeline Sharafian e Domee Shi. Vozes na dublagem brasileira: Lorenzo Tironi, Juliana Paiva, Danylo Miazato. Animação/ aventura/ infantil. Menino é abduzido e confundido com o embaixador intergalático do planeta Terra. 1h39. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: dub.: 14h45.

EU SEI O QUE VOCÊS FIZERAM NO VERÃO PASSADO (*I Know What You Did Last Summer*). EUA/ Austrália, 2025. Dir.: Jennifer Kaytin Robinson. Elenco: Madelyn Cline, Chase Sui Wonders, Freddie Prinze Jr., Jennifer Love Hewitt. Suspense. Grupo de amigos é aterrorizado por perseguidor misterioso que sabe de um incidente horrível no passado deles. Refilmagem do filme de 1997. 1h51. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 1: leg.: 21h45. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: dub.: 19h50, 22h20. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: 21h15. CINESERCLA TAMBIA 2: dub.: 20h50. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 20h50. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 21h15. PATOS MULTIPLEX 1: dub.: 21h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: 18h50.

F1 – O FILME (F1 – The Movie). EUA, 2025. Dir.: Joseph Kosinski. Elenco: Brad Pitt, Javier Bardem, Kerry Condon. Aventura/ drama. Piloto de fórmula-1 sai da aposentadoria para formar equipe com um piloto mais jovem. 2h35. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: leg.: 20h40.

JURASSIC WORLD – RECOMEÇO (*Jurassic World – Rebirth*). EUA, 2025. Dir.: Gareth Edwards. Elenco: Scarlett Johansson, Jonathan Bailey, Mahershala Ali. Aventura/ ficção científica. Equipe busca colher amostras de DNA de dinossauros para a criação de um novo medicamento. Sétimo da série iniciada com *Jurassic Park – Parque dos Dinossauros* (1993). 2h14. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: dub.: 18h30. CINÉPOLIS MANAÍRA 8: dub.: 14h45, 17h45, 20h50. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: 21h30. CINESERCLA TAMBIA 4: dub.: 15h30, 18h, 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 3: dub.: 18h, 20h30. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 18h55. PATOS MULTIPLEX 4: dub.: 17h50. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: 16h. CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dom.: dub.: 13h45.

LILLO & STITCH (Lilo & Stitch). EUA, 2025. Dir.: Dean Fleischer Camp. Elenco:

Chris Sanders (voz), Maia Kealoha, Sydney Agudong, Zach Galifianakis, Curtney B. Vance, Tia Carrere, Jason Scott Lee. Infantil/ aventura/ comédia. Garota solitária faz amizade com alienígena destruidor que está em fuga. Refilmagem *live action* da animação de 2002. 1h48. 10 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 2: qui. a ter.: dub.: 13h20. **Patos:** PATOS MULTIPLEX 1: dub.: 16h10.

PRÉDIO VAZIO. Brasil, 2025. Dir.: Rodrigo Aragão. Elenco: Caio Macedo, Leonardo Magalhães, Gilda Nomacce. Terror. À procura da mãe, jovem chega a um prédio aparentemente vazio, mas habitado por almas torturadas. 1h20. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: seg., 28/7: 18h30.

O SILÊNCIO DAS OSTRAS. Brasil, 2025. Dir.: Marcos Pimentel. Elenco: Barbara Colen, Lucas Oranmian, Lavisia Castelar. Drama. Família sofria enquanto depende do trabalho nas minas em Brumadinho. 2h07. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: ter., 29/7: 20h30.

SMURFS (Smurfs). EUA/ Bélgica/ Itália, 2025. Dir.: Chris Miller. Vozes na dublagem brasileira: Jullie, Diego Martins, Ricardo Rossatto, Elcio Romar. Animação/ comédia/ aventura. Os smurfs precisam se aventurar no mundo real quando seu líder é sequestrado. 1h32. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: dub.: 13h45, 16h. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: dub.: 13h (sessão para portadores do espectro autista), 15h30, 17h50. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: dub.: 13h40, 16h. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: dub.: 14h30, 16h45, 19h. CINESERCLA TAMBIA 1: dub.: 20h. CINESERCLA TAMBIA 2: dub.: 15h20, 17h10, 19h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 4: dub.: 15h20, 17h10, 19h. **Patos:** CINE GUEDES 1: dub.: 15h. PATOS MULTIPLEX 1: dub.: 14h10. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 1: dub.: dom.: 14h10, 18h45; seg. a qua.: 18h45. **Remígio:** CINE RT: dub.: 16h.

SUPERMAN (Superman). EUA, 2025. Dir.: James Gunn. Elenco: David Corenswet, Rachel Brosnahan, Nicholas Hoult, Maria Gabriela de Faria, Edi Gathegi. Aventura. Superman tenta conciliar suas herança de seu planeta natal e da Terra enquanto enfrenta terríveis perigos. 2h09. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG 4: leg.: 18h. CINÉPOLIS MANAÍRA 2: dub.: 14h, 17h, 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA 3: leg.: 21h. CINÉPOLIS MANAÍRA 4: dub.: 13h45, 16h30, 19h30, 22h15. CINÉPOLIS MANAÍRA 11 (VIP): leg.: 14h30, 17h30, 20h30. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3: dub.: 15h45, 18h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA 4: dub.: 14h45, 17h30, 20h15. CINESERCLA TAMBIA 5: dub.: 15h50, 18h20, 20h45. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE 1: dub.: 15h50, 18h20, 20h45. **Patos:** CINE GUEDES 2: dub.: 15h30,

18h30, 20h50. PATOS MULTIPLEX 3: dub.: 3D: 14h30; 2D: 20h. **Guarabira:** CINEMAXXI CIDADE LUZ 2: dub.: 16h15, 21h05. **Remígio:** CINE RT: dub.: dom. e ter.: 20h30; seg. e qua.: 18h20.

YÓG ÁTAK – MEU PAI, KAIOWÁ Brasil, 2025. Dir.: Sueli Maxakali, Isael Maxakali, Roberto Romero e Luisa Lanna. Documentário. Mulher busca seu pai, indígena kaiowá, de quem foi separada quando bebê, na época da ditadura militar. 1h34. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGUÊ: dom., 27/7: 17h.

Teatro

HOJE

CAPIBA – PELAS RUAS EU VOU. Musical sobre a vida e a obra do compositor pernambucano.

Campina Grande: TEATRO FACISA (Av. Sen. Argemiro de Figueiredo, 1901, Sandra Cavalcante). Domingo, 27/8, 17h. Ingressos: R\$ 60 (inteira), R\$ 40 + 1 kg de alimento não perecível (social) e R\$ 30 (meia), antecipados na plataforma Guichê Web.

RADOJKA – UMA COMÉDIA FRIAMENTE CALCULADA. De Fernando Schmidt e Christian Ibarzabal. Direção: Odilon Wagner. Elenco: Fabiana Karla e Tania Boindozan. Comédia sobre duas cuidadoras de uma idosa sérvia que tentam não perder o emprego depois que ela morre. 12 anos.

João Pessoa: TEATRO PAULO PONTES (Espaço Cultural, R. Abdias Gomes de Almeida, 800, Tambauzinho). Domingo, 27/7, 18h. Ingressos: R\$ 140 (inteira), R\$ 100 + 1 kg de alimento (solidário) e R\$ 70 (meia), antecipados na plataforma Ingresso Digital.

Música

AMANHÃ

SANHAUÁ SAMBA CLUBE. Roda de samba de artistas paraibanos, com clássicos do gênero e músicas autorais.

João Pessoa: VILA DO PORTO (Praça São Frei Pedro Gonçalves, 8, Varadouro). Segunda, 28/7, 20h. Ingressos: R\$ 40 (inteira), R\$ 30 + 1 kg de alimento não perecível (social) e R\$ 20 (meia), antecipados na plataforma Shotgun.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reforma tributária impacta gestão

Especialistas analisam que modelo será mais eficiente e aumentará a base de arrecadação para Estados e Municípios

Paulo Correia
paulocorreia.epc@gmail.com

A seis meses do início da implementação da Lei Complementar (LC) nº 214/2025, o país prepara-se para a mais significativa reforma do seu sistema tributário desde a promulgação da Constituição em 1988.

O economista Giuseppe Severgnini analisa que o sistema tributário atual é “complexo, ineficiente e regressivo” — o que acaba penalizando os mais pobres, travando investimentos e gerando insegurança jurídica e altos custos para as empresas.

“[O novo modelo] unifica os tributos, simplifica de certa forma o sistema e cria um modelo mais transparente e mais eficiente. Para Estados e Municípios, os principais ganhos estão na previsibilidade e no aumento da base de arrecadação”, defende.

Na visão dele, a reforma traz outros avanços importantes, como o fim da guerra fiscal entre as unidades da Federação — habituada a oferecer benefícios e isenções para atrair empresas.

A advogada Juliana Nunes, especialista em Direito Tributário, lembra que, para equilibrar as perdas das empresas já beneficiadas, a nova legislação criou o Fundo de Compensação, com recursos federais. O Fundo funcionará durante quatro anos, de 2029 a 2032, com recursos da União, totalizando R\$ 160 bilhões no período.

Como forma de atenuar as desigualdades sociais e fiscais entre os Estados, a reforma também prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Consequências

O secretário da Fazenda, Marialvo Laureano, entende que a principal mudança proposta pela reforma está na forma de arrecadação, que deixa de ser cobrada na origem e no destino, passando integralmente para o local de destino.

“[Atualmente], se você compra um produto lá em São Paulo para revender aqui, [depois que o produto é vendido,] 7% fica em São Paulo e o restante fica na Paraíba. Com a reforma tributária, tudo será no destino; o estado que consumir ficará com aquele imposto”, exemplifica o gestor.

O secretário-executivo da pasta, Bruno Frade, aponta que a reforma alterará a política fiscal adotada pela Paraíba, responsável por colocar o estado na lista de maiores centros de distribuição de mercadorias no Nordeste.

“Vários segmentos e várias situações passarão a ter uma carga tributária diferenciada. Não ficará mais a critério de nenhum Estado da Federação conceder tal ou qual redução. Isso acabou; o modelo já está posto, nenhum Estado vai poder conceder carga tributária diferenciada”, destaca.



Foto: Arquivo Pessoal

Teremos, sim, uma fase complexa, com regras específicas em paralelo, que exigirão qualificação máxima para quem está na linha de frente

Juliana Nunes

Desafios

A advogada Juliana Nunes salienta ainda que um dos maiores desafios da reforma consiste no período de transição, que traz impactos jurídicos importantes tanto para a União quanto para os Estados e os Municípios.

“Nesse período, teremos dois sistemas e, sim, uma fase complexa, com regras específicas em paralelo, que exigirão uma qualificação máxima para quem está na linha de frente, seja advogados, contadores ou empresários”, avalia.

O secretário-executivo da Receita Municipal de João Pessoa, Adenilson Ferreira, concorda que, no período de transição para o novo regime, podem existir adversidades, sobretudo quanto à manutenção de um planejamento capaz de garantir boa governança fiscal.

“O que o Estado e os Municípios têm que fazer é criar um bom ambiente de negócio, ter um bom ajuste entre receita e despesa e se preparar para receber e manter as empresas”, sugere.

Preparação

Segundo o secretário de Estado da Fazenda, a Paraíba tem se preparado para a reforma, inclusive com a participação no Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS), “que está desenhando não só o sistema, mas também ajudando na regulamentação das legislações”.

Marialvo Laureano e Bruno Frade foram os indicados pelo governador João Azevêdo para representar a Paraíba no comitê, como titular e suplente, respectivamente.

O órgão atuará na arrecadação, fiscalização e distribuição dos recursos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) entre estados e municípios. A partilha ocorrerá dentro de um período de transição que vai de 2027 a 2077.



Foto: João Pedrosa

Governantes, advogados e contadores podem enfrentar adversidades durante o período de transição da reforma tributária



Foto: Arquivo Pessoal

O que o Estado e os Municípios têm que fazer é criar um bom ambiente de negócios, ter um bom ajuste entre receita e despesa

Adenilson Ferreira

Entidade pública com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira, o comitê — que exercerá funções normativas e administrativas — será composto por 54 membros, sendo 27 representantes de cada unidade da Federação e 27 membros dos Municípios.

Novo sistema substitui impostos, Cofins e contribuições para o PIS

Com a reformulação, o Brasil passará a ter um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), de caráter dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) — federal — e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) — estadual e municipal. A reforma contempla, também, a criação do Imposto Seletivo (IS) — federal — de caráter estritamente regulatório, para desestimular o consumo de produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Nas esferas federal, a CBS e o IS substituirão a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Nas esferas estadual e municipal, o IBS substituirá, respectivamente, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

A LC nº 214/2025 estabeleceu uma alíquota-padrão de 26,5% para o IVA, sendo

8,8% da CBS e 17,7% do IBS, até 2031, quando os percentuais serão reavaliados. Nessa reavaliação, serão analisadas as exceções e as reduções realizadas para determinados setores e produtos, de maneira a manter o teto da alíquota. Além disso, a proposta prevê alíquota zero para alimentos da cesta básica; redução para áreas específicas, como Saúde e Educação; e devolução de impostos à população de baixa renda, por meio de *cashback*.

Transição

A lei complementar ainda prevê um período de transição para sua implementação: até 2033, ocorrerá a substituição total dos antigos impostos e, até 2077, acontecerá a mudança da distribuição dos recursos arrecadados.

Conforme a norma, 2026 será o ano-teste da CBS e do IBS. Em 2027, é prevista a extinção do PIS, do Cofins e do IOF-Seguros, além da redução a zero das alíquotas do IPI sobre todos os produtos, com exceção dos 5% que também sejam industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, o sistema estará integralmen-

Imposto sobre Valor Adicionado terá caráter dual, composto pelo CBS (federal) e pelo IBS (estadual e municipal)

te vigente, com a extinção do ICMS e do ISS.

Normas extintas

A LC nº 214/2025 foi estruturada em 544 artigos, distribuídos entre revogações e alterações legais (9%), Imposto Seletivo (6%), transição para o novo modelo (15%), regimes diferenciados, específicos e favorecidos (41%) e normas gerais do IBS e da CBS (29%).

A lei revogou 535 artigos contidos em 76 leis federais; 27 regulamentações que dispõem sobre o ICMS, elaboradas por cada estado e pelo Distrito Federal; além de milhares de legislações municipais relacionadas ao ISS.

CÓDIGO ELEITORAL

Lei completa 60 anos e pode ser substituída

Senado debate atualização que modernize o processo e garanta a cidadania

Agência Senado

Considerado um marco no Direito Eleitoral no Brasil, o Código Eleitoral, que completou 60 anos neste mês, trouxe importantes mudanças para as eleições no país. Instituiu o voto obrigatório para homens e mulheres, sem distinções. Permitiu que brasileiros que estivessem no exterior pudessem votar para presidente e vice. Deu mais poder ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que passou a ser o responsável por organizar e criar regras para as eleições. Criou a Corregedoria-Geral para fiscalizar os serviços eleitorais em todo o território nacional. Mesmo elaborado durante a Ditadura Militar, o texto rege parte essencial do processo eleitoral brasileiro até hoje.

O pesquisador Ademar Costa Filho, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), avalia que, embora a norma de 1965 tenha surgido em um contexto autoritário, o texto acabou aproximando a população do processo democrático, ao tornar obrigatório o alistamento eleitoral aos 18 anos. “Talvez, sem pensar, os militares possibilitaram a instituição de confiança entre o eleitor e a Justiça Eleitoral”, afirma.

Em outras inovações, o Código foi o primeiro a reunir, de forma consolidada, os crimes eleitorais e regras mais rigorosas de inelegibilidade, o que representou um passo importante na moralização das candidaturas. Também trouxe as primeiras normativas para financiamento de campanhas, ainda que rudimentares, e propaganda eleitoral. Durante a Ditadura, no entanto, a atuação da Justiça Eleitoral ficou limitada pelas regras das Constituições de 1967 e de 1969.

Hoje, o Código continua sendo a base do sistema elei-



Foto: João Pedrosa

Obrigatoriedade do voto para homens e mulheres foi um dos marcos do código vigente

toral brasileiro, mas é complementado por outras leis, como a Lei das Inelegibilidades, de 1990; a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, de 1995; a Lei Geral das Eleições, de 1997; e a Lei da Ficha Limpa, de 2010. O TSE também publica resoluções específicas para cada eleição. Entre as mudanças mais recentes e relevantes, Costa Filho destaca duas alterações feitas a partir de 2021: a criminalização da perseguição a candidaturas femininas e a punição de ações judiciais com motivação exclusivamente eleitoral contra candidatos sabidamente inocentes.

Nova legislação

Apesar de sua relevância no cenário eleitoral, a lei de 1965 envelheceu. O senador Plínio Valério (PSDB-AM) reconhece que o Código Eleitoral cumpriu seu papel em um momento importante da história do Brasil. A legislação garantiu que o poder passasse, de fato, para quem o detém de direito: o povo. A partir dali, o voto tornou-se o principal instrumento para decidir os rumos do país.

Para Plínio, porém, a lei se-xagenária está “ultrapassada” e não atende mais às necessidades atuais e precisa ser substituída. “Todo código, quando traça normas, quando fala do que é possível e do que não é, é muito bom. Só que está defasado. [O Código Eleitoral] foi importante enquanto durou, agora ele com certeza está obsoleto”, argumenta.

O pesquisador Costa Filho concorda com o senador. Ele explica que, hoje, o Código cumpre um papel mais administrativo e criminal do que regulatório. Para ele, é essencial um novo texto que coloque o eleitor no centro do processo e reforce a democracia. O jurista defende uma legislação atualizada, voltada à promoção da cidadania, que preserve a estrutura da Justiça Eleitoral e garanta os direitos do voto.

Sob essa perspectiva, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado discute atualmente a proposta de um novo Código Eleitoral (PLP nº 112/2021). Relatada pelo senador Marcelo Castro

(MDB-PI), ela reúne, em uma única norma, toda a legislação eleitoral e partidária, somando quase 900 artigos, com o objetivo de dar mais estabilidade jurídica, racionalidade e organicidade às eleições.

Marcelo Castro observou que um dos problemas da atual legislação é ser esparsa e diversificada, o que dificulta a compreensão por parte da população e provoca inseguranças e incertezas. Para ele, chegou o momento de o país ter uma norma mais moderna. “A gente espera que, com essa consolidação, não se precise mais ficar fazendo modificações a toda eleição e que a gente tenha um instrumento estável, duradouro, que possa trazer paz e, sobretudo, segurança nas eleições”, projeta.

Para que possa valer nas eleições de 2026, quando a população escolherá presidente, governadores, deputados e senadores, o texto do novo Código Eleitoral precisa ser sancionado e estar em vigor até 3 de outubro, um ano antes do primeiro turno das eleições.

Proposta cria cota para eleição de mulheres

Uma das principais inovações que o novo Código pode trazer é a criação de uma cota mínima de 20% de cadeiras para mulheres em todos os parlamentos do país. Segundo o senador Marcelo Castro, essa medida terá um impacto profundo na sociedade, ao garantir a participação ativa das mulheres nos debates políticos e nas decisões que moldam o futuro do Brasil.

Atualmente, os partidos não podem preencher mais do que 70% da sua lista para cargos de eleição proporcional (deputados federais, estaduais e distritais e vereadores) com um único gênero. Na prática, isso significa uma cota de 30% para candidaturas de mulheres nessas eleições. A proposta do novo Código avança ao instituir vagas reservadas diretamente na composição das casas legislativas e não apenas na corrida eleitoral.

A legislação de 1965 foi um ponto de partida para conquistas importantes das mulheres na política. A igualdade no alistamento eleitoral entre homens e mulheres só foi possível a partir dela por-

que, até aquele ano, as mulheres enfrentavam a condição de incapacidade legal para praticarem atos da vida civil sem a autorização dos maridos.

O avanço é reconhecido pela senadora Augusta Brito (PT-CE), que lembra que a norma abriu espaço para a criação de instrumentos como a cota de gênero nas candidaturas e a obrigatoriedade de repasse de recursos para campanhas femininas. A senadora acredita que, sem essa estrutura legal, a participação das mulheres na política hoje seria ainda mais desigual.

“Como mulher, avalio que avançamos muito, mas ainda precisamos consolidar instrumentos que garantam a participação efetiva das mulheres na política. Em um país em que a maioria da população é feminina, não faz sentido termos um Parlamento ainda tão masculino. Atualizar o Código é parte desse desafio de fazer a democracia refletir melhor a diversidade do povo brasileiro”, declara.

A proposta do novo Código Eleitoral também trata de temas como inelegibili-

dade, quarentena eleitoral para membros de algumas carreiras públicas, combate à desinformação, voto impresso, auditoria das urnas eletrônicas, regras para partidos e federações, crimes eleitorais, propagandas políticas e campanhas por meio da internet.

Para o pesquisador da UnB, o projeto está em sintonia com os desafios atuais, ao tratar de temas como internet, redes sociais e critérios de inelegibilidade. Ele também destaca que a nova norma precisa enfrentar a tarefa de ampliar a participação política, que encontra obstáculos no atual formato de financiamento de campanhas.

“O sistema de financiamento público, como a gente tem hoje, não integra novas minorias ao processo político. Por quê? Porque o dinheiro público vai para aqueles que já estão no poder. Mais que isso, você não tem como buscar recursos para uma campanha eleitoral fora do poder político. A meu ver, precisa-se mudar drasticamente o sistema de financiamento, revogar esse financiamento ex-



Em um país em que a maioria da população é feminina, não faz sentido termos um Parlamento tão masculino

Augusta Brito

clusivamente público e criar um sistema em que o dinheiro público seja proporcional ao apoio financeiro que o candidato consiga na população”, pondera.

Toca do Leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com | Colaborador

Microcrônicas (2)

Eu era repórter do Jornal O Norte, nos anos 1970. Fui designado para cobrir uma festa na praia. Por não ter grana, faltei ao espetáculo. Redigi a matéria dando informações básicas sobre o evento. Somente no dia seguinte, fiquei sabendo que a festa havia sido adiada. Fui demitido.

Produzia matérias para a página policial. Algumas, frutos de minha imaginação. Fake news, como se diz hoje.

Trecho de uma reportagem minha: “Em depoimento à polícia, o rapaz declarou que, ao ver um homem dormindo tendo ao lado uma bolsa contendo certa quantia em dinheiro, resolveu levar a bolsa para que o homem ficasse em completa segurança, livre de ladrões”.

Um amigo me convidou para tomar umas cervejinhas no sábado. Comemorar o fato dele não ter tornozeleira eletrônica. Cachaceiro só quer um motivo pra beber.

Depois de tantos anos de treinamento, perdi o jeito de beber canjebrina. Praticamente abandonei a mesa de bar. Velho amigo me chama pra tomar umas. “A água é por minha conta, faço questão”, diz o safado.

Nunca mais ouvi falar do meu Auto Esporte. Torcer pelo Autinho do Amor era bom demais. Só era ruim quando tinha jogo.

O amigo Ofinho Costa, de Solânea, viajou para o Uruguai a passeio. Avisou que não vai trazer nenhuma lembrancinha. O custo de vida no Uruguai é 45% mais alto do que aqui.

O pau que bate em Chico também bate em Francisco. Só não bate em Chicco Mello, amigo que lançou seu novo livro, “Transmutação”, em 23 de julho, no Grêmio Morenense, em Solânea.

Na ocasião, Justin Hilton também lançou seu livro “Calafrios”, uma antologia de contos de terror que mistura tradições populares, terror rural e toques de realismo sombrio. Literatura no Brejo tá dando arrepio no Cão Canjiquinha!

Eu lancei meu livro “Microcontos reiterados”, em parceria com Wolhfagon Costa. Por estar sem tornozeleira, pude me ausentar da minha base e voltar no outro dia. A festa de lançamento do livro foi no centenário Grêmio Morenense.

Bolei um roteiro de filme de terror pornográfico. “O Conde Ejacula”.

Sabiam que o amarelo da bandeira do Brasil representa o cuscuz?

A Jurema Sagrada se tornou Patrimônio Imaterial da Paraíba. Vou batalhar para levar a Santa Amassadinha para esse status.

A Santa Amassadinha nasceu em Jaguaribe, pela fé de dona Mariinha.

Conheço uma pessoa que planeja seus sonhos antes de dormir. Quando as invenções mentais saem do roteiro, ela tem o poder de desembarcar do próprio sonho!

Pergunta de menino: “Manhê, o papai do céu tem céu da boca? Eu perguntei uma coisinha pra ele e ele não me respondeu até agora!”.

Parece que um novo sítio de notícias está sendo programado para breve. Tem a ver com inseto caseiro noturno e jornalismo de gracejo inofensivo.

Senhores, o acesso à má educação e ao mau humor é direito garantido pela Constituição. O bom humor também.

Sou acusado de ser um zé ruela besta porque produzo conteúdos sem retorno financeiro. Como Bertold Brecht, prefiro as artes não rentáveis, inimigos delicados e uma morte instantânea.

Sonsinho pergunta: “Todo mundo sabe onde fica a Nova Zelândia. Mas, alguém sabe onde fica a Zelândia? A antiga?”.

Com o advento do Pix, você não tem como negar uma ajuda a um necessitado. Se vai negar, tem que olhar no olho do suplicante e dizer: “Não tenho dinheiro em notas, mas tenho Pix, portanto não quero te ajudar e boa sorte”.

A realidade moral obriga a gente a doar alguma coisa no Pix. Foi isso que nosso amigo Vavá da Luz fez: mandou um Pix de 100 reais para comprar 5 exemplares do meu livro “Microcontos requentados”. Eu fiquei 100 palavras...

DESCARBONIZAÇÃO

Relatório mapeia áreas estratégicas

Estudo leva em conta regiões com capacidade para implantação de tecnologias de captura, uso e estocagem de CO₂

Jornal da USP

Um estudo geoespacial inédito, apresentado neste mês ao Ministério de Minas e Energia (MME), reúne dados de emissões, infraestrutura e geologia para identificar o potencial de implantação de tecnologias de captura, uso e armazenamento de gás carbônico (CO₂) no Brasil. O relatório é um dos principais produtos do projeto de pesquisa Percepção Social e Diplomacia Científica nas Transições Tecnológicas para uma Sociedade de Baixo Carbono, desenvolvido no escopo do programa Advocacy do Centro de Pesquisa e Inovação em Gases de Efeito Estufa (RCGI), sediado na Universidade de São Paulo (USP).

A investigação propõe uma abordagem inovadora ao integrar dados geoespaciais sobre emissões industriais, produção de biocombustíveis, infraestrutura de transporte e capacidade geológica marinha de armazenamento de carbono, resultando em um verdadeiro atlas das oportunidades para a descarbonização no Brasil. E, embora o foco principal esteja na viabilidade técnica e territorial, a análise foi concebida dentro de um projeto mais amplo sobre percepção social, oferecendo uma base concreta para futuras avaliações sobre a aceitação das tecnologias nos territórios.

Segundo Karen Mascarenhas, que é professora da Fundação Getulio Vargas (FGV) de São Paulo e diretora de Recursos Humanos e Comunicação Institucional do RCGI, identificar as regiões com maior potencial técnico é um ponto de partida essencial para o desenvolvimento de políticas públicas mais integradas, as quais levem em conta os aspectos técnicos, ambientais e sociais de cada local. “O caminho para uma economia de baixo carbono passa pela ciência, sim, mas também pela confiança, legitimidade e envolvimento das pessoas nos territórios onde essas transformações vão acontecer”, afirma.

Locais prioritários

A pesquisadora responsável pelo estudo foi Drielli Peyerl, atualmente vinculada à Universidade de Amsterdã, nos Países Baixos. Segundo ela, a partir da sobreposição de dados realizada com a plataforma QGIS, o relatório identifica locais onde tecnologias como captura e armazenamento de carbono (CCS, na sigla em inglês), captura e uso de carbono (CCU, na sigla em inglês) e bioenergia com cap-

tura, uso e armazenamento de carbono (Beccus, na sigla em inglês) são não apenas tecnicamente viáveis, mas estrategicamente alinhadas à infraestrutura existente e às dinâmicas produtivas locais. “O estudo mapeia diversos locais com esse perfil, destacando, entre eles, alguns exemplos emblemáticos que ilustram o potencial de aplicação das tecnologias em diferentes contextos regionais”, aponta.

Entre os destaques para o CCS estão Serra (ES), com forte emissão da indústria siderúrgica; São Gonçalo do Amarante (CE), onde se concentram siderúrgicas e termelétricas a carvão e gás natural; e Manaus (AM), cuja principal fonte de emissão são as termelétricas movidas a gás, todas localizadas em regiões com condições geológicas ou logísticas favoráveis à implantação da tecnologia, mas de muita discussão por estarem inseridas em áreas de alta importância ambiental estratégica. No caso do Beccus, sobressaem-se Uberaba (MG), polo da bioenergia com emissões de CO₂ de alta pureza, e um cluster de municípios em Mato Grosso, com produção expres-

siva de etanol, biodiesel e biometano.

O relatório aponta que as regiões com maior potencial de armazenamento geológico de CO₂ no Brasil estão localizadas em bacias sedimentares marinhas, especialmente nos litorais do Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Norte, onde seria possível estocar entre 167 e 372 megatoneladas (Mt) de carbono. Essas áreas beneficiam-se de infraestrutura já instalada pela indústria de petróleo e gás, além de amplo conhecimento sobre suas formações geológicas, o que reduz riscos e custos.

Também foram identificadas bacias com capacidade intermediária de estocagem — entre 32 e 167 Mt — em partes do Sudeste, Nordeste e na Amazônia. A escolha dos territórios prioritários considerou não apenas o potencial geológico, mas também a proximidade com polos emissores e a presença de infraestrutura logística, como gasodutos e ferrovias.

As tecnologias CCS e Beccus contribuem diretamente para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13, referente à Ação Climática, ao reduzir as emissões de gases de efeito estufa. No entanto, o relatório também alerta para riscos e impactos que podem comprometer outras metas de sustentabilidade. O armazenamento geológico *offshore*, por exemplo, pode representar ameaças ao ODS 14, correspondente à Vida na Água, em caso de vazamentos. Já a alta demanda hídrica de alguns processos pressiona o ODS 6, que versa sobre Água Potável e Saneamento. Esses possíveis efeitos colaterais reforçam que tais tecnologias devem ser aplicadas com cautela, mediante avaliação técnica e ambiental, caso a caso.



Foto: Henrique Barra Mansa/Wikimedia

Locais com presença marcante da indústria siderúrgica estão entre os que possuem maior potencial



Foto: Divulgação/USP

O caminho para uma economia de baixo carbono passa pelo envolvimento das pessoas nos territórios

Karen Mascarenhas

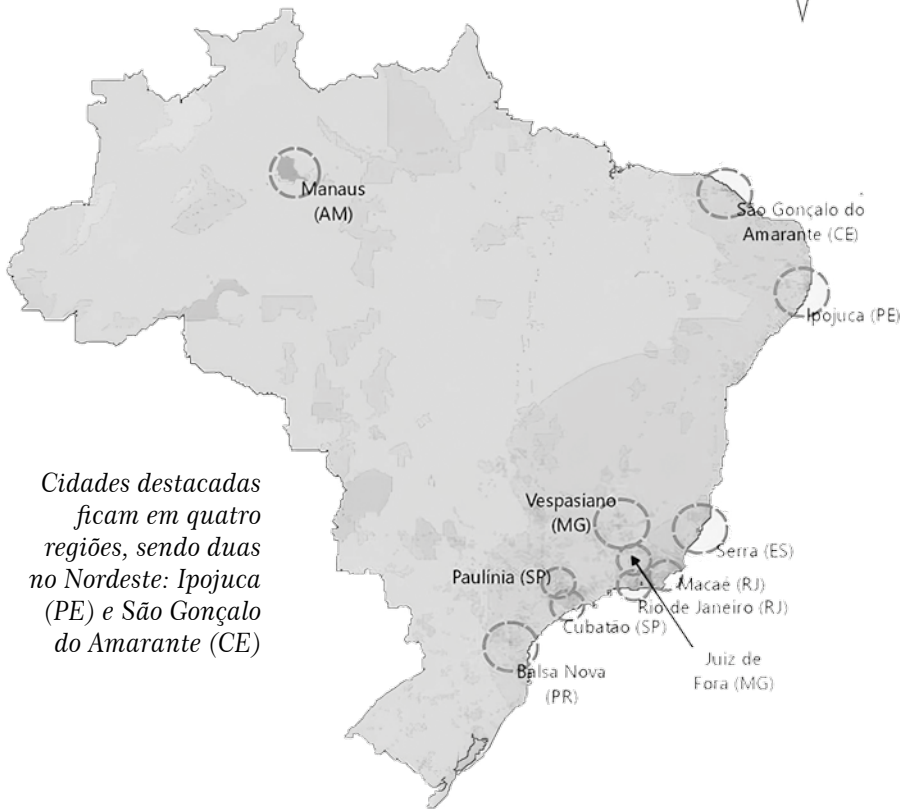


Imagem: Divulgação/RCGI

Cidades destacadas ficam em quatro regiões, sendo duas no Nordeste: Ipojuca (PE) e São Gonçalo do Amarante (CE)

Desafios à implantação incluem alto custo e falta de incentivo

O relatório reconhece o alto potencial técnico do Brasil para implementar projetos de CCS e Beccus, especialmente em setores como siderurgia, cimento, refino de petróleo e bioenergia. Entre os principais benefícios apontados, estão a redução das emissões de CO₂, a criação de empregos e o papel estratégico dessas tecnologias para descarbonizar processos industriais.

Por outro lado, o documento também apresenta entraves à adoção em larga escala, como o alto custo das tecnologias, a dificuldade no monitoramento do carbono armazenado e a lentidão na transição da pesquisa para projetos-piloto. Adicionalmente, há lacunas regulatórias, ausência de incentivos e o risco de rejeição social por desconhecimento ou desconfiança. Entre as recomendações, estão a criação de normas técnicas claras sobre a responsabilidade pelo carbono armazenado, o estímulo a projetos-piloto em regiões com alto potencial geológico e produtivo, a implementação de mecanismos de monitora-



Foto: Divulgação/Fapesp

A abordagem vai além da tecnologia ao integrar pilares sustentáveis, econômicos, sociais e ambientais

Drielli Peyerl

integrar os pilares do desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental”, enfatiza Drielli. “Esperamos que esse relatório e sua metodologia sirvam como fonte de inspiração para futuros aprimoramentos, atualizações e inclusão de indicadores adicionais, contribuindo de forma substantiva para o avanço dos esforços de descarbonização do Brasil”, finaliza.

O estudo, intitulado “Geospatial Assessment of Carbon Capture and Storage (CCS) & Bioenergy with Carbon Capture and Storage (BECCS) Opportunities in Brazil — Volume 1”, foi elaborado por Alex Azevedo, Celso Cachola, Mariana Ciotta, Karen Mascarenhas e Drielli Peyerl. Já o RCGI é um Centro de Pesquisa em Engenharia, criado em 2015, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e de empresas, por meio dos recursos previstos na cláusula de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) dos contratos de exploração e produção de petróleo e gás.

mento contínuo com protocolos auditáveis e o fortalecimento das estratégias de engajamento social.

“Esse relatório representa um importante primeiro passo na construção de uma metodologia rigorosa e precisa para identificar indicadores-chave e polos de captura de carbono no Brasil. A abordagem vai além da tecnologia ao

PARAÍBA E SERGIPE

Prefeituras e Sefaz-SE ofertam vagas

Nas cidades de Patos e Santa Cecília, salários partem de R\$ 1,5 mil; órgão fiscal tem vencimentos de R\$ 22 mil

Priscila Perez
priscilapereze@comunicao.com

A última semana de julho chega com um combo de oportunidades para quem está de olho em uma vaga no serviço público. O destaque é o concurso da Prefeitura de Patos, que encerra suas inscrições amanhã, com mais de 200 vagas abertas em áreas estratégicas, como Educação, Saúde e Engenharia. Já em Santa Cecília, no Agreste paraibano, a administração municipal lançou um edital com 97 vagas, oferecendo cargos para todos os níveis de escolaridade. Agora, para quem busca voos mais altos, o estado de Sergipe abriu seleção para auditor fiscal, com remuneração de até R\$ 22,5 mil. São três concursos com perfis distintos, mas um mesmo destino: a tão sonhada estabilidade.

Últimos dias

Na Paraíba, o concurso da Prefeitura de Patos entra na reta final, com 203 vagas imediatas e formação de cadastro reserva. As oportunidades estão divididas em três editais e abrangem áreas como Educação, Saúde, Direito, Engenharia e Segurança Pública. Entre os cargos disponíveis, estão os de professor, médico em diversas especialidades, fonoaudiólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional, engenheiro civil, fiscal, topógrafo, guarda civil e procurador. Os salários base variam de R\$ 1,5 mil a R\$ 4 mil — podendo ter acréscimo de gratificação, a depender da função —, com

jornadas de 20 a 40 horas semanais. As inscrições seguem abertas até amanhã, pelo *site* do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional (Idecan), com taxas de R\$ 110 a R\$ 150.

Quanto à avaliação, serão aplicadas provas objetivas no dia 31 de agosto, em Patos, de caráter eliminatório e classificatório. Posteriormente, dependendo do cargo, haverá etapas adicionais — também eliminatórias e classificatórias — como prova discursiva, análise de títulos e teste de aptidão física. No conteúdo programático, constam questões sobre conhecimentos básicos, como Língua Portuguesa, Matemática e Informática, e conhecimentos específicos, que variam conforme a escolaridade.



Por meio do QR Code, acesse o *site* do Idecan

Agreste

Também na Paraíba, a Prefeitura de Santa Cecília abriu 97 vagas para profissionais de todos os níveis de escolaridade, do fundamental ao superior. Os cargos estão distribuídos entre as áreas de Saúde, Educação, Serviços, Infraestrutura e Segurança, com destaque para médicos, enfermeiros, dentistas, professores de di-



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Interessados nas mais de 200 vagas da Prefeitura de Patos devem se apressar: inscrições só podem ser feitas até amanhã

versas áreas do conhecimento, técnicos em Enfermagem, vigilantes, assistentes administrativos, psicopedagogos e guardas municipais. Os salários oferecidos variam de R\$ 1,5 mil a R\$ 5 mil, por jornadas de 30 a 40 horas semanais.

As pessoas interessadas em participar precisam acessar o *site* EducaPB e seguir as instruções disponíveis. O período de inscrições segue aberto até 24 de agosto e as taxas cobradas variam de R\$ 60 e R\$ 100. Concluído o processo, o próximo passo acontece no dia 21 de setembro, com a aplicação de prova objetiva em Santa Cecília. De acordo com o edital,

para alguns cargos, haverá também avaliação prática ou análise de títulos. A validade do certame é de um ano, prorrogável por igual período.



Escaneie o QR Code acima para navegar pelo EducaPB

Cinco dígitos

Fora do estado, o desta-

que da semana é o concurso da Secretaria da Fazenda de Sergipe (Sefaz-SE), que oferece 10 vagas imediatas para o cargo de auditor fiscal tributário, além de formação de cadastro reserva. As oportunidades são para atuação nas áreas de Tecnologia da Informação, Tributação e Fiscalização Geral, todas exigindo nível superior completo em qualquer área. O salário pode ultrapassar R\$ 22 mil, somando vencimento base de R\$ 16 mil, com bônus variável de até R\$ 6,5 mil. Já a jornada de trabalho é de 30 horas semanais.

Para os interessados, as inscrições vão até 20 de agosto e devem ser realizadas,

exclusivamente, pelo *site* do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), mediante pagamento de taxa no valor de R\$ 200. Todos os candidatos farão provas objetivas e discursivas, previstas para 28 de setembro, em Aracaju.



Inscrições para a Sefaz-SE podem ser feitas pelo QR Code

Psicopedagogo aponta trilhas para construir o conhecimento

Quando uma criança apresenta dificuldades de aprendizagem, é comum que receba o rótulo de “preguiçosa” muito antes de receber qualquer apoio, como se vivesse no “mundo da lua”. Mas, por trás desse comportamento, quase sempre há algo mais profundo — e é isso que o psicopedagogo busca compreender ao investigar as causas do “não aprender”. Em vez de respostas prontas, ele propõe intervenções que levam em conta fatores emocionais, cognitivos e sociais, oferecendo um acompanhamento individualizado e escuta qualificada. Com empatia e um olhar atento para os caminhos do desenvolvimento, esse profissional tem tornado-se peça-chave na construção de uma educação mais inclusiva, capaz de respeitar o ritmo e as necessidades de cada um.

Maria Vitória Sabino conhece bem essa prática. Para ela, o trabalho do psicopedagogo começa quando se deixa de olhar apenas para as dificuldades aparentes e se passa a enxergar o todo, em seus diferentes

contextos. O olhar construído deve ser profundo, contínuo e centrado no processo, e não no sintoma. “Ele é o profissional especializado em compreender como aprendemos em todas as fases da vida e o que pode interferir nesse processo”, resume. Não por acaso, sua atuação envolve identificar, prevenir e intervir em dificuldades que podem ter origem cognitiva, emocional, social ou neurológica, trabalhando ao lado de professores e em parceria com as famílias.

Desafios

Nas escolas, o dia a dia do psicopedagogo passa pelo planejamento de estratégias individualizadas, pela formação continuada das equipes e pelo acolhimento de alunos com dificuldades específicas. Fora do ambiente escolar, o trabalho torna-se ainda mais complexo: além da escuta, envolve avaliações cuidadosas, elaboração de planos de intervenção personalizados e um acompanhamento mais próximo dos casos, sempre em diálogo com a família e a própria escola.



Foto: Reprodução/FreePik

Profissional age a partir da especificidade de cada aluno

Essa escuta tornou-se ainda mais necessária no pós-pandemia, em um momento claramente marcado por ansiedade, excesso de telas, déficit de atenção, baixa tolerância à frustração e rotinas desorganizadas. Segundo a psicopedagoga, o que mudou foi a intensidade e a frequência das queixas, mas o reconhecimento do trabalho não acompanhou esse movimento.

Para Maria Vitória, o problema não está somente na complexidade dos casos, mas na resistência de escolas e responsáveis em acolher as orientações dadas. E isso, de acordo com ela,

compromete diretamente o atendimento. “Infelizmente, ainda há resistência de algumas instituições em adaptar práticas pedagógicas ou acolher as orientações psicopedagógicas”, pontua. E as dificuldades não param aí. “Os pais, muitas vezes, esperam uma ‘solução rápida’ ou um ‘diagnóstico fechado’, sem compreender que o tratamento demanda tempo, envolve diferentes variáveis e requer corresponsabilidade entre escola, família e profissional”, avalia.

Qualificação

Entre os caminhos para

tornar-se psicopedagogo, Maria Vitória destaca duas possibilidades: por meio de pós-graduação, voltada a quem vem das áreas da Educação e da Saúde, ou por meio de uma graduação específica. Para se ter ideia, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é a única instituição pública do país que oferece o curso de Psicopedagogia em nível de bacharelado. “Tenho muito orgulho em dizer que sou formada por ela”, afirma. Ainda hoje, o caminho mais comum é a Pedagogia, o que tende a gerar confusão entre psicopedagogos e pedagogos. Mas, como a profissional aponta, a diferença é visível. “Enquanto o pedagogo tem um papel voltado ao ensino, ao planejamento pedagógico, o psicopedagogo investiga o ‘como’ e o ‘porquê’ do não aprender”, define.

Mesmo sendo bastante desafiadora, a profissão segue ganhando espaço entre os mais jovens, com possibilidades de atuação em escolas, clínicas, instituições sociais e até empresas. Diante dessa versatilidade, características

como sensibilidade, escuta qualificada e capacidade de dialogar com diferentes públicos passam a ser fundamentais. A especialista também recomenda investir em formações complementares que aprofundem o conhecimento técnico, como Neurociência da Aprendizagem, Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e Avaliação Psicopedagógica. E reforça a importância da troca profissional para refinar a prática clínica.

Oportunidade

Se você deseja transformar o caminho pela Psicopedagogia em carreira pública, o concurso da Prefeitura de Santa Cecília, no Agreste paraibano, oferece uma oportunidade importante: há uma vaga para psicopedagogo, com jornada de 30 horas semanais e salário de R\$ 3.738,94. Para concorrer, é necessário ter curso superior em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia ou Licenciatura Plena em Psicopedagogia. O resultado definitivo do certame será divulgado em 10 de novembro.

Selic	Sálário mínimo	Dólar \$ Comercial	Euro € Comercial	Libra £ Esterlina	Inflação	Ibovespa
Fixado em 18 de junho de 2025					IPCA do IBGE (em %)	
	R\$ 1.518	+0,75%	+0,62%	+0,31%	Junho/2025 0,24	
					Maió/2025 0,26	
					Abril/2025 0,43	
					Março/2025 0,56	
					Fevereiro/2025 1,31	
15%		R\$ 5,561	R\$ 6,530	R\$ 7,479		-0,21%
						133.526 pts

EDTECHS

Paraíba ocupa 2º lugar no NE em criação de startups

Estudo revela que 14,53% são empresas de tecnologias voltadas para o ensino

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

Poucas alianças são tão promissoras e desafiantes quanto a da educação com a tecnologia. Na Paraíba, 14,53% das startups atuam como *edtechs* — empresas que desenvolvem soluções tecnológicas voltadas para o ensino. É o segundo maior percentual entre os estados do Nordeste. Essas iniciativas criam plataformas de aprendizagem *on-line*, ferramentas de avaliação, sistemas de gestão pedagógica, conteúdos digitais e outras inovações que buscam aprimorar os processos educacionais.

O Sebrae Startups Report – Região Nordeste 2025, estudo produzido pelo Observatório Sebrae Startups, analisou 351 startups paraibanas, considerando porte, segmento, modelo de receita, grau de maturidade e formato de negócio, e ofereceu um panorama técnico e detalhado do atual estágio da inovação no Nordeste. Entre as empresas mapeadas está a Qstione, fundada em 2015 pelo professor de medicina Fabrício Garcia, a partir de uma inquietação vivida por ele em sala de aula: a dificuldade de construir avaliações pedagógicas alinhadas ao currículo e que gerassem dados confiáveis sobre o aprendizado.

O que começou como uma solução para uso próprio evoluiu para uma plataforma robusta de gestão educacional baseada em evidências, utilizada por instituições públicas e privadas em diversos estados do país. A empresa iniciou focada no Ensino Superior e hoje já atua em múltiplas frentes, incluindo parcerias com municípios e estados voltadas para o ensino básico e políticas públicas educacionais.

“Um dos maiores problemas da educação é a gestão pedagógica: é alinhar o currículo ao planejamento de ensino



Entre as empresas mapeadas está a Qstione, criada para construir avaliações pedagógicas

■ O que começou como uma solução para uso próprio evoluiu para uma plataforma robusta de gestão educacional baseada em evidências

e à avaliação, fazendo com que os professores consigam trabalhar e aplicar o que foi planejado e avaliar aquilo que foi ensinado. Esse é o grande desafio que a gente trabalha na Qstione, e nossas tecnologias são voltadas para isso, para a pedagogia. Diferentemente de outras empresas que são empresas de tecnologia na educação, nós somos uma empresa de educação com tecnologia. É o inverso”, explica Garcia.

A startup mantém atualmente uma estrutura com

cerca de 25 colaboradores. Segundo ele, cerca de 20% das faculdades privadas de Medicina do país utilizam a Qstione em seus processos avaliativos. Além disso, a empresa desenvolveu uma solução tecnológica para gestão curricular integrada ao planejamento e à avaliação, com foco em melhorar indicadores como o Valor Aluno Ano Resultado (VAAR/Fundeb), mecanismo de repasse de recursos federais aos entes federativos.

Para Cláudio Furtado, secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba (Secties), as startups do setor de Educação possuem um papel estratégico na inovação local no aprimoramento do ensino. “É muito importante que essas soluções venham das empresas aqui do estado. Algumas dessas startups se destacaram nacionalmente com produtos que foram apoiados pelo Governo do Estado”, explica. Segundo o secretário, as *edtechs* desenvolvem produtos voltados à melhoria da qualidade do ensino, muitas vezes a partir de

demandas da própria gestão pública.

Um exemplo disso é o edital do programa Conectando Startups, lançado no ano passado com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de startups. Uma das chamadas foi específica para a área da Educação. O edital resulta de uma parceria da Secties com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq) e está vinculado ao Parque Tecnológico Horizontes de Inovação (PTHI).

Segundo Furtado, há planos de expansão do apoio institucional com a inauguração do PTHI, em setembro, do prédio que, anteriormente, abrigava o Colégio Nossa Senhora das Neves, situado no Centro Histórico da capital paraibana. Com isso, novas chamadas públicas devem surgir, inclusive com foco em temas como longevidade e jogos digitais, setores estratégicos para a Paraíba. O secretário também destaca a interiorização do ecossistema de inovação, com polos de tecnologia em estudo fora da capital.

Mais de 46% das empresas estão em validação

Outro aspecto revelado pela pesquisa do Sebrae é que 46,15% das startups da Paraíba estão na fase de validação, índice que coloca o estado no topo do *ranking* nordestino também nesse quesito. Isso significa que quase metade dos empreendimentos estão testando suas soluções no mercado, coletando dados, ajustando estratégias e construindo os primeiros resultados reais.

A própria Qstione já superou essa etapa. Hoje, de acordo com Fabrício Garcia, a empresa encontra-se no estágio de escala — a fase mais avançada do ciclo de desen-

volvimento de uma startup. “A gente já é reconhecido nacionalmente, temos projetos com a Unesco, com estados do Sudeste e do Norte, e seguimos crescendo para nos consolidar como uma empresa grande no setor educacional”, afirma.

Ainda de acordo com o estudo, 86,73% das startups da Paraíba são microempresas, o que evidencia o caráter emergente do ecossistema de inovação local. O modelo de financiamento mais comum é o de Assinatura (SaaS), com 42,74% de adesão. Nesse modelo, o cliente paga um valor recorrente para acessar

os serviços da empresa, geralmente via plataformas *on-line*, o que permite previsibilidade de receita e escalabilidade.

Já o modelo de negócios B2B (*business to business*), adotado por 41,03% das startups paraibanas, indica que a maioria das soluções desenvolvidas no estado é voltada para atender outras empresas ou instituições, como escolas, faculdades, prefeituras e órgãos públicos. É o caso da própria Qstione, que tem como principais clientes as redes de ensino e instituições de Educação Superior.

“É muito importante que

você tenha soluções vindas de empresas aqui do estado. E isso faz com que a gente tenha um capital aí que possa atuar também além-fronteira”, diz Furtado. Na união entre tecnologia e Educação, cada um dessas áreas do conhecimento empresta à outra o que tem de mais potente: a linguagem da inovação de um lado, o compromisso com o futuro do outro. “A tecnologia é um meio de levar a educação de maior qualidade para as pessoas. Então, a gente tem esse lema e é essa a nossa essência de trabalho”, conclui o fundador da Qstione.

Economia em Desenvolvimento

Amadeu Fonseca
amadeu.economista@gmail.com | Colaborador

Qual o verdadeiro plano de Trump?

Nos aproximamos do dia 1º de agosto de 2025 — data definida por Donald Trump para dar início à taxaço de 50% sobre todas as exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos. O anúncio foi feito por meio de uma carta pública repleta de críticas políticas e justificativas econômicas que, à primeira vista, parecem desconectadas da realidade comercial entre os dois países. Mas, olhando com mais atenção, o que se revela é uma estratégia que vai muito além da economia. A decisão pode ter menos a ver com balança comercial e mais com poder, influência e geopolítica.

Na carta, Trump mistura temas como liberdade de expressão, censura nas redes sociais, relações institucionais brasileiras e a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro. De forma inusitada, conecta tudo isso à justificativa para aplicar tarifas altíssimas ao Brasil. Afirma que o país é responsável por práticas comerciais injustas e barreiras que prejudicam os Estados Unidos. No entanto, os dados mais recentes contradizem essa narrativa. De janeiro a maio de 2025, os Estados Unidos exportaram para o Brasil US\$ 21,6 bilhões e importaram US\$ 18,4 bilhões — gerando um superávit comercial de US\$ 3,2 bilhões a favor dos norte-americanos. Ou seja, os EUA vendem mais para o Brasil do que compram. Então, por que aplicar tarifas tão severas?

A resposta pode estar nas entrelinhas. A taxaço não é apenas sobre produtos brasileiros. É um movimento de dissuasão política e econômica, usado como ferramenta de pressão. A medida encaixa-se num padrão já observado em outros momentos do governo Trump. Durante seu mandato anterior, ações semelhantes foram

direcionadas contra países como China, México, União Europeia, Japão e Coreia do Sul. Em todos os casos, a tarifa era o início de uma disputa maior, que envolvia temas como tecnologia, influência política e supremacia comercial.

No caso do Brasil, os impactos econômicos podem ser significativos. Setores como aço, alumínio, alimentos, têxteis, calçados e produtos químicos podem perder competitividade, empregos e mercados. Empresas exportadoras enfrentariam um custo muito maior para acessar o mercado americano. Já nos Estados Unidos, os consumidores podem pagar mais caro por diversos produtos brasileiros, em um momento no qual a inflação continua sendo uma preocupação.

A medida também pode afetar a relação bilateral, o clima para investimentos e a estabilidade de acordos comerciais em andamento. E isso pode acontecer justamente em um momento no qual o mundo precisa de cooperação — e não de confrontos.

Mas, talvez, esse seja exatamente o objetivo. Trump não quer apenas corrigir desequilíbrios comerciais. Ele quer enviar uma mensagem clara: quem contrariar os interesses estratégicos dos Estados Unidos — seja na política, na economia ou no ambiente digital — poderá sofrer retaliações severas. O Brasil, neste caso, torna-se mais um exemplo global. No fim das contas, o comércio é apenas o tabuleiro. O verdadeiro jogo envolve poder, narrativa e influência global.

DIREITO DOS TRABALHADORES

Previdência atende mais de 1,5 milhão

Desde 2015, a categoria passou a ter todos os direitos que são garantidos às demais de carteira assinada

Na semana marcada pelo Dia Mundial do Trabalho Doméstico, celebrada em 22 de julho, o Ministério da Previdência Social destaca dados do Anuário Estatístico de Previdência Social (AEPS), que mostram que, em 2023, 1.586.801 empregados domésticos contribuíram para a Previdência Social.

Assim, trabalhadores dessa categoria estão protegidos com a garantia de benefícios como aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-maternidade e auxílio por incapacidade temporária. Em 2015, com a publicação da Lei Complementar (LC) nº 150, esses segurados também passaram a ter direito ao benefício de auxílio-acidente, aos benefícios decorrentes de acidente do trabalho e ao salário-família.

Apesar do número de trabalhadores domésticos que contribuem para a Previdência Social ter tido uma ligeira queda (2021 registrava 1,7 milhão), o valor do total das remunerações, que é a base de cálculo das contribuições, aumentou, registrando, em 2023, R\$ 26,2 milhões. Em 2021, o valor do total das remunerações foi

de R\$ 23,9 milhões. Outro marco legal para a categoria foi a criação do Simples Doméstico, regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico, também instituído pela LC nº 150. Nesse sistema, a inscrição do empregador e a entrada única de dados cadastrais e de informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais passaram a ser realizadas mediante registros eletrônicos no e-Social. Em termos gerais, os trabalhadores domésticos foram equiparados aos empregados, sendo que, por força do disposto no art. 35 da referida lei, as contribuições do empregado doméstico são de responsabilidade do empregador doméstico e, neste caso, consideradas presumidas. Além dos empregados domésticos de carteira assinada, a Previdência Social também garante a proteção desse empregado que trabalha por dois dias ou menos, ou que preste serviços a várias famílias, na categoria de contribuinte individual, com as seguintes possibilidades de contribuição: MEI — alíquota de 5%; Pla-



Para ter direito a benefícios do INSS, a diarista deve recolher suas contribuições como contribuinte individual

no Simplificado de Previdência — alíquota de 11%; e Contribuinte Individual padrão — 20%. Nas duas primeiras modalidades — MEI e Plano Simplificado —, o período de contribuição sob alíquota reduzida não poderá ser considerado para fins da antiga aposentadoria por tempo de contribuição (que ainda é concedida nas regras de transição da Emenda Constitucional (EC) nº 103, de 2019, e para os trabalhadores com direito adquiri-

do até novembro de 2019) e para fins de contagem recíproca (emissão de Certidão de Tempo de Contribuição [CTC] para utilização em Regime Próprio de Previdência Social). É considerado empregado doméstico aquele que presta serviço de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal a pessoa ou família, no âmbito residencial, em atividade sem fins lucrativos, por mais de dois dias por semana, com idade não inferior a 18 anos. O grupo

engloba caseiros, cozinheiros, jardineiros, faxineiros, motoristas, governantas, viúvas, babás e cuidadores (de idosos e de pessoas com deficiências), que trabalham por mais de dois dias na semana, em local que não exerça finalidade lucrativa.

Serviço

Para ter direito aos benefícios do INSS, a diarista deve recolher suas contribuições como contribuinte individual, seja registrando uma pessoa jurídica (MEI)

ou emitindo as Guias de Pagamento Social (GPS), por meio do Meu INSS. Nesse último caso, o recolhimento pode ser no valor de 11% do salário mínimo (código 1163, para recolhimento mensal) ou utilizando a alíquota de 20% sobre valores que superem R\$ 1.518. Já no caso da empregada doméstica, o recolhimento das contribuições previdenciárias é de responsabilidade do empregador, que deve efetuar o pagamento por meio do e-Social.

“Sociedade sonega direitos às domésticas”, critica sindicato

Isabela Vieira
Agência Brasil

Aprovada há 10 anos, a Lei das Domésticas, como ficou conhecida a Lei Complementar (LC) nº 150, é considerada um marco por regulamentar direitos dos trabalhadores domésticos conquistados a partir da Emenda Constitucional nº 72, a PEC das Domésticas.

Passado esse tempo, a categoria, formada por uma maioria de mulheres negras, ainda enfrenta barreiras para ter a carteira de trabalho assinada e os novos direitos. Outro desafio é inclusão das diaristas, deixadas de fora da lei. Na avaliação da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro, Maria

Izabel Monteiro, a LC nº 150 introduziu direitos importantes, como a jornada máxima de 44 horas semanais, o pagamento de horas extras, adicional noturno e a obrigatoriedade do pagamento do FGTS. Porém, a sociedade, como um todo, beneficia-se da economia do trabalho doméstico, que libera tempo para outros profissionais, mas sonega en-

cargos e ignora direitos da categoria. “A sonegação vem porque a própria sociedade vê um valor social menor neste trabalho e ignora os direitos das domésticas” afirmou a dirigente. “A classe média alta não considera o trabalho doméstico como profissão, mas não abre mão de ter uma trabalhadora em casa. Quem é

empregador — e tem direitos trabalhistas — precisa saber que aquela pessoa que cuida do seu bem maior — da sua casa, de seus filhos, de seu pai, mãe, avô, avó, não é da família e tem direitos”, completou Maria Izabel. Ela defende mais fiscalização, com blitzes em condomínios, por exemplo. O Brasil tinha 5,9 milhões

de trabalhadores domésticos em 2022, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cerca de 91% são mulheres, e sete em dez são negras. A metade dos trabalhadores domésticos (52,9%) é chefe de família, e só dois em dez possuíam carteira assinada.

Representante cobra correção de “falhas” na Lei Complementar

Apesar dos benefícios trazidos pela LC nº 150, a coordenadora-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, cobra também o reconhecimento das diaristas como domésticas e a correção do que ela chama de “falhas” na lei. As domésticas foram excluídas do abono salarial (PIS), pago aos trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, e só têm direito a três parcelas de auxílio-desemprego, com teto de R\$ 1.518 (um salário mínimo). Os demais trabalhadores formais recebem cinco parcelas, de até R\$ 2.424,11.

“Essa questão do seguro-desemprego é difícil, porque, quando a gente é mandada embora, ganha menos, e há uma série de regras novas que dificultam o resgate — se você ficou menos de um ano em uma casa, por exemplo”, disse Maria (nome fictício para preservar a identidade da entrevistada), que, hoje, é babá e trabalha desde os 10 anos de idade em casa de família. Ela reconhece avanços, mas cobra a igualdade. “A única coisa que a gente ainda não tem é

Segundo a Pnad, em 2022, quatro em cada 10 domésticas eram pobres (26,2%), com renda de até meio salário mínimo

o PIS, mas assinar a carteira foi bom. Quando eu comecei, em Guarabira, no interior da Paraíba, a gente não ganhava R\$ 100 por semana. Até hoje, o pessoal lá não paga um salário”, contou. A pedido da categoria, a equiparação dos direitos das domésticas e a inclusão das diaristas na LC nº 150 estão em discussão no Governo Federal. De acordo com a subsecretária de Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Paula Montagner, a medida é complexa e exige discussão com a sociedade. “Qualquer medida ou legislação

apresentada pelo Executivo demanda ir ao Congresso [Nacional] e ser capaz de convencer o legislador nessa direção”. Contudo, Paula reconheceu que o ministério precisa “facilitar o recolhimento patronal combinado”. Em 2015, a lei complementar garantiu aos domésticos também a indenização por demissão sem justa causa, o pagamento de horas extras, folga semanal remunerada e o direito a intervalo para repouso ou alimentação de uma hora, no mínimo, por dia, admitindo-se a redução para 30 minutos por meio de acordo. Para assegurar o registro, a trabalhadora precisa ser inscrita pelo patrão no Sistema e-Social. Os direitos conquistados são uma forma de reconhecer a importância da profissão, na opinião de Tâmara (nome fictício para preservar a identidade da entrevistada), que é empregada doméstica registrada, porém mais medidas de valorização são necessárias. Tâmara é mãe solo de duas crianças e complementa a renda como folguista aos fins de semana e no contraturno. Segundo a Pnad, em

2022, quatro em cada 10 domésticas eram pobres (26,2%), com renda de até meio salário mínimo, ou extremamente pobre (13,4), com renda menor que um quarto de salário mínimo. Mulher negra, pobre, chefe de família e com baixa escolaridade, Tâmara tem o perfil da trabalhadora doméstica no país. Na avaliação de Anazir Maria de Oliveira, assistente social e pioneira na luta das domésticas, a desvalorização da categoria tem raízes na escravidão. O fim do regime não garantiu empregos assalariados a pessoas negras, e a relação com as domésticas espelhou a casa-grande, com formas de assédio, violência e maus-tratos. Creuza Oliveira, da Fenatrad, concorda que a resistência ao pagamento das domésticas está enraizada no passado, o que explica a rejeição à formalização. “[Patrões] passaram décadas e décadas sem pagar nada, tendo os serviços dessas mulheres em suas casas, em suas fazendas e em seus apartamentos, sem pagar nada. Além disso, por ser feito por mulheres, nunca foi valorizado”, refletiu Creuza.

João Pessoa, 27 de julho de 2025

Convocação aos filiados ao Sindifisco-PB

A diretoria do Sindifisco-PB convoca os filiados abaixo relacionados, ou seus respectivos sucessores legais, a comparecerem à sede do Sindicato, na avenida São Paulo, 188, Bairro dos Estados, em João Pessoa, a fim de tratar de assunto de estrito interesse dos convocados. No caso de impedimento, favor contatar pelo telefone: (83) 3044-3282.

•ANTÔNIO ADELINO FILHO
•EDSON CORREIA DE MELO
•ELIAS FERREIRA DE ANDRADE
•EURIDICE FELIX CABRAL
•FRANCISCO GONÇALVES DA SILVA
•GERALDO FERREIRA SOARES
•HERMES HERONIDES FONSECA
•ISAURO PEIXOTO DE VASCONCELOS
•IVO ANDRADE ARAGAO
•JOSÉ DA CUNHA MADRUGA
•JOSÉ INÁCIO TAVARES DE SOUZA
•JOSÉ MARIA AGUIAR
•JOSEFA SOARES DA SILVA
•MANOEL XAVIER DE CARVALHO
•MARIA DAS NEVES CRUZ
•MILTON VELOSO LOPES

•NANCY DE ARAÚJO NOVAIS
•NILTON DE SOUZA LEAL
•ORLANDO ALEXANDRIAS DOS ANJOS
•PEDRO ANÍSIO DO EGITO LEÃO
•PEDRO FRANCISCO DE MACEDO
•RAIMUNDO FIGUEIREDO SOARES
•RONALDO ALVES DE LIMA
•ROSA PEREIRA DE ALMEIDA
•SEVERINA FERNANDES VIANA
•SEVERINO DE ALMEIDA COELHO
•SILVIO DA SILVA TO
•THEREZA CRISTINA JOSÉ DA SILVA
•WALFREDO PEREIRA DE ARAÚJO
•WALLAGE TRAVASSOS DE MEDEIROS
•ZENO TARGINO MOREIRA

SINDIFISCO-PB

PLANTAS MEDICINAIS

Pesquisa desenvolve protocolos

Preservação da Caatinga e o fortalecimento da bioeconomia regional ganharam reforço com o projeto Semeando Saúde

Ascom Secties

Iniciativa financiada pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba (Secties) busca unir bioeconomia, conhecimento tradicional e sustentabilidade no semiárido paraibano

A preservação da Caatinga e o fortalecimento da bioeconomia regional ganharam reforço com o projeto Semeando Saúde. A pesquisa está sendo executada com recursos do Edital 52/2024, lançado pelo Programa Celso Furtado de Inovação Educacional e Desenvolvimento Regional, uma iniciativa da Secties, em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq-PB).

Iniciado em maio deste ano, o projeto envolve estudantes dos cursos de Ciências Biológicas e Biotecnologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e tem como objetivo principal desenvolver protocolos técnicos de germinação e estaquia para o cultivo de espécies medicinais nativas da Caatinga paraibana, como a catingueira, quixabeira e cumaru. A proposta visa promover alternativas sustentáveis para a produção de fitoterápicos, reduzindo a exploração predatória e contribuindo para a valorização da biodiversidade local.

“É muito importante que a Secretaria e o Governo do Estado tenham um olhar para o desenvolvimento regional. Nosso governador sempre reforça a valorização das riquezas locais e da cultura popular. A Caatinga é um bioma único e seus recursos fitoterápicos têm grande valor farmacológico. Associar esse conhecimento à geração de renda e à melhoria da qualidade da saúde é o que dá sentido a esse tipo de projeto”, avaliou o secretário da Secties, Cláudio Furtado.

A pesquisa é conduzida no Laboratório de Fisiologia e Evolução de Plantas (La-FiEP), vinculado ao Departamento de Sistemática e Ecologia da UFPB, com apoio do Jardim Botânico Benjamim Maranhão e do projeto de extensão Barraca da Ciência. Os experimentos concentram-se em técnicas de germinação e propagação vegetativa (estaquia), utilizando hormônios e substratos específicos para testar a viabilidade do cultivo dessas espécies.

Bioeconomia e saúde

Com foco na bioeconomia, o projeto alinha-se às diretrizes do desenvolvimento sustentável, ao permitir o cultivo racional das espécies medicinais da Caatinga. A iniciativa colabora para a conservação ambiental, geração de renda, fortalecimento de arranjos produtivos locais e aumento da oferta de plantas fitoterápicas, inclusive para uso em hortas medicinais de Unidades Básicas de Saúde (UBS). “Na Caatinga, encontra-



Semear requer, principalmente, valorização da biodiversidade local

mos diversas espécies que apresentam potencial medicinal, como jurema, quixabeira, cumaru e catingueira. Um dos principais desafios para seu uso é, justamente, a dificuldade de produção e propagação. Com esse projeto, pretendemos otimizar os protocolos e difundir esse conhecimento de forma sustentável por meio da ciência”, destacou o coordenador da pesquisa, o professor da UFPB, doutor. Frederico Rocha Rodrigues Alves.

Nesse sentido, Claudio Furtado ressaltou que o estado possui núcleos de excelência voltados ao desenvolvimento de fitoterápicos, como o Instituto de Pesquisa em Fármacos e Medicamentos (IPeFarM) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas (NEPHF), ambos vinculados à UFPB.

O IPeFarM é um órgão suplementar da UFPB, criado pela Resolução nº 15/2014 do Conselho Universitário (CONSUNI), com sede em João Pessoa. Sucedâneo do

■ Proposta visa promover alternativas sustentáveis para a produção de fitoterápicos, reduzindo a exploração predatória

antigo Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LTF), fundado em 1968, o Instituto incorporou sua infraestrutura e a ampliou com os Laboratórios Integrados de Ensaios Biológicos, os Laboratórios de Caracterização e Análises de Fármacos e o Centro de Pesquisa Clínica e Farmacoterapia, consolidando-se como referência em inovação farmacêutica e estudos com medicamentos de base natural.

O NEPHF, por sua vez, atua desde 1996 com projetos de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de homeopatia, fitoterapia e terapias inte-



Ideia é otimizar todos os procedimentos e difundir esse conhecimento de forma sustentável

grativas, promovendo ações interdisciplinares voltadas à saúde e à inovação social.

A expectativa é que os protocolos desenvolvidos possam ser utilizados em

ações de extensão e distribuição comunitária de mudas, a partir do meio de oficinas pedagógicas, feiras e cartilhas educativas com informações sobre cultivo, uso

medicinal e técnicas de plantio. As atividades de extensão para distribuição das mudas estão previstas para ocorrer a partir de fevereiro de 2026.

Equipe tem estudantes de graduação no processo

Além dos impactos científicos e ambientais, o projeto possui um forte componente educacional: a equipe é composta por estudantes de graduação que vivenciam todas as etapas do processo científico, desde o planejamento experimental até as ações de extensão.

Pedro de Lima Nóbrega, estudante de Biotecnologia da UFPB, é um dos participantes do projeto de pesquisa e ressaltou a importância da divulgação científica presente

no trabalho realizado pelos pesquisadores. “Mais pessoas estarão cientes da relevância das plantas medicinais nas comunidades paraibanas e novos projetos podem surgir, melhorando a qualidade de vida da população. Compartilhar ciência e conhecimento é um dos objetivos centrais desta iniciativa”, afirmou

“A ideia é que o conhecimento circule. As mudas, assim como as informações, precisam sair dos laboratórios e chegar até quem faz uso

dessas plantas no cotidiano. E esse diálogo com as comunidades é fundamental para que o projeto cumpra seu papel social”, complementou Giovania Lira, coordenadora do Programa Celso Furtado na Secties.

Ela também destaca que os impactos esperados vão além da universidade: “O projeto contribui para fortalecer cadeias produtivas locais, valorizar saberes tradicionais e subsidiar políticas públicas voltadas ao uso seguro

de plantas medicinais, especialmente na atenção primária à saúde”.

O projeto Semeando Saúde dialoga com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente no que se refere ao consumo e produção responsáveis, promoção da saúde e bem-estar e conservação dos ecossistemas terrestres.

Fórum Celso Furtado

Nos dias 19 e 20 de agosto, o Governo da Paraíba, por

meio da Secties, realiza o Fórum Celso Furtado: Desenvolvimento, Justiça e Democracia, no Tribunal de Contas do Estado, em João Pessoa. O evento reunirá pesquisadores, gestores e especialistas para debater temas como crise climática, soberania digital, tecnologia e justiça social, com base nos princípios do desenvolvimento regional sustentável. As inscrições são gratuitas, com certificação, e já estão disponíveis on-line.

Foto: Divulgação/Ascom Secties

CONSTRUÇÃO CIVIL

Resíduos que podem virar recurso

Avanço do setor amplia também a produção de entulho, mas iniciativas mostram que é possível reaproveitar o material

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

Paredes derrubadas, concreto excedente, restos de cerâmica, madeira, vidro, plástico. Tudo isso, somado, forma o resíduo da construção civil, um dos mais volumosos do ambiente urbano. Com o ritmo acelerado das obras em João Pessoa e em outras cidades paraibanas, esse tipo de lixo tem crescido de forma significativa. Entretanto, iniciativas públicas, privadas e acadêmicas mostram que o entulho não precisa ser necessariamente um problema: pode virar parte da solução.

No Brasil, esse tipo de resíduo já representa cerca de 50% do total de lixo urbano. Na Paraíba, os números exatos ainda são escassos, mas o que se vê nos canteiros confirma a tendência nacional. A construção civil segue crescendo, seja com grandes obras públicas de infraestrutura, seja com o mercado imobiliário que avança de forma acelerada. O impacto ambiental precisa ser enfrentado com planejamento, tecnologia e responsabilidade.

A legislação ambiental estabelece que o gerador (empresa ou particular) deve se responsabilizar pelo manejo correto do que produz: des-

de a separação adequada até a destinação final. Isso inclui não só impedir o descarte irregular em terrenos baldios ou margens de rios, como também aproveitar o que pode ser reciclado, reduzindo o impacto ambiental e, muitas vezes, os custos da própria obra.

Um exemplo é a Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (Usiben), em João Pessoa. Administrada pela Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (Emlur), a usina tem capacidade instalada de 20 m³ por hora. Contudo, a Emlur coleta quase 400 toneladas ao dia de material que, muitas vezes, é misturado a resíduos domiciliares, fruto de descarte irregular. Isso impede que os rejeitos da construção civil sejam beneficiados e acabem indo para o aterro sanitário.

“Nem todos os resíduos de construção e demolição da cidade são destinados à Usiben, porque há outros locais não públicos de descarte evidentemente habilitados para tanto. No entanto, a Emlur busca constantemente fiscalizar e conscientizar para que sejam destinados adequadamente o máximo possível de resíduos sólidos gerados na cidade”, afirma Emanuel Lo-



A Usiben, usina responsável pelo processamento e reciclagem desse tipo de resíduo, tem capacidade instalada de 20 m³ por hora

pes, gestor da usina.

Os resíduos que chegam à Usiben são processados e dão origem a outros tipos de materiais. O concreto vira pó de brita, cascalhinho, brita 19 e macadame, um tipo de pavimento feito de brita compactada para ser utilizado em estradas. Já a metralha beneficiada é transformada em bica corrida. Esses insumos são utilizados pela Secretaria

de Infraestrutura, responsável por cuidar da pavimentação, terraplenagem e recuperação das ruas de João Pessoa.

Crime ambiental

O grande desafio, segundo o superintendente da Emlur, Ricardo Veloso, é afastar a atuação dos transportadores irregulares, que descartam os resíduos de construção civil (RCC) em diversos pontos da

cidade, cometendo crime ambiental. “Nos dias 15 e 16 deste mês, a Emlur recolheu mais de 300 toneladas de RCC em um único ponto no bairro do Cristo Redentor. A finalidade maior da Usiben é facilitar o acesso das pessoas a uma destinação ambientalmente adequada”, destaca.

Para coibir essas ações, a Divisão de Fiscalização da Emlur conta com o apoio da

população para denunciar e registrar o descarte irregular. O registro em foto da placa do veículo que faz o descarte irregular pode ser enviado à Emlur por meio do Aplicativo João Pessoa na Palma da Mão. O descarte irregular de resíduos é um ato ilícito e punível com multa, que pode chegar a 400 Unidades Fiscais de Referência (Ufir), equivalente à quantia de R\$ 20.572.

Setor privado devolve restos de obras à cidade com nova função

O reaproveitamento não só evita o acúmulo de lixo como também fecha um ciclo virtuoso: o que seria descartado volta ao espaço urbano em forma de melhoria para a população. Do lado das empresas, o setor privado também tem buscado respostas e formas de se adequar à obrigação legal. Grandes construtoras que atuam na Paraíba, como a MRV, vêm implementando estratégias para reaproveitar o que antes era descartado. Um dos exemplos é o uso do concreto excedente de caminhões-betoneira, que é transformado em peças pré-moldadas nos próprios canteiros: meio-fios, pisos, ladrilhos e guias.

A empresa também separa resíduos como papelão, vidro e plástico, destinando esse material para cooperativas locais. A prática reduz a geração de lixo, diminui os custos com transporte e beneficia comunidades envolvidas com reciclagem. Reaproveitar o concreto nas obras, afirma o gestor de obras da MRV na Paraíba, Diogo Campos, ajuda a diminuir o lixo e o transporte de entulho, reduzindo também a poluição.

“Quando usamos o concreto que sobra dos caminhões-betoneira para fazer peças pré-moldadas, evitamos jogar esse material fora como lixo comum da construção. Isso ajuda a dimi-



Concreto excedente é transformado em peças pré-moldadas

■ **Reciclagem de vidro, papelão e plástico também está no radar de empresa do segmento que opera no estado**

nuir a quantidade de entulho que vai para os aterros e também reduz a necessidade de produzir e transportar novos materiais, o que acaba diminuindo a emissão de gases que prejudicam o meio ambiente”, explica.

Esse tipo de economia circular no setor da construção cumpre a legislação e demonstra que é possível que os resíduos que antes eram tratados como problema passem a representar economia, eficiência e até

oportunidade de negócio. “Entre os principais critérios para a aquisição de materiais mais sustentáveis, estão a análise do ciclo de vida dos materiais, priorizando aqueles com menor impacto ambiental; a certificação de origem, com preferência por insumos que atendam a normas e selos ambientais reconhecidos; e a viabilidade de reutilização e reciclagem”, completa o gestor da MRV.

Ainda há desafios. A falta de informação, a ausência de fiscalização efetiva e o desconhecimento sobre os benefícios do reaproveitamento dificultam a ampliação dessas práticas. Pequenos geradores, como reformas residenciais, nem sempre têm acesso às estruturas adequadas para destinar corretamente seus resíduos. E muitas cidades do interior ainda carecem de políticas públicas específicas ou equipamentos como usinas de beneficiamento.

Pesquisa transforma o que sobra e aponta caminhos sustentáveis

Nas universidades, ações de manejo e beneficiamento desse tipo de resíduo também geram preocupação e oportunidades. No Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desde 2015, um projeto de gestão ambiental mapeia os materiais oriundos de obras realizadas dentro do *campus*. A iniciativa nasceu na Comissão de Gestão Ambiental da UFPB — em parceria com professores das engenharias Civil e Ambiental — e, hoje, é coordenada por João Moraes, também à frente do Laboratório de Pesquisa em Sistemas Ambientais Urbanos (LPSAU).

“O intuito era reaproveitar os resíduos gerados nas obras internas e, junto aos laboratórios, buscar as melhores técnicas para beneficiamento e aplicação desses materiais reciclados em novas obras dentro da própria universidade”, conta. Segundo ele, o projeto já atinge 100% da separação de resíduos de classe A, como concreto, argamassa e blocos cerâmicos. Parte desse material é encaminhada para usinas de beneficiamento em João Pessoa, mas outra parte é processada na própria instituição, com apoio do Laboratório de Materiais de Construção (Labeme), parceiro técnico na iniciativa.

Apesar dos avanços, o

projeto enfrenta obstáculos. “Hoje, estamos apenas na fase de coleta e buscando novos parceiros para aplicar o material beneficiado. Precisamos reativar algumas colaborações dentro da própria universidade”, admite. Ainda assim, a UFPB afirma cumprir a legislação ambiental e já demonstra como a separação correta pode reduzir impactos ambientais e abrir caminhos para soluções sustentáveis.

Moraes alerta para a baixa qualidade da separação feita nos canteiros, mesmo quando há intenção de cumprir a legislação. Materiais incompatíveis são misturados e enviados às usinas, que acabam sobre-carregadas, tendo que lidar com resíduos perigosos, como manta asfáltica e tinta, que não deveriam estar ali. “Se as construtoras separassem direitinho, o que fosse reciclável seria aproveitado e o que não fos-

se teria a destinação adequada”, resume.

Mais do que uma exigência legal, o reaproveitamento dos resíduos representa um ganho ambiental e econômico para toda a sociedade. “A grande vantagem é economizar recursos naturais. A areia e a brita usadas nas obras vêm da mineração e das margens de rios. Ao evitar essa extração e usar materiais reciclados, a cidade ganha o meio ambiente ganha, e a construtora também se beneficia”, pontua.

O caminho para uma construção mais sustentável, segundo ele, passa por uma mudança de cultura no setor e pelo fortalecimento de políticas públicas que incentivem, fiscalizem e reconheçam as boas práticas. “A gente precisa parar de ver o entulho como lixo. Ele pode ser recurso, pode voltar à cidade com nova função. Basta tratarmos isso com a seriedade que o tema merece”.



Projeto atinge 100% de separação dos resíduos de classe A

SOUSA E TREZE

Paraibanos se despedem da Série D

Dinossauro joga em casa contra o Santa Cruz-RN e Galo faz o seu último jogo diante do Santa Cruz-PE

Camilla Barbosa
acamillabarbosa@gmail.com

A 14ª e última rodada da fase de grupos do Campeonato Brasileiro Série D será realizada hoje, definindo os 32 times que avançarão ao mata-mata. Os representantes paraibanos no certame, Treze e Sousa, respectivos penúltimo e último colocados na tabela, entram em campo às 16h, de forma protocolar, já que não têm mais chances de classificarem-se à segunda fase.

Treze

O Galo vai à Arena de Pernambuco para enfrentar o Santa Cruz-PE. No ano de seu centenário, o time de Campina Grande encerra sua participação na Quarta Divisão de forma precoce e decepcionante para o torcedor. Até aqui, são apenas 13 pontos somados, com oito derrotas, quatro vitórias e um empate.

A Cobra Coral, por sua vez, quer recon-

quistar a liderança do grupo, algo que perdeu na última rodada, após ser derrotado pelo Horizonte por 2 a 0. A equipe não vence há quatro jogos e está, atualmente, na 3ª colocação, com 24 pontos. Mesmo que vença, o time tricolor ainda tem que torcer por derrotas de Central-PE e América-RN, que estão à sua frente na tabela.

Só neste ano, Treze e Santa Cruz-PE se enfrentaram duas vezes: no primeiro embate, pela pré-Copa do Nordeste, a vitória foi paraibana no Recife, que resultou na eliminação do adversário tricolor na Copa do Nordeste; o segundo, no Amigão, pela primeira rodada da Série D 2025, terminou com triunfo pernambucano, por 1 a 0.

A arbitragem do confronto será comandada por Mayron Frederico dos Reis Novais (CBF-MA), que terá Jeydson Mandu Barros (CBF-MA) e Nicolly Ariely Barbosa de Freitas (CBF-MA) como assistentes 1 e 2. O quarto árbitro será José Marciano Lopes da Silva Júnior (CBF-PE).

Sousa

O Dinossauro recebe, no Marizão, o Santa Cruz-RN, em partida válida pela 14ª rodada da Quarta Divisão. A equipe jurássica vem de empate, por 1 a 1, diante do Central, no último domingo (20). O adversário, por sua vez, foi superado pelo Ferroviário, pelo placar de 2 a 1.

Na última posição da tabela, a agremiação sertaneja acumula 12 pontos, contabilizando três vitórias, sete derrotas e três empates. Na rodada anterior, consumiu todas as chances de classificação para o mata-mata, e, pelo segundo ano consecutivo, não conseguiu ir à segunda fase. Vale lembrar, no entanto, que já está garantida na edição da competição em 2026 representando a Paraíba junto ao Serra Branca.

O time potiguar também encontra-se em cenário complicado: sem vencer há quatro jogos, ocupa a 6ª posição da chave, com 14 pontos (três atrás do G4). Para conseguir classificar-se, precisa de vitória hoje e, ain-

da, torcer por derrotas de Horizonte e Ferroviário.

Os ingressos para o duelo têm os seguintes valores: na Arquibancada, R\$ 20 a inteira e R\$ 10 a meia; no Setor Cadeiras, R\$ 60 a inteira e R\$ 30 a meia. A compra pode ser feita no *app* Sousa Esporte Clube e na loja Dino Store (para garantia da entrada com desconto, apenas presencialmente).

Na partida entre Sousa e Santa Cruz-RN, Michael Vinícius Santos Freitas (CBF-SE) será o árbitro principal, enquanto Leonardo de Jesus Silva (CBF-SE) e Amanda dos Santos Oliveira (CBF-SE) serão os assistentes 1 e 2, respectivamente. A quarta árbitra escalada é Ruthyanna Camila (CBF-PB).

Outros jogos

Pela mesma chave e no mesmo horário, duelam Ferroviário e Central-PE, no Presidente Vargas, no Ceará; e América-RN e Horizonte, na Arena das Dunas, no Rio Grande do Norte.



Na rodada de abertura da Série D, pelo Grupo A3, o Santa Cruz-RN derrotou o Sousa por 1 a 0, no Estádio Nazarenão

Foto: Plena Comunicação/Santa Cruz FC

BRASILEIRO SÉRIE C

Botafogo-PB tenta, amanhã, a terceira vitória consecutiva

Camilla Barbosa
acamillabarbosa@gmail.com

O Botafogo-PB tem mais um embate pela Série C do Campeonato Brasileiro, amanhã, às 19h30, no Estádio Almeidão, em João Pessoa. O confronto contra o Brusque é válido pela 14ª rodada e pode garantir ao Belo a tão sonhada vaga no G8 da competição nacional.

O time paraibano chega à partida vindo de vitória sobre o Ituano, fora de casa, no último domingo (20), resultado que o elevou à 11ª posição, com 16 pontos. O adversário, por sua vez, embora tenha iniciado a rodada na 8ª colocação, com 18 pontos, passa por um momento complicado na Terceirona. Nos últimos cinco jogos, perdeu três vezes e garantiu um empate e apenas uma vitória. Na 13ª rodada, a equipe catarinense perdeu em casa para o Retrô, por 2 a 1, e, caso seja superado pelo Belo, poderá deixar o G8.

A torcida botafoguense está cada vez mais confiante no grupo comandado por Evaristo Piza. Isso porque, dos dois jogos disputados desde o retorno do treinador ao time, foram duas vitórias. A campanha motiva, já que, conforme a plataforma Chance de

Gol, o Alvinegro tem, no momento, 35% de chances de conseguir a classificação e apenas 2.8% de ser rebaixado para a Quarta Divisão.

Movimentações

Na última quinta-feira (24), o clube pessoense anunciou mais um reforço para a temporada. Trata-se de Guilherme Silveira, meia-atacante de 25 anos, que se junta aos recém-chegados na Maravilha do Contorno: Ed Carlos (meia), Ynaiã (lateral-direito), Gui Sales (atacante).

Por outro lado, na última segunda-feira (21), o Botafogo anunciou a saída dos atletas Amorim, Diego Ferreira, Lucas Lopes, Luiz Fernando e Rafinha. As rescisões, de acordo com o clube, foram em comum acordo.

Reconhecimento facial

A novidade para o duelo de amanhã é a estreia do moderno sistema de reconhecimento facial dos torcedores no Almeidão. Isso atende ao disposto no artigo 148 da Lei Geral do Esporte, publicada no Diário Ofi-

cial da União em 14 de junho de 2023, que determina que estádios com capacidade de, pelo menos, 20 mil torcedores precisam implementar tal recurso tecnológico

A novidade foi anunciada em uma postagem no perfil oficial do clube pessoense, na última terça-feira (22). Para o jogo Botafogo x Brusque, os ingressos estão custando R\$ 5 + 1kg de alimento para a Geral (setor popular), R\$ 30 a inteira e R\$ 15 a meia na Sombra, além de R\$ 50 a inteira e R\$ 25 a meia nas Cadeiras.

O reconhecimento facial só é válido para compras *online*, já que o rosto do torcedor precisa ser cadastrado na plataforma digital www.ingressosa.com. Ou seja, aqueles que adquirirem ingressos de forma presencial, na Loja do Belo no Delta Center ou no Almeidão, não serão abarcados pelo novo sistema.

Arbitragem

O Árbitro principal da partida será Murilo Ugolini Klein (CBF-PR), que terá Weber Felipe Silva (CBF-PR) e Heitor Alex Eurich (CBF-PR) como assistentes. O quarto árbitro escalado pela CBF para o duelo é Douglas Magno de Melo Pereira (CBF-PB).

Foto: Divulgação/Botafogo/@flaviatorresphoto



Jogadores do Botafogo comemoram gol na vitória sobre o Ituano, por 3 a 0, em Itu-SP

GOLBOL

Brasil estreia no dia 29 contra o Peru

Seleções masculina e feminina vão disputar a quinta edição do Campeonato das Américas, no Centro Paralímpico

Brasil e Peru vão abrir, na próxima terça-feira (29), às 9h (de Brasília), a quinta edição do Campeonato das Américas de Golbol, torneio que reunirá 12 países no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo, entre os dias 29 de julho e 5 de agosto. O jogo, válido pela chave masculina da competição, será o primeiro dos 15 que acontecerão ao longo do primeiro dia de disputas. A Seleção Brasileira feminina estreia logo em seguida, às 10h10, também diante do Peru.

Formato

As equipes enfrentam-se no mesmo grupo e as quatro melhores se classificam às quartas de final, tanto no masculino quanto no feminino

Nos três primeiros dias de competição, os duelos serão disputados em duas quadras simultaneamente: a arena multiuso e a quadra de golbol, que tem estrutura menor. Todos os confrontos da arena multiuso contarão com transmissão ao vivo e narração tanto em inglês, pelo YouTube da IBSA, quanto em português, pelo canal da Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV). Já as partidas da quadra de golbol também terão imagens exibidas em tempo real, porém sem narração. A partir do quarto dia de evento, todos os jogos serão na arena multiuso, com transmissão e narração.

O Campeonato das Américas conta com 11 seleções na chave feminina e 12 na masculina. O sistema de disputas é o mesmo nas categorias feminina e masculina: todos se enfrentam dentro de seus respectivos grupos. Os quatro melhores de cada avançam às quartas de final.

Sobre a competição

O Campeonato das Américas é uma competição oficial do calendário da IBSA (sigla em inglês para Federação Internacional de Esportes para Cegos) e tem a Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV) como organizadora. O campeão de cada categoria garante vaga no Campeonato Mundial de 2026, que será disputado em Hangzhou, na China. Entre os homens, o Brasil já tem lugar assegurado por ser o atual dono do título.

É a quinta edição do evento, sendo o quarto sediado em São Paulo, que foi palco também em 2022, 2017 e 2005. Em 2013, ele foi jogado em Colorado Springs (EUA). A Seleção feminina do Brasil foi vice-campeã em suas três primeiras participações e ganhou em 2022. Já os rapazes têm, além dos títulos de 2022 e 2017, um terceiro (2013) e um quarto (2005) lugar, respectivamente.



Paratletas da Seleção Brasileira masculina vão estreiar, na próxima terça-feira (29), pelo Campeonato das Américas, contra a Seleção Peruana, em São Paulo

EM 2036

Catar lança candidatura para sediar Jogos Olímpicos

Agência Estado

O Comitê Olímpico do Catar confirmou esta semana a candidatura de Doha para sediar a Olimpíada de 2036. O país do Oriente Médio, que recebeu a Copa do Mundo de futebol em 2022, alega ter “95% da infraestrutura esportiva necessária” para se tornar a futura sede dos Jogos Olímpicos.

O Catar tenta se tornar o primeiro país do Oriente Médio a sediar uma edição da Olimpíada. Pela rotação implementada pelo

Comitê Olímpico Internacional (COI), a futura sede dos Jogos estará na Ásia ou na África (continente que nunca recebeu o grande evento esportivo), depois de passar pela Europa (Paris, 2024), Américas (Los Angeles, 2028) e Oceania (Brisbane, 2032).

A candidatura foi oficializada pelo xeque Joaan bin Hamad Al Thani, presidente do Comitê Olímpico do Catar e presidente do Comitê de Candidatura. “Atualmente, temos 95% da infraestrutura esportiva necessária para sediar os Jogos e temos um plano nacional abrangente para garantir 100% de prontidão de todas as instalações”, garantiu o dirigente esportivo.

“Esse plano está enraizado numa visão de longo prazo que visa construir um legado social, econômico e ambientalmente sustentável. O nosso objetivo vai além da simples organização de um evento de sucesso, pretendemos proporcionar uma experiência global que reforce os valores da inclusão, sustentabilidade e

colaboração internacional”, completou.

O Catar vem crescendo no cenário global esportivo nos últimos 20 anos. Nesse período, o país sediou 18 campeonatos mundiais de diversas modalidades, como a Copa de 2022, o Mundial de handebol masculino de 2015, o Mundial de Atletismo de 2019, o Mundial de Esportes Aquáticos de 2024 e o Mundial de Tênis de Mesa deste ano. Já visando a Olimpíada, o Catar sediou os Jogos Asiáticos de 2006.

O processo de escolha para a futura edição de 2036 ainda está no início, sem datas previstas até o momento, mas já conta, agora, com cinco candidaturas. Além de Doha, estão na disputa Santiago (Chile), Istambul (Turquia), Nusantara (Indonésia) e uma cidade indiana ainda não definida pelo país.

A futura decisão sobre a cidade-sede dos Jogos de 2036 será a primeira da nova presidente do COI, a africana Kirsty Coventry, nascida no Zimbábue. Ela assumiu as funções no dia 23 de junho.



O presidente da Fifa, Gianni Infantino, discursa ao lado de xeiques, na abertura da Copa do Mundo de 2022, no Catar, que foi um grande sucesso

WOLVERHAMPTON

Arias realiza sonho no futebol inglês

Prestes a completar 28 anos, meia consolida ascensão após se destacar no Mundial de Clubes, pelo Fluminense

Foto: Divulgação/Fifa

O Mundial de Clubes da Fifa foi, até aqui, o auge técnico da carreira de Jhon Arias. Isso, no entanto, não parece ser novidade para o colombiano, prestes a fazer 28 anos. Muito longe de ter sido uma promessa que despertou os holofotes como um fenômeno do futebol mundial, Arias teve o sucesso construído à base de uma constante lapidação. A cada temporada ele aparece melhor do que no ano anterior.

Sua passagem pelo Fluminense é a prova disso. Ele foi o melhor jogador da partida em três dos seis jogos nos Estados Unidos, inclusive, em partidas contra Borussia Dortmund e Internazionale de Milão — os últimos dois vice-campeões europeus. Arias foi o grande destaque entre os quatro times brasileiros na competição.

A boa fase no Brasil e a sua imposição diante de clubes da elite o levaram a ser contratado pelo Wolverhampton, numa transação tardia para o futebol da Europa, que é também a realização de um sonho pessoal.

Hoje, treinador do rival Vasco da Gama, Fernando Diniz foi quem, por mais tempo, esteve no comando durante a passagem de Arias pelo Fluminense. Ao todo, são 229 jogos, com 47 gols e 55 assistências, do “Pelé colombiano”, como é carinhosamente chamado pela torcida do Tricolor das Laranjeiras.

“Quando cheguei, o Arias era um talento imenso, e ele foi, aos poucos, reconhecendo sua capacidade”,



Arias foi o melhor jogador da partida em três dos seis jogos nos Estados Unidos, inclusive, contra as equipes de Borussia Dortmund e Internazionale de Milão

elogiou Diniz durante uma entrevista em 2024. “É uma pessoa excepcional, com muita sensibilidade para a vida, muito culto e inteligente, que ajuda a empurrar o time para frente. É um jogador excelente, que está em uma curva ascendente, sem parada, e tem tudo para conquistar o mundo. É um atleta muito diferente, que

joga com alegria, confiança e convive com felicidade”.

Comandado por Diniz, Arias venceu a Libertadores em novembro de 2023. Naquela competição, apesar da enorme participação do colombiano, foi o artilheiro argentino Germán Cano — seu grande companheiro em participações em gols no clube — que ganhou o título de Rei

da América. Quem também tinha grande papel naquele grupo era o volante André, que voltará a ser seu companheiro no Wolverhampton.

Uma imagem emotiva roubou a cena na comemoração na vitória sobre o Boca Juniors no Maracanã, após aquela final da Libertadores. Ainda em campo, ele abraçou a psicóloga do clube, Emily Gonçalves, e falou: “Você me faz o que eu sou hoje”. A profissional da saúde mental ajudou o jogador quando ele perdeu sua avó, que foi quem o criou. A notícia veio apenas um mês depois de assinar com o Fluminense, em agosto de 2021. Triste ao viajar para o enterro em Quibdó, na Colômbia, ele cogitou não voltar mais ao Brasil.

“Ele estava muito vulnerável, muito sentido. Ele mesmo já verbalizou que estava pensando em não continuar. Mas, justamente, todo o legado de valor que a avó deixou foi o ponto em que a gente conseguiu se conectar. E ele entendeu que tinha que continuar por conta de toda a força, de todo o apoio e de toda a história que tinha com a avó. De enfrentamento e de superação”, afirmou Emily Gonçalves no documentário “Todo Dia É 4 de Novembro”.

No mês seguinte, apesar da derrota para o Manchester

City na final, Arias ganhou a Bola de Bronze da Copa Intercontinental da Fifa.

Entre os altos e baixos característicos do futebol brasileiro, o Fluminense precisou de Jhon Arias para evitar um 2024 trágico. Embora tenha marcado duas vezes no título da Recopa Sul-Americana sobre a LDU, a missão foi bem diferente no fim do ano; ainda assim, o seu compromisso ajudou a salvar o clube de um rebaixamento. Foram sete gols e três assistências em 26 partidas, com destaque para atuações na reta final.

No Wolverhampton, o meia-atacante vai se encontrar, também, com Yerson Mosquera, companheiro de seleção. Sua primeira convocação aconteceu já quando vestia a camisa do Fluminense, às vésperas da Copa do Mundo do Catar 2022, em que seu país ficou de fora. Hoje, ele soma 31 jogos, três gols e cinco assistências com a camisa da Colômbia, que pode confirmar, em agosto, sua participação na Copa do Mundo da Fifa 2026.

Titular da seleção do seu país, ele vive um *status* muito diferente do que passou nos primeiros passos da carreira, quando chegou a correr o futebol mexicano sem nem sequer atuar profissionalmente. De volta à Colômbia, progrediu: passou por Patriotas, América de Cali e, finalmente, Independiente Santa Fé. Neste último, enfrentou o Fluminense duas vezes na fase de grupos da Libertadores de 2021, quando despertou o interesse do Tricolor.

O Patriotas o lançou na elite do futebol colombiano antes de alcançar os maiores clubes do país. Seu ex-treinador por lá, Diego Corredor simboliza a capacidade de Arias de evoluir. O técnico fez Arias parar na segunda divisão da Colômbia, no Llaneros, em 2018, com su-

gestões que transformariam sua forma de jogar.

“Jhon Arias era um meia tradicional que carregava a bola, o que vemos de um 10 clássico, e eu disse que o futebol tinha mudado. Se não mudasse os hábitos, se não fosse um jogador que fosse [ao ataque] e voltasse [à defesa], seria difícil dar certo porque os treinadores já estavam à procura de outras coisas. Ele estava no Patriotas e eu o mandei à segunda divisão”, relatou Corredor em entrevista à colombiana Win Sports TV, em 2023.

Clubes

O Patriotas foi quem lançou o jogador no futebol colombiano, antes de alcançar os maiores times do país

Corredor passou, então, a acompanhar Arias pela televisão. À época, o profissional contou um caso curioso, quando encontrou Arias no aeroporto e reforçou que ele precisava deixar de ser um camisa 10 clássico.

“Talamos com o treinador para deixá-lo de ponta para que também ajudasse com a marcação. Quando eu vi que ele começou a fazer isso, eu o trouxe de volta ao Patriotas. Ele começou a jogar de ponta e, aí, o América [de Cali] o compra. De lá, passa ao Santa Fé e, agora, vemos um Jhon Arias que atua como ponta, mas que também joga por dentro. E é titular da Seleção Colombiana”.

Agora, o grupo inusitado formado por Corredor, Diniz, Emily Gonçalves e todos os que ajudaram a moldá-lo acompanha atentamente o próximo capítulo de um jogador que nunca parou de evoluir.



Foto: Lucas Merçon / Fluminense.

Atleta comandou o Flu na conquista da Libertadores, além de evitar o descenso em 2024

“

Quando cheguei, era um talento imenso, e ele foi, aos poucos, reconhecendo sua capacidade

Fernando Diniz

BRASILEIRÃO

Cruzeiro joga para manter liderança

Time estrelado enfrenta o Ceará, no Mineirão; mais quatro partidas estão programadas, hoje, pela 17ª rodada

Da Redação

A 17ª rodada do Brasileirão terá sequência hoje com a realização de mais cinco jogos, destaques para os confrontos do líder Cruzeiro, que enfrenta o Ceará, em seus domínios, e do Flamengo, segundo colocado, que recebe o Atlético-MG em casa. Mais três jogos estão programados: São Paulo x Fluminense, Internacional x Vasco e Bahia x Juventude.

Liderando a competição com 34 pontos, o Cruzeiro tem tudo para se manter na ponta, já que enfrenta um adversário que vem de derrotas para o Internacional e Mirassol, a última dentro de seus domínios. O jogo será no Mineirão, a partir das 16h, com transmissão do Premiere.

O time estrelado vem de um empate sem gols diante do Corinthians, no meio da semana. A última vez que a Raposa e o Vovô duelaram foi em 2019 pela rodada 21 do Brasileirão. À época, um empate sem gols na Arena Castelhão.

De acordo com o site estatístico ogol.com.br, em todas as competições foram disputados 12 jogos entre as duas equipes, com cinco vitórias do Cruzeiro, cinco empates e dois triunfos do Ceará.

Nos jogos em Belo Horizonte, foram disputados cinco jogos entre as duas equipes, com quatro vitórias do Cruzeiro e uma do Ceará.

Flamengo x Atlético-MG

Jogo de fundamental importância para as duas equipes que tiveram resultados importantes no meio de semana. O Flamengo venceu, de virada, o Bragantino, fora de casa, por 2 a 1, enquanto o Galo se classificou para as oitavas de final da Copa Sul-Americana ao eliminar o Bucaramanga nas penalidades, por 3 a 1. No tempo normal, o Galo perdeu de 1 a 0.

Com muitos jogadores no departamento médico, o técnico Filipe Luís tem poucas opções para escalar o time e, por isso, deve manter a mesma formação que derrotou o Bragantino.

A partida de hoje será disputada no Maracanã, às 20h30, com transmissão do Sportv e do Premiere. Na próxima quinta-feira (31),



Foto: Marco Galvão/Cruzeiro

Jogos de hoje

■ BRASILEIRÃO

16h
São Paulo x Fluminense
Cruzeiro x Ceará
18h30
Internacional x Vasco
Bahia x Juventude
20h30
Flamengo x Atlético-MG

■ SÉRIE B

16h
Coritiba x Amazonas
Volta Redonda x Vila Nova
18h30
América-MG x Athletico-PR

■ SÉRIE C

16h30
Itabaiana x Ituano
Caxias x Ponte Preta
Figueirense x Anápolis
19h
São Bernardo x Confiança

O Cruzeiro empatou com o Corinthians sem gols e viu seus concorrentes se aproximarem; hoje, precisa fazer o dever de casa contra o Ceará

as duas equipes voltam a se enfrentar, mas pelas oitavas da Copa do Brasil.

São Paulo x Fluminense

Vindo de uma segunda vitória consecutiva (2 a 0 no Corinthians e 1 a 0 no Juventude), o São Paulo terá pela frente o Fluminense, que vem de três derrotas seguidas, ainda sem vencer depois da boa campanha no Mundial de Clubes. O jogo está programado para as 16h, no Morumbi, com transmissão da Globo e do Premiere.

Em todas as competições, foram disputados 107 jogos entre as duas equipes, com 37 vitórias do Fluminense, 24 empates e 46 triunfos do São Paulo. Em São Paulo foram disputados 58 jogos entre as duas equipes, com 10 vitórias do Fluminense, 13 empates e 35 triunfos do Tricolor.

Internacional x Vasco

Depois de vencer o Santos por 2 a 1 e se afastar da zona de rebaixamento do Brasileirão, o Internacional entra em campo como favorito diante do Vasco, a partir das 18h30, no Beira-Rio, com transmissão da TV Record e do Premiere. O Cruzmaltino vive uma fase difícil na competição, mesmo com jogos a menos por conta de sua participação na Copa Sul-Americana, que acabou na última terça-feira (22), quando empatou em 1 a 1 diante do Independiente del Valle, após ter perdido o jogo de ida por 4 a 0. O time segue flertando com a zona de rebaixamento e a cobrança nos jogadores e no técnico Fernando Diniz por resultados é constante, mas ainda existem dois jogos atrasados.

Em campo, existem dúvidas sobre a escalação de Roger Machado, afinal o Internacional começa a decidir as oitavas de final da Copa do Brasil na próxima quarta-feira (30), contra o Fluminense.

Bahia x Juventude

O Bahia busca recuperação depois da eliminação para o América de Cali na Sul-Americana e sonha com vaga no G4 do Brasileirão. A equipe começou a rodada na sexta posição, com 25 pontos. Já o Juventude está em situação crítica na zona de rebaixamento, com 11 pontos, e tenta ganhar nova vida no campeonato. O time gaúcho é um dos fortes candidatos ao rebaixamento, enquanto o baiano sonha com vaga, novamente, na Libertadores. Bahia e Juventude jogam a partir das 18h30, na Casa de Apostas Arena Fonte Nova, com transmissão do Premiere.



Foto: Adriano Fontes/Flamengo

Jogadores do Fla comemoram gol diante do Bragantino

Ministério da Cultura e CAIXA Residencial apresentam

JOSÉ DE ABREU em

A BALEIA

texto de SAMUEL D. HUNTER com LUISA THIRÉ, GABRIELA FREIRE e EDUARDO SPERONI participação especial ALICE BORGES direção LUÍS ARTUR NUNES

7, 8, 9 E 10 DE AGOSTO

TEATRO PAULO PONTES, JOÃO PESSOA

QUINTA A SÁBADO, 20H | DOMINGO, 18H **A14**

VENDAS: Ingresso Digital SKYLER INFORMAÇÕES MANAIRA SHOPPING 2106-6504

Apresentado por CAIXA Residencial

Apoio: GRÁFICA JB EPC INCENA

Produtores Associados AR27 sevenX

Realização: MINISTÉRIO DA CULTURA GOVERNO FEDERAL BRASIL



NO CARIRI

Foto: Julierme do Nascimento/Arquivo pessoal

Cabaceiras sediará o primeiro Memorial do Cangaço da Paraíba

Objetivo do espaço é preservar e divulgar as pesquisas sobre o marcante período histórico do Nordeste

Maria Beatriz Oliveira
Obatriz394@gmail.com

A figura do cangaceiro ainda desperta debates e alimenta o imaginário popular. Por essa razão e com o objetivo de preservar e divulgar as pesquisas sobre esse marcante período histórico do Nordeste, a cidade de Cabaceiras, no Cariri, prepara-se para inaugurar, no mês de outubro, o primeiro Memorial do Cangaço da Paraíba, que terá o nome de Manoel Batista de Moraes.

O nome do espaço homenageia o nome de batismo de Antônio Silvino, reconhecido por muitos como um dos mais célebres cangaceiros da história do Brasil, frequentemente mencionado como o Rei do Cangaço, que antecedeu Lampião. Silvino teve grande atuação na Paraíba, especialmente em Cabaceiras, onde contava com forte apoio, principalmente dos coronéis da época. Curiosamente, o local escolhido para abrigar o Memorial do Cangaço está diretamente ligado à sua história: trata-se da antiga cadeia pública da cidade, conhecida como A Bastilha do Cariri, que chegou a ser incendiada pelo próprio cangaceiro em 1899.

Para o professor e idealizador do memorial, Julierme do Nascimento, o cangaço tem grande potencial para integrar as rotas turísticas da Paraíba. “Cabaceiras se destaca como a principal rota do cangaço no Cariri paraibano, devido ao grande número de coiteiros na região — pessoas influentes e com recursos que ofereciam proteção aos cangaceiros. No entanto, a presença do cangaço se espalhou por todo o estado, por isso há um projeto mais ambicioso: a criação da *Rota do Cangaço na Paraíba*. Com a implantação do memorial, estamos dando o primeiro passo nesse caminho”.

O pesquisador disse que tem plena convicção de que será um sucesso, pois Cabaceiras já é um polo turístico consolidado, com eventos como a famosa Festa do Bode Rei. “Mas o turismo volta-

do para o cangaço pode ter um alcance ainda maior, já que funcionará durante todo o ano, ao contrário da festa, que acontece apenas em um período específico”, explicou o professor.

O memorial será gerido pela Prefeitura de Cabaceiras, município conhecido como a Roliúde Nordestina, por meio da Secretaria Municipal de Cultura.

Julierme do Nascimento, que doará mais de cinco mil itens para compor o acervo do espaço, relata que as primeiras conversas sobre a criação do memorial tiveram início no ano passado. “Em 2024, começamos a idealizar, junto aos órgãos públicos de Cabaceiras, a proposta de um memorial que será algo inédito na Paraíba e até mesmo no Nordeste. Existem museus com essa temática, mas um memorial, com esse enfoque e formato, ainda não. No dia 11 de julho, formamos uma comissão composta por mim, Toninho Menezes, secretário de Cultura do município; Juliana Soares, subsecretária de Cultura; e Marcos Aires, chefe de Gabinete. Agora, estamos com a inauguração prevista para o dia 10”, explicou Julierme do Nascimento.

Acervo diversificado

O memorial foi concebido pela comissão com o propósito principal de ser um espaço de preser-

“

Existem museus com essa temática, mas um memorial, com esse enfoque e formato, ainda não

Julierme do Nascimento

vação histórica e cultural. Mais do que um local de exposição, o projeto busca envolver ativamente a comunidade e instituições de ensino, promovendo atividades educativas e culturais relacionadas à história do cangaço e às tradições do Sertão.

Para isso, o memorial contará com uma coleção diversificada, composta por documentos, jornais, Boletins de Ocorrência e folhetins da época, que narram com riqueza de detalhes os feitos e a trajetória de cangaceiros que marcaram a história. Além dos registros escritos, o público poderá conhecer de perto objetos emblemáticos, como rifles, punhais e facas que foram utilizados pelos próprios cangaceiros.

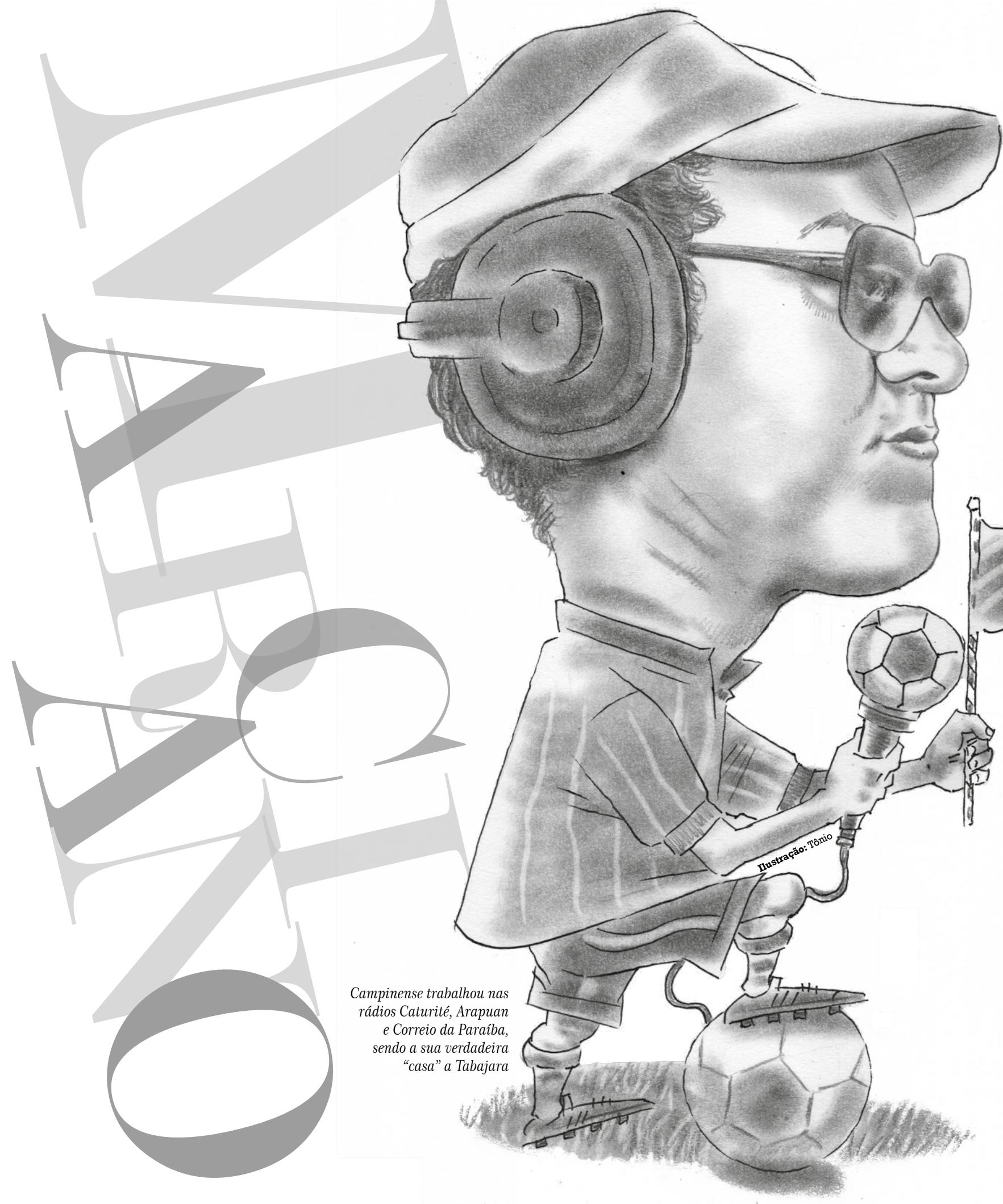
Haverá ainda um acervo digitalizado disponível para os visitantes e estudiosos interessados em se aprofundar nas pesquisas sobre o assunto na Paraíba, além de uma biblioteca com cópias dos documentos e publicações da época.

“Estamos aguardando a chegada de punhais que foram usados pelo próprio Antônio Silvino, além de armas brancas pertencentes a outros cangaceiros, como serrote e réplicas. Isso porque o memorial não se limita a preservar peças históricas, mas também se dedica a abordar a história do cangaço e da cutelaria. Teremos muitas facas originais da época”, detalhou Julierme do Nascimento.

Fotos: Julio Cezar Peres

Idealizador do memorial, o professor e pesquisador Julierme do Nascimento doará mais de cinco mil itens para compor a coleção, a exemplo de um punhal da época (ao lado)





Campinense trabalhou nas rádios Caturité, Arapuan e Correio da Paraíba, sendo a sua verdadeira “casa” a Tabajara

Marciano Soares

Fez história no radiojornalismo da PB

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

As transmissões diretas de esportes regionais, mais especificamente de futebol, contavam, sobretudo, com os meios radiofônicos para fazer chegar aos ouvintes a emoção de seu time preferido em campo. Na Paraíba, equipes de radiojornalismo esportivo fizeram e ainda fazem história, e, nessa trajetória, o nome de Marciano Soares não pode ser esquecido.

Marciano Soares da Costa nasceu em Campina Grande, no dia 6 de março de 1941, mas iniciou a sua trajetória como narrador esportivo na capital paraibana. Segundo o escritor e jornalista Gilson Souto Maior, com quem trabalhou quando atuou em Campina Grande, a Rádio Tabajara foi a principal “casa” do narrador esportivo, onde encerrou a sua carreira profissional. “Mas, mesmo como funcionário da velha ‘Taba’, passou um tempo na Rádio Caturité, onde transmitiu futebol e comandou um programa de forró, todas as manhãs, das 5h às 7h, que foi um verdadeiro sucesso, liderando a audiência em Campina Grande”, revela o colega de profissão.

Gilson Souto Maior conta que, paralelamente à atividade radiofônica, Marciano Soares também trabalhava numa loja comercial situada no Centro da cidade, onde conheceu um amigo com tendência para o rádio e que, prontamente, o encaminhou para a direção da emissora: “O nome descoberto para o rádio em Campina Grande

foi exatamente aquele que seria pouco tempo depois considerado um dos maiores radialistas da Paraíba, Juarez Amaral (*in memoriam*), e que também passou pela televisão e atuou ainda em São Paulo”.

O jornalista esportivo Marcondes Brito lembra que, quando chegou à Rádio Tabajara, por volta de 1975, Marciano Soares já era um narrador esportivo muito respeitado, com quem aprendeu muito na condição de radialista iniciante. “Ele era um narrador muito versátil. Eu me lembro de um episódio, de um jogo que estava sendo transmitido ao vivo, em que deu um problema no microfone do repórter de campo e Marciano ficou narrando de uma forma tão incrível, que ele fazia a voz do repórter também. Então, ele narrava o lance e mudava o tom de voz, imitando um hipotético repórter dentro de campo, cobrindo uma falha técnica com uma criatividade que a gente não consegue nem imaginar nos tempos de hoje”, contou o jornalista esportivo.

Outra recordação de Marcondes Brito é de uma viagem que fizeram de João Pessoa até Belo Horizonte, em Minas Gerais, para cobrir um jogo do Botafogo (PB) contra o Cruzeiro (MG), pelo Campeonato Brasileiro, numa época em que disputavam mais de 70 clubes. “Como o dinheiro era muito curto e não tinha patrocinio suficiente para bancar passagem para todos, decidimos viajar de carro: Marciano Soares, que era considerado uma grande estrela do esporte radiofônico, “Ele era muito competente dentro da sua área, mas também era muito polêmico quando trazia à tona as opiniões que se confrontavam no seu contexto de trabalho. Era muito enfático e ninguém se atrevia a contestá-lo”, afirma.

Geraldo Varela, editor do caderno *Esportes*, do Jornal **A União**, o tinha como um de seus grandes companhei-



Foto: Arquivo pessoal/Gilson Souto Maior

Soares (1941–2012) foi um dos fundadores do Comitê de Imprensa, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

dos colegas e colecionou inúmeros amigos ao longo de toda a sua trajetória no rádio esportivo, e, como presidente da Associação dos Cronistas Esportivos, nos anos 1980, desenvolveu um excelente trabalho. Segundo o companheiro, Marciano não entendia o declínio de nosso futebol, mesmo com clubes tão fortes como o Campinense, o Treze e o Botafogo. “Muito ligado à família, perdeu os dois filhos, primeiro Werton Soares, um radialista que herdou a competência do pai, e depois Wellington, outro excelente menino, ambos nos anos 1990. Um duro golpe em sua vida e que ele passou muitos anos sentindo essa grande dor”, completou.

Marciano Soares trabalhou, ainda, nas rádios Arapuan e Correio da Paraíba, e foi um dos fundadores do Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado. O radialista faleceu em 17 de junho de 2012, aos 71 anos, deixando viúva e netos.

Comando

Nascido em Campina Grande, Marciano Soares foi presidente da Associação dos Cronistas Esportivos, nos anos 1980

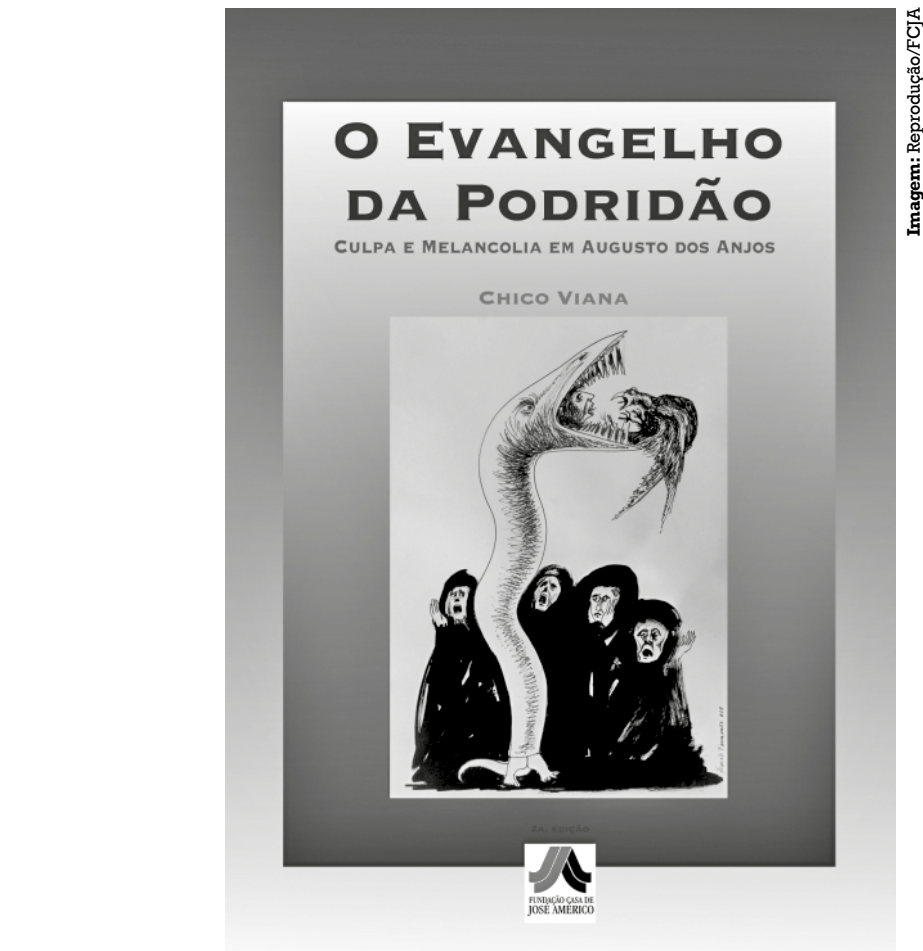
Artigo

Crítica e declínio patriarcal em Dos Anjos (1 de 2)

Considerado o maior paraibano do século 20, em enquete empreendida pelo Sistema Correio de Comunicação, nos primeiros meses de 2001, o poeta Augusto dos Anjos segue objeto de valiosas apreciações. Algumas dessas precederam aquela escolha.

Tal a do crítico Álvaro Lins que, na coletânea *Os Mortos de Sobrecasaca* (1963), justaposta pela editora Civilização Brasileira, aos *A Glória de César* e o *Punhal de Brutus* (1962) e *O Relógio* e o *Quadrante* (1964), situou-o ao lado de vultos como Carlos Drummond de Andrade, Mario de Andrade, Cecília Meireles, Jorge de Lima, Octávio de Faria, Clarisse Lispector, José Lins do Rego e Graciliano Ramos.

Para Lins, que dedicou *Os Mortos...* aos escritores brasileiros, ficando *A Glória de César* e o *Punhal de Brutus* com a política e *O Relógio...* com a literatura estrangeira, Augusto distinguiu-se como o vocalista de “a morte, a poesia das coisas mortas e fúnebres”. Como na construção em que rumo à Casa do Agra, sendo essa agência funerária do Recife. Na base de observações bastante didáticas, daí porque *Os Mortos de Sobrecasaca* serviram, sobretudo, aos candidatos ao vestibular, o publicista pernambucano fixou-se em questão inerente aos demais exegetas para os quais *Dos Anjos* se trata de um vate singular, ou seja, sem escolas, porque à margem dos padrões literários da época. Um poeta “de todos os tempos, até de todas as idades”.



Capa de “O Evangelho da Podridão” (1994), de Chico Viana

Segundo outro analista, Otto Maria Carpeaux, “lendo e relendo o *Eu* sempre descobrimos coisas novas, estranhas e admiráveis”. Seguramente por isso, Horácio de Almeida, valeu-se do ensaio *Augusto dos Anjos — Razões de sua Angústia* (1962)

para, mergulhando, freudianamente, no poema *A Árvore da Serra*, visualizar no poeta “a hipótese de um amor sacrificado por preconceitos de família”. Já Humberto Nobrega, ocupando-se da infância e, sobretudo, das tertúlias de Augusto na Festa

das Neves e jornaleco *Nonevar*, nele descobriu personalidade descontraída, alegre e folgazã, isso no reeditado *Augusto dos Anjos e sua Época* (1962). Enquanto isso, Flavio Sátiro — aprofundando as intuições de Agripino Grieco, Ferreira Gular, Jamil Haddad e Pinto Ferreira — reconheceu nos versos anjovianos o eco da chamada Escola do Recife de que nos ocupamos em *Do Império à República* (1972).

Por aí se vê que a Paraíba não esqueceu seu “desventurado” filho. Além das colocações de De Castro e Silva em *Augusto dos Anjos: Poeta da Morte e da Melancolia* (1946), centenas de artigos, plaquetas e livros focalizaram o poeta que mereceu das professoras Socorro Aragão, Neide Medeiros e Ana Isabel Andrade o bilingue *Memorial Augusto dos Anjos: Um Roteiro Cultural e Poético* (2008). Nessa torrente, duas publicações se sobressaem: *Fortuna Crítica de Augusto dos Anjos* (1981), de Gemy Candido, e *O Evangelho da Podridão* (1994), de Chico Viana.

(Continua na próxima semana)



(*) Historiador de ofício, pós-doutorado pelo IEB/USP e autor de obras como *História da Paraíba — Lutas e Resistência* (14ª edição, 2023).

Excepcionalmente, não teremos a coluna dominical de Angélica Lúcio, que retornará no próximo dia 17 de agosto.

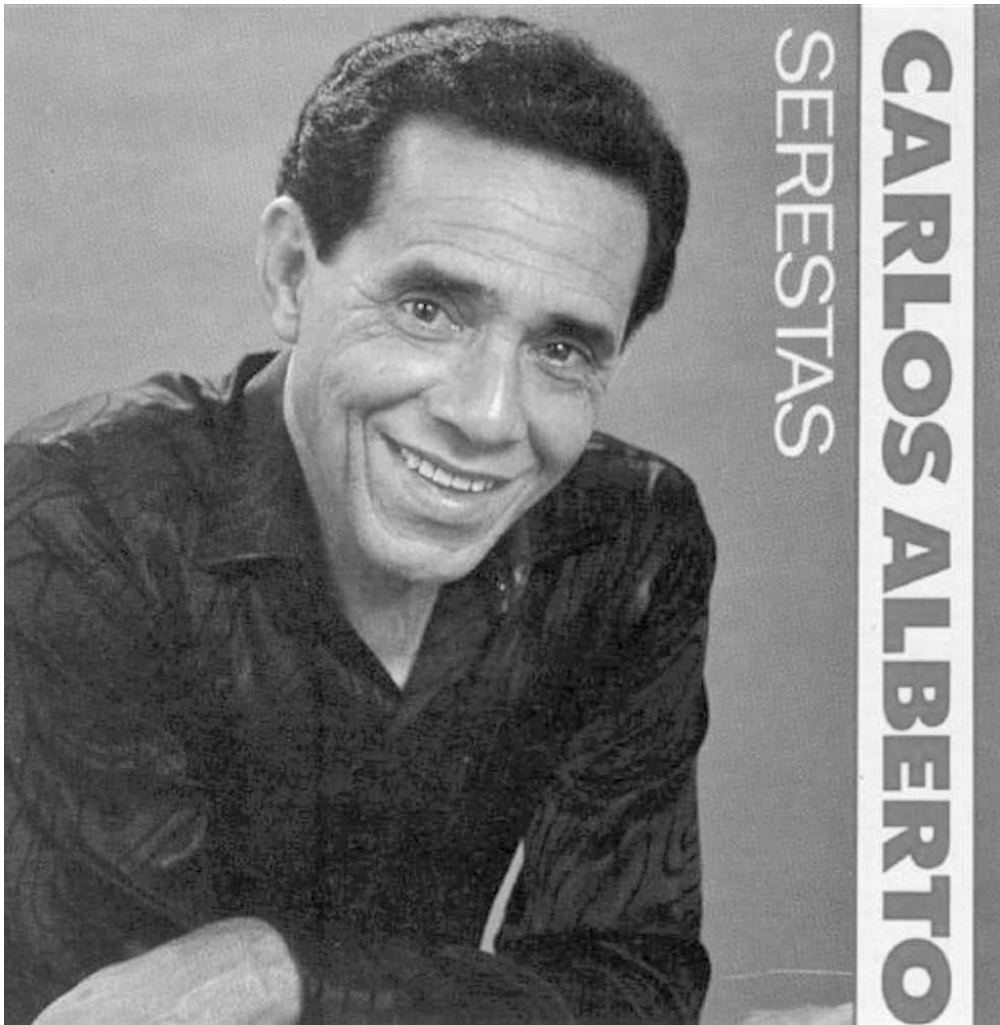
Tocando em Frente



O romantismo popular e o popularesco na MPB — VIII

Entre outros, também ele foi cognominado de “rei do bolero”, honraria que lhe foi prestada pelo “velho guerreiro”, Chacrinha, no início dos anos 1960, reconhecido que foi como o artista nacional que mais gravou no estilo cubano. Nuno Soares é o nome de batismo do cantor, compositor e violonista mineiro Carlos Alberto (Astolfo Dutra-MG, 1933 – Juiz de Fora-MG, 2020). Aos nove anos, foi com a família residir em Petrópolis (RJ), de onde, no começo da juventude, mudou-se para Três Rios, município fluminense, seu ponto de partida. Foi ali que começou a explorar seus dotes de intérprete, cantando em bailes e pequenos eventos familiares, chegando, inclusive, a fazer parte, como crooner, de um pequeno grupo musical. Ali, ele também se casou, em 1963, e foi levado para o Rio pelas mãos do produtor Maurício Farah.

Logo de entrada, gravou seu primeiro álbum, do qual fazia parte o seu grande sucesso, uma versão de Nely B. Pinto para o bolero de Álvaro Camillo — “Sabe Deus” (“Sabrá Dios”), com cujo *hit* ganhou a preferência dos brasileiros e começou a excursionar pelo país, conquistando os que apreciavam a sua voz empostada, característica única entre os boleristas. Inúmeros sucessos, com concentração focada em criações latino-americanas, levaram-no a gravar mais de 60 LPs/CDs, em vínculos contratuais com as gravadoras CBS (Columbia), Continental, RCA Victor, Som Livre e CID. Ainda hoje é um



Cantor e compositor mineiro Carlos Alberto (1933–2020), denominado de o “rei do bolero”

recordista de vendas da primeira, ao lado de Roberto Carlos.

Sempre fiel à tragicidade do seu modo de interpretar o que cantava, é tido, no

universo da MPB, ora como romântico popular, ora como um popularesco.

Meio nômade, meio telúrico, Carlos Alberto sempre foi fiel às suas raízes, man-

tendo residências fixas e rotativas nos seus lugares de infância e juventude, interiores de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Foi merecedor de vários prêmios, entre programas de rádio e de TV, com destaque para o Globo de Ouro.

Dentre os seus sucessos de maior apelo popular, podem-se citar algumas versões: “De Joelhos” (“De Rodillas” — Benito de Jesus e Jota Moraes), “Aquece-me esta noite” (“Regálame esta noche” — Roberto Cantoral e Mário Rossi), “Ilumina-me, Senhor” (“Ilumina-me, Señor” — Gilberto Urquiza e Clóvis Mello), “Sabor a mim” (“Sabor a mi” — Álvaro Castillo); “Tu, só Tu” (“Tu, sólo tu” — Felipe Valdez Leal e Mário Mendes), “Adaeus Muchachos” (“Adios Muchachos” — Alberto Sanders e Haroldo Barbosa), “Meu primeiro Amor” (“Lejanía” — Herminio Gimenez e José Fortuna); do nosso cancionário, os maiores sucessos interpretativos de Carlos Alberto foram “Caminheiros” (Herivelton Martins), “Chão de Estrelas” (Orestes Barbosa e Sílvio Caldas), “Último Desejo” (Noel Rosa), “Cinco letras que choram” (Silvino Neto), “Rasguei o teu retrato” (Cândido das Neves), “Lado a Lado” (Jerônimo Bragança e Nóbrega e Souza), “No Rancho Fundo” (Ary Barroso e Lamartine Babo), “A Deusa da minha Rua” (Newton Teixeira e Jorge Faraj), “Deslizes” (Michael Sullivan e Paulo Massadas), “Boneca Cobiçada” (Bolinha e Biá), “Tortura de Amor” (Waldick Soriano), “Há quanto tempo” (Nuno Soares), “Sangue do meu Sangue” (Nuno Soares).

TECNOLOGIA

Quem é Larry Ellison, o cofundador da Oracle?

Segundo a “Forbes”, ele tornou-se a segunda pessoa mais rica do planeta

Henrique Sampaio
Agência Estado

Aos 80 anos, Larry Ellison voltou ao topo do mundo. Cofundador da Oracle, ele acaba de ultrapassar Jeff Bezos e Mark Zuckerberg no ranking da *Forbes*, tornando-se a segunda pessoa mais rica do planeta, atrás apenas de Elon Musk. Seu patrimônio é estimado em US\$ 281,8 bilhões e foi recentemente impulsionado pela disparada das ações da empresa, que ajudou a fundar há quase meio século.

Nascido em Nova York, EUA, e criado por tios adotivos em Chicago, Ellison teve uma infância marcada por incertezas. Sua mãe biológica o entregou ainda bebê, e ele cresceu em um lar modesto, com pouco apoio do pai adotivo. Durante a juventude, abandonou duas universidades, mas encontrou seu caminho na efervescente cena tecnológica da Califórnia dos anos 1970.

Em 1977, ao lado de dois colegas, fundou a Software Development Laboratories com apenas US\$ 2 mil. O nome Oracle viria pouco depois, inspirado em um projeto de banco de dados para a CIA. A ideia era ousada: transformar um conceito acadêmico sobre bancos de dados em um produto comercial para empresas.

A Oracle enfrentou altos e baixos nos primeiros anos. No início da década de 1990, quase foi à falência por práticas contábeis agressivas. A recuperação veio com uma mudan-

ça estratégica: a empresa passou a vender plataformas completas, forçando os clientes a adaptar seus processos ao *software*, e não o contrário.

Ellison comandou a Oracle como CEO por 37 anos, até 2014, e hoje atua como presidente do Conselho e diretor de Tecnologia. Com uma visão voltada para grandes contratos e integração total, liderou uma série de aquisições bilionárias, incluindo Sun Microsystems, NetSuite e Cerner, esta última por US\$ 28,3 bilhões, em 2021.

Mesmo tendo perdido espaço para rivais como Amazon e Microsoft durante o *boom* da computação em nuvem, a Oracle deu a volta por cima nos últimos anos. Com investimentos maciços em infraestrutura de dados e inteligência artificial (IA), tornou-se uma das empresas-chave para o treinamento de modelos de IA, inclusive para governos.

Em janeiro de 2025, Ellison apareceu ao lado do presidente dos EUA, Donald Trump, e de Sam Altman, da OpenAI, no anúncio do Stargate Project, um plano de US\$ 500 bilhões para garantir a liderança dos EUA em inteligência artificial. A Oracle é um dos pilares técnicos da iniciativa, responsável por hospedar e operar parte da infraestrutura.

Fora do mundo corporativo, Ellison também é conhecido por seu estilo de vida extravagante. Em 2012, comprou quase toda a ilha de Lana'i, no Havaí, onde hoje vive. É dono de

iates luxuosos, aviões particulares e já investiu em esportes como tênis e vela, chegando a vencer a América's Cup com o Oracle Team USA, em 2013.

Ao todo, já doou centenas de milhões de dólares para causas como pesquisa médica, infraestrutura educacional e projetos militares em Israel.

De 2018 a 2022, foi membro do Conselho da Tesla, empresa na qual investiu pesadamente. Ele também se envolve diretamente com política: já doou milhões a campanhas republicanas e permitiu que Trump realizasse eventos em suas propriedades. Apesar de manter distância pública, é visto como um dos bilionários mais influentes nos bastidores do poder.

Seus filhos seguiram rumos próprios no setor do entretenimento. Megan Ellison fundou a produtora Annapurna Pictures e Annapurna Interactive, responsável por filmes como *Ela* e o jogo *Stray*. Já David Ellison está prestes a as-

sumir o controle da Paramount, após fusão com a Skydance Media, em negócio viabilizado com recursos do próprio Larry.

Em janeiro, Donald Trump chegou a dizer que aprovaria a compra do TikTok por Elon Musk e depois sugeriu que Ellison também pudesse comprar o *app*. Essa declaração aconteceu após o republicano anunciar o investimento do governo americano junto a empresas privadas de US\$ 500 bilhões em infraestrutura de inteligência artificial.

“Larry, vamos negociar na frente da mídia”, disse o republicano. “Estou pensando em dizer para alguém: ‘compre [o TikTok] e dê metade para os Estados Unidos e nós te daremos a permissão [para operar]’”.

A fala foi mais um gesto de Trump para garantir a continuidade do aplicativo de vídeos curtos. E a resposta veio: “Me parece um bom negócio, presidente”, disse Ellison. A negociação, contudo, ainda não foi confirmada.

Charada

Resposta da semana anterior: Ruim (1) = má + resistente (2) = duro. **Solução:** oportuno, pleno (3) = maduro.

Charada de hoje: A pesada fruta (2), vinda da retaguarda (1), caiu em cima do coitado do aligatórídeo (3).

Francelino Soares:
francelino-soares@bol.com.br



Ilustração: Bruno Chioffi



Como fazer o ChatGPT te entender melhor e dar respostas precisas?

Muitas vezes, ferramentas de inteligência artificial (IA) como o ChatGPT frustram o usuário com respostas genéricas, vagas ou incorretas. O problema, na maioria dos casos, está na forma como a pergunta é feita ou no que se deixa de ser dito. Apesar do nome técnico, a engenharia de contexto tem uma ideia simples e pode ser aplicada no dia a dia: quanto mais claro for o seu pedido e mais informações você der sobre o que quer, quem você é e qual é o objetivo, maior a chance da IA te entregar algo realmente útil. A seguir, com dados da Agência Estado, veja algumas formas práticas de aplicar esse raciocínio na sua conversa com o ChatGPT ou outro modelo similar e receber respostas mais completas.

Simule um perfil

Começar seu *prompt* dizendo um perfil que você quer que o ChatGPT simule ajuda a IA a atingir o tom e estilo correto da resposta. Por exemplo, se você pedir para a IA agir como um professor do Ensino Fundamental, o sistema tende a explicar os conceitos de forma mais simples e didática. Já se você solicitar para a IA agir como um advogado ou profissional de *marketing*, ela pode usar termos mais técnicos e exemplos mais específicos.

Explique o que quer fazer com a resposta

Também vale explicar qual é o objetivo do seu pedido. Muita gente simplesmente joga: “faça um texto sobre educação financeira”, mas o resultado vai depender muito de como esse texto será usado. É para uma legenda de Instagram? Uma apresentação na escola? Um discurso? Dizer o que você pretende fazer com a resposta ajuda a IA a ajustar a forma, o tamanho e o estilo do conteúdo.

Mostre exemplos

Outra estratégia que funciona muito bem é oferecer exemplos. Se você gosta da forma de uma determinada pessoa se comunicar, como um influenciador, um jornalista ou um professor, diga isso. Quanto mais concreto o exemplo, melhor. Você pode dizer: “Quero que soe como um texto da influenciadora X” ou “Escreva como se fosse uma matéria do jornal Y”. Isso serve como guia para a linguagem e a estrutura.

Divida o pedido em etapas

Evite pedir tudo de uma vez. Dividir o processo em etapas costuma dar mais resultado. Se você quer criar um roteiro de vídeo, por exemplo, comece pedindo ajuda para definir a ideia central. Depois, vá para os tópicos e só então peça para escrever o corpo do texto. Essa divisão em fases permite que o ChatGPT foque em cada parte do processo com mais precisão, sem se perder tentando resolver tudo ao mesmo tempo. O próprio ChatGPT pode ir te guiando em cada fase ao fim de cada resposta, a partir de suas sugestões dinâmicas.

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)

Tiras

O Conde

Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com



Jafoi & Jaera

Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)



Solução

1 – pato do burro; 2 – olho do burro; 3 – cauda; 4 – cordão; 5 – cordão; 6 – porta da casinha; 7 – folha da divoira; 8 – boca do burro; 9 – estrela.

INSANIDADE

Cartada do jogo racional

Reapropriação do termo “loucura” para aqueles que, por muito tempo, foram considerados carta fora do baralho social é parte de um movimento que busca maior autonomia das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

“A melhor identidade que eu tenho é esta, da carta do baralho coringa. Sabe o significado da carta coringa? A carta coringa diz que você pode tudo”. A analogia utilizada por Hannah Hokage, como prefere ser identificada, quando perguntada sobre ser chamada de louca, convida-nos a pensar. A mulher negra, de 47 anos, que revela ter sido diagnosticada com esquizofrenia, afirma que o uso do termo não é um problema, muito pelo contrário: diz ser um privilégio. E faz referência ao filósofo Michel Foucault, autor do clássico *História da Loucura*, e ao profeta Isaías, para defender seu uso. “Louco é um sábio, e isso, para mim, é tudo. A *Bíblia* diz que eles não errarão o caminho do céu. Entendeu agora?”, conclui Hannah, com uma boa risada.

A reapropriação do termo para aqueles que, por muito tempo, foram considerados carta fora do jogo da vida é parte de um movimento que busca maior autonomia das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais. Hannah mora sozinha, num quartinho alugado no bairro do Varadouro, em João Pessoa, e frequenta, duas vezes por semana, o Centro de Atenção Psicossocial (Caps), onde pode tomar café da manhã, almoçar e fazer o lanche da tarde, além de participar de oficinas de pintura, música, poesia, dança e educação física. São dias bem diferentes daqueles em que esteve internada no Hospital Dr. Edgley Maciel, na cidade de Campina Grande.

“Foi a minha última experiência e foi terrível. Eu fui amarrada na cama, foi onde eu senti a minha mente sendo estruturada e elasticada, entendeu? Nas outras vezes que eu fui internada, eu voltei para casa tranquilamente. E, depois dessa vez, minha mente se expandiu de uma forma que não tem mais como ser a mesma pessoa de antes. Eu quero falar de assuntos que parecem que nunca foram abertos antes para a sociedade”, relata.

A consciência do diagnóstico não impede que as referências da realidade se misturem a pensamentos oníricos de Hannah. Um deles é de uma senhora de 99 anos, da qual teria sido cuidadora, e que, depois de sofrer seis picadas de cobra cascavel, teve seu corpo derretido até a pele se colar aos ossos. Os argumentos se embaralham, como as cartas de um jogo. Hannah reconhece que são muitas informações. Muita coisa para além daquilo que ela vê. Da mente emerge uma realidade distópica, na qual a sociedade, por não com-

preendê-la, deseja apagá-la: “Eles querem me matar e eu não sei o porquê. É muita inveja. Tu tá entendendo? Eu não sei explicar isso...”.

Na maior parte do tempo, no entanto, Hannah conversa de modo coerente. Como usuária da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), do Sistema Único de Saúde (SUS), ela critica alguns profissionais por não estarem habilitados para cuidar de pessoas como ela. Diz que falta sensibilidade e defende que as melhores pessoas para opinar sobre o serviço que está sendo oferecido são aquelas que o utilizam. Um discurso alinhado ao movimento de luta antimanicomial, do qual participa há quase três anos. “Só agora que eu estou querendo me envolver, porque até então eu era só um corpo presente. Só escutava. Só escutava, não interagia. E agora me deram espaço para falar, e eu fui convidada para ser delegada representante da saúde mental do estado da Paraíba”, explica.

Hannah fala sobre o efeito manicômio, um “desprezo total à vida” que não reconhece a capacidade do indivíduo e que precisa ser eliminado, mesmo que a luta antimanicomial, iniciada com profissionais de saúde na década de 1970, tenha encabeçado a chamada Reforma Psiquiátrica, que, em 2001, definiu instrumentos de proteção e de direitos para as pessoas com transtornos mentais no Brasil. Apesar de restringir o uso das internações, sobretudo as de longa permanência, a prática centenária de tratamento da loucura, presente nas estruturas e no imaginário da sociedade, não haveria de ser mudada do dia para a noite. A rede pensada, que inclui equipamentos como os Caps, pronto socorro para atendimento de crises e ambulatórios, ainda está sendo implementada, ao sabor das disputas de narrativas dos atores sociais e das políticas governamentais dos últimos anos.

“Eu queria que o Caps fosse um resort, um espaço aberto que validasse o que a pessoa tem de melhor”, idealiza Hannah. Um espaço para ser livre: nada mais coerente para quem se identifica com uma carta coringa, aquela que assume a versatilidade e pode ser substituída por qualquer outra, inclusive uma de maior valor. “A minha loucura não se prende. Se prender, imagine uma bomba atômica. A minha loucura não se prende. A minha loucura não se prende”, reitera Hannah.

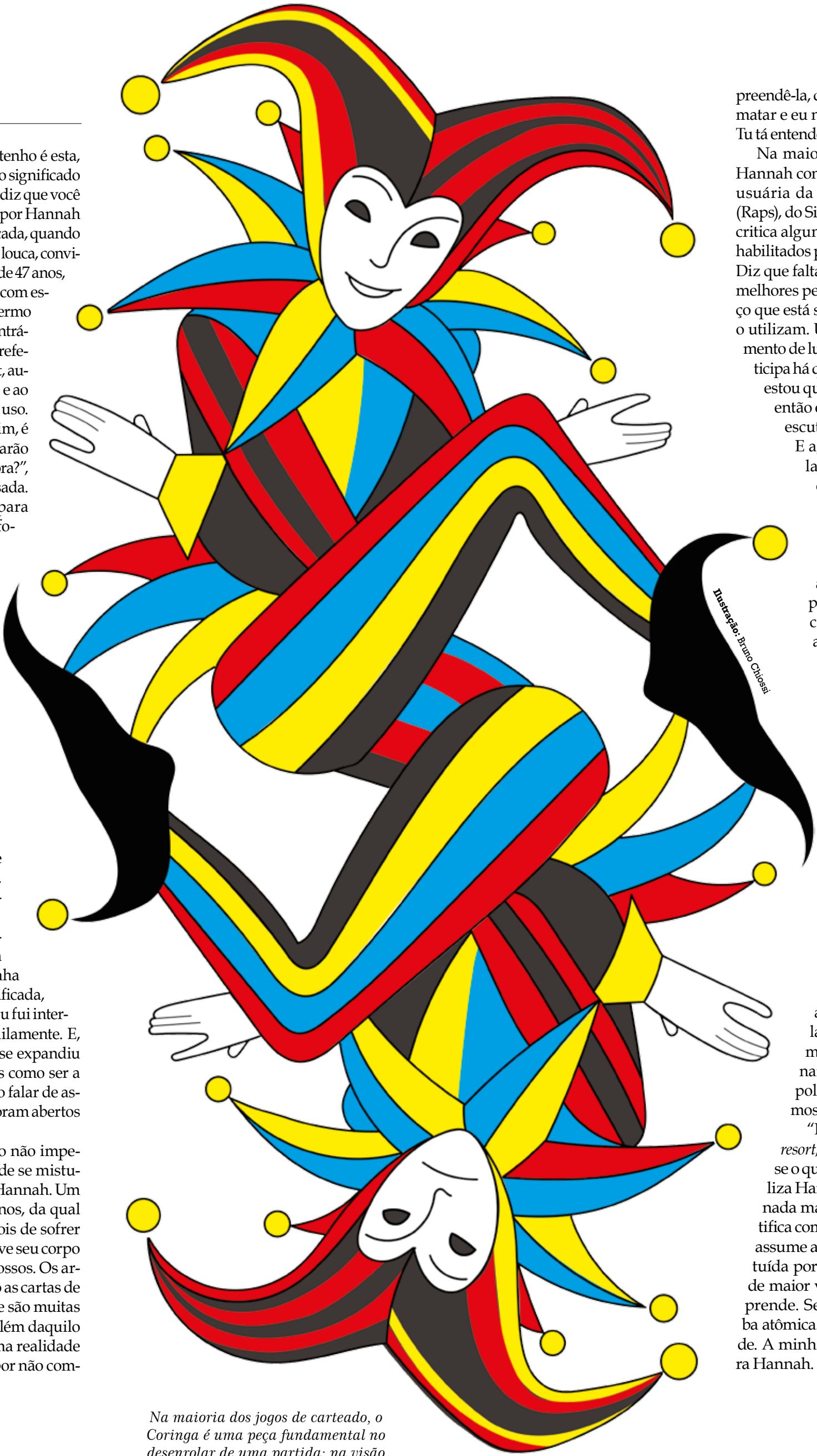


Ilustração: Bruno Ghiesi

Na maioria dos jogos de carteados, o Coringa é uma peça fundamental no desenrolar de uma partida; na visão de uma das entrevistadas da edição, é um símbolo identitário

MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL

Loucura sem um sentido pejorativo

Grupos lutam para que as pessoas invisibilizadas e estigmatizadas não sejam reduzidas a um diagnóstico psiquiátrico

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

A compreensão de loucura, para a professora Ludmila Correia, do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), segue os princípios da luta antimanicomial. A coordenadora e idealizadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania (LouCid) trabalha há mais de uma década com pessoas com transtornos mentais e com coletivos que atuam para a garantia dos seus direitos. Mesmo sabendo que o termo carrega vários estigmas, esses grupos não concordam que esses indivíduos sejam reduzidos a um diagnóstico psiquiátrico.

“Essa afirmação da loucura não tem sentido pejorativo, é apenas mais um marcador de sua diferença. A loucura é apenas uma questão na vida dessas pessoas. Quem milita nos movimentos antimanicomiais e tem o diagnóstico entende que a loucura precisa ter um lugar na sociedade e que não pode ser invisibilizada, estigmatizada nem propriedade de um diagnóstico psiquiátrico”, defende a docente. Não se trata, segundo Ludmila, de desconsiderar o diagnóstico, pois ele é fundamental para indicar o melhor tipo de cuidado que a pessoa necessita, assim como para permitir que sejam acessados direitos.

Outro fato que a pesquisadora faz questão de mencionar e que ajuda a desfazer um pouco da estigmatização da loucura é que o sofrimento mental não se restringe a determinados quadros clínicos, por isso ela rejeita qualquer classificação que relaciona a loucura a determinado comportamento. “Várias pessoas, de várias classes sociais, de várias origens e de várias situações podem apresentar alguma questão de saúde mental. No entanto, elas estão trabalhando, exercendo suas atividades, estudando... Na pandemia, quando muita gente teve que ficar em isolamento para não adoecer ou morrer, a gente percebeu o quanto é ruim essa situação, e isso gerou muito sofrimento mental”, ressalta Ludmila Correia.

O grupo coordenado pela docente atua para fomentar o exercício da cidadania das pessoas loucas e, nesse sentido, a primeira dificuldade é que elas não conseguem ser ouvidas ou, se ouvidas, não são consideradas. “É como se a palavra dessas pessoas não tivesse crédito de verdade. Por exemplo, algumas mulheres que respondiam ao processo criminal e eram acompanhadas por nós, quando eram ouvidas pelo Poder Ju-

diciário, não tinham sua voz considerada e, muitas vezes, eram julgadas sem ir para uma audiência, pois o juiz se baseava apenas no laudo pericial. Entendendo que isso era uma violação do direito de fazer sua própria defesa, a gente começou a traduzir relatórios feitos com base na escuta dessas mulheres e encaminhar para os defensores públicos”, relata a professora de Direito, destacando que a função do Grupo Loucura e Cidadania não era ser voz daquelas pessoas, mas ecoá-la, como um megafone.

Os depoimentos a que se refere Ludmila Correia foram recolhidos nas oficinas de Direitos Humanos, promovidas com pacientes do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, em João Pessoa, referência para o tratamento de saúde mental na Paraíba. Para o trabalho de superação do isolamento das pessoas com transtorno mental e promoção do acesso mínimo à informação sobre seus direitos, é preciso se despir dos preconceitos enraizados socialmente, sem se interessar pelo diagnóstico dos participantes.

De 2012, quando surgiu a iniciativa, até hoje, a docente viu o Complexo Hospitalar Juliano Moreira reduzir consideravelmente os seus leitos, como preconiza a Lei nº 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica. Segundo a norma, a internação, qualquer que seja a modalidade, deve ser adotada como exceção, somente quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. Para substituir o modelo de internação de longa permanência, os chamados manicômios, foi se estruturando uma Rede de Atenção Psicossocial (Raps), formada por Centros de Atenção Psicossocial (Caps), que presta assistência psicológica nos territórios, os leitos em hospitais, para atender pacientes em crises; e os Serviços Residenciais Terapêuticos, voltados para os antigos “moradores”, pacientes que viviam há muito tempo no hospital e perderam o vínculo com a família.

Não existem mais longas internações no Complexo Hospitalar Juliano Moreira, que ultrapassem mais de um ano. Criou-se um Espaço de Atenção à Crise, onde os pacientes podem ficar por até 72 horas para serem escutados, diagnosticados e, caso necessário, passarem pelo tratamento medicamentoso. Caso seja necessário, os pacientes permanecem até que a crise seja superada e possam retornar ao convívio familiar. As pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas são atendidas em um setor específico. Para além dessa reorgani-

zação, a professora Ludmila Correia cita medidas simbólicas, como a retirada de grades da estrutura do prédio, que remetia a ambientes prisionais.

A professora reconhece que a Raps ainda não é a ideal, pois está em processo de consolidação. “A gente está falando de uma rede que é complexa. No hospital psiquiátrico, tudo era centralizado em um lugar e exigia que a pessoa sáísse de sua cidade, ao contrário dos serviços da Raps, que estão espalhados no território e são abertos. Não existe um tratamento compulsório, existe um acompanhamento, um acolhimento.



Professora universitária, Ludmila Correia é coordenadora e idealizadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania (LouCid)

A gente está falando de outro paradigma”, compara. Segundo Ludmila, um passo importante a ser dado é a criação de leitos de saúde mental nos hospitais gerais, para atender demandas por internação que os Caps não conseguem suprir.

Desafios para a família

Na configuração da política de saúde mental, a família assume um papel importante. Apesar de as pessoas com transtornos mentais exigirem uma maior atenção e cuidados específicos dos familiares, estes consideram que é melhor tê-los por

perto do que internados num manicômio. A jornalista Mabel Dias acompanhou o irmão algumas vezes quando ele foi internado em hospitais psiquiátricos na capital paraibana e recorda a dor e o sofrimento que presenciou.

“Eram casos de muita violência que a gente via. Eu vi pessoas morrerem lá, serem jogadas naquele local e não voltarem mais para casa. Não terem mais visitas de nenhum familiar. Quando via meu irmão ali, eu tinha medo, inclusive de ficar daquele jeito, de ficar meio perturbada da mente vendo aquelas coisas. Hoje, meu irmão é atendido

convivendo com as pessoas, está com a gente no seu dia a dia”.

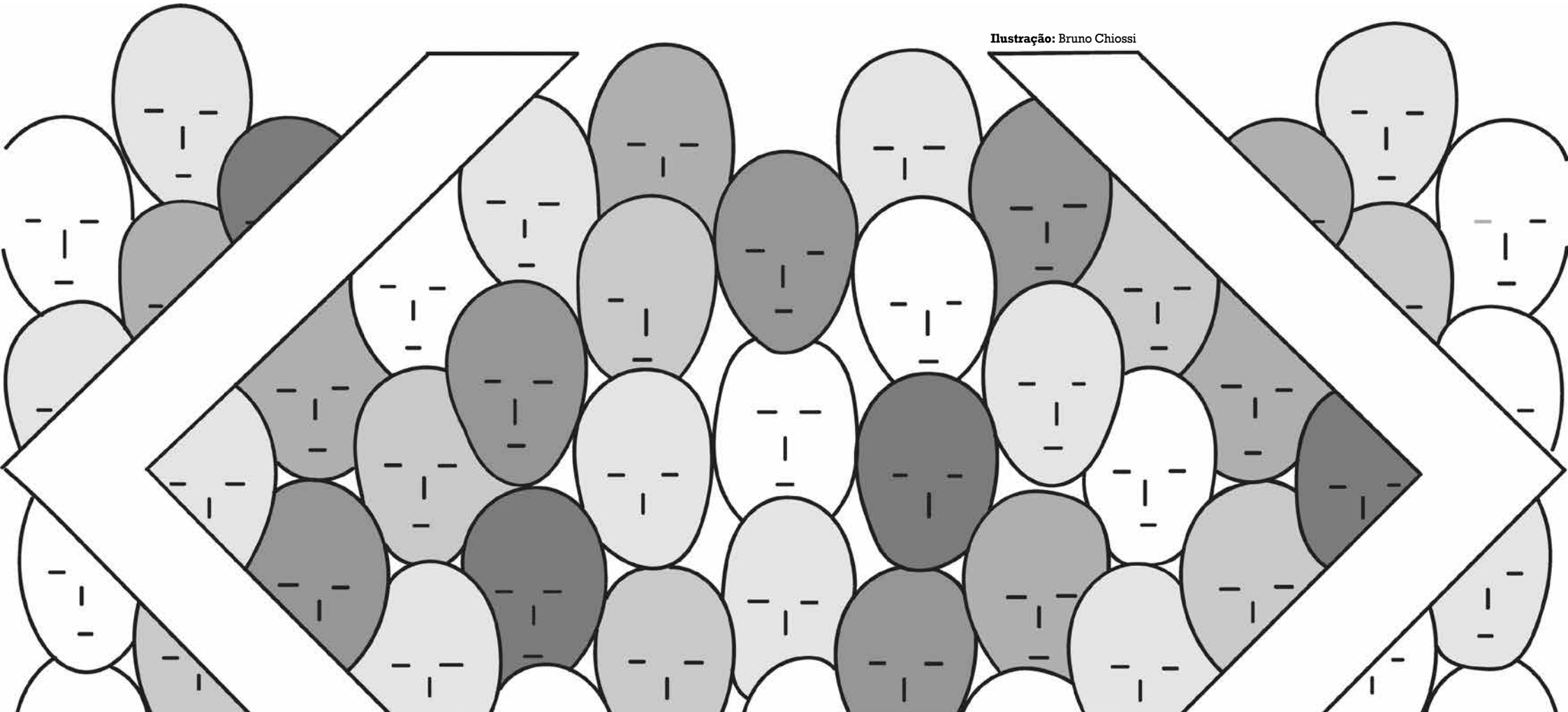
Ainda assim, Mabel admite que nem toda família possui estrutura para lidar com uma pessoa com transtorno mental e ter que conciliar, muitas vezes, trabalhos, estudos e os cuidados necessários ao parente, como é seu caso. Além de estimular a inclusão por meio da arte, cultura e aprendizagem, a recente regulamentação dos Centros de Convivência (Cecos), espaços comunitários para promoção da saúde mental, por meio do convívio social como forma de cuidado, para integrar a Raps, pode auxiliar as famílias nesse sentido.

“Quando tem um familiar que sofre de um transtorno mental, a família também adoce. E não há um acompanhamento familiar. No Caps onde meu irmão é atendido, até tem algumas terapias coletivas, mas não é uma coisa efetiva, inclusive porque muitas pessoas não querem se colocar na frente de outras e expor suas situações; preferem ter um contato particular. O familiar tem que fazer uma terapia à parte, quando pode pagar. Eu, por exemplo, procurei acompanhamento por conta própria”, relata a jornalista.

Outro desafio enfrentado pela família de alguém com transtorno mental é o preconceito. Mabel sentia a discriminação só pela forma de olhar das pessoas e acredita que isso também pode contribuir para que a família não fale sobre a situação. Dentro da própria família, o desafio costuma ser a sobrecarga de um parente para se dedicar ao serviço do cuidado, que recai, quase sempre, sobre uma mulher.

A jornalista conta que busca participar de atividades promovidas pelo movimento antimanicomial para entender melhor o seu papel e cobrar a melhoria de políticas públicas, porque a visão manicomial ainda persiste na maneira de tratar uma pessoa em surto psiquiátrico. Ela identifica deficiências na formação dos profissionais para atender adequadamente pessoas com transtornos mentais e acredita que muitos usuários deixam de frequentar equipamentos como o Caps porque encontram funcionários que não os tratam bem e até gritam com eles.

“Quando você tem uma pessoa com transtorno mental na família, é natural que as pessoas se afastem, porque elas não querem ter contato, não querem encarar a realidade da loucura de frente. Por isso, é fundamental que a rede antimanicomial seja fortalecida, seja melhor estruturada e acolha a família, por exemplo, com um acompanhamento psicológico individualizado”, sugere Mabel Dias.



SERVIÇOS

Há uma desassistência psiquiátrica no Brasil?

Caminhos para pacientes que apresentam uma crise prolongada

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojr@gmail.com

Na psiquiatria, a loucura tem sido incluída no grupo dos transtornos mentais e relacionada mais especificamente à esquizofrenia, que, segundo o médico psiquiatra Alfredo Minervino, distingue-se por alterações de pensamento e de sensopercepção. “A característica principal da esquizofrenia é o delírio, na maioria das vezes um delírio paranoide, aquele de perseguição, e as alucinações auditivas, na maioria das vezes, vozes que comentam entre si e que falam mal do paciente, além da ambivalência, que possui relação com o isolamento”, esclarece Alfredo Minervino, que além de presidente da Associação Paraibana de Psiquiatria (APB), leciona no curso de Medicina da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

O tratamento psiquiátrico da esquizofrenia é feito com antipsicóticos, assim como podem ser utilizados antidepressivos e ansiolíticos, a depender dos casos. Minervino também cita a estimulação magnética transcraniana e a eletroconvulsoterapia (uma prática reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina – CFM), que antigamente era conhecida como eletrochoque, recomendada para pacientes que apresentam alucinações auditivas frequentes, assim como para casos de epilepsia

sem controle e situações de crise de depressões graves ou transtornos bipolar. O médico psiquiatra tranquiliza afirmando não se tratar de práticas invasivas, pois são feitas com cuidado, com uso de anestesia e monitoramento cardíaco e cerebral.

“A crise provocada pela eletroconvulsoterapia dura de 20 segundos a um minuto, e é totalmente controlada. Então, o paciente não tem aquela crise convulsiva que se costuma imaginar. É apenas algum tremor muito fino e, após isso, ocorre uma liberação de catecolaminas pela crise convulsiva provocada, que faz com que o paciente melhore. A gente coloca isso de uma forma bem clara e explica o que acontece à família, que, inclusive, participa do tratamento feito na sala do hospital geral”, explica Alfredo Minervino, único profissional da capital paraibana a utilizar a técnica.

Como presidente da APB, o médico reconhece as mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos em relação ao tratamento psiquiátrico de pacientes com esquizofrenia, mas não reconhece a Lei nº 10.216/2001, que reformula o modelo assistencial em saúde mental no Brasil como uma reforma psiquiátrica, definição que normalmente tem sido referenciada. Minervino alerta que a lei tirou o hospital psiquiátrico do centro do tratamento, passando a direcionar pacientes para serviços

substitutivos como Caps, residências terapêuticas e leitos psiquiátricos em hospitais gerais, mas não extinguiu esses hospitais especializados, integrando-os como parte da Raps.

“A gente nunca pregou que os hospitais não tenham condições de dar um tratamento consentâneo às necessidades do indivíduo, mas o fechamento do hospital psiquiátrico é um absurdo enorme. Não se pode atender um paciente em surto psicótico em dois ou três dias, sem as condições que um hospital psiquiátrico oferece para quadros de crise, a exemplo das tentativas de suicídios graves, dos delírios e das alucinações. No SUS, nós não tínhamos muito hospitais psiquiátricos bons, e, infelizmente, muitos deles foram fechados, deixando o paciente desassistido. Mas, hoje, principalmente na rede privada, nós temos clínicas bem-feitas e organizadas”, defende o psiquiatra.

Minervino considera que, atualmente, há uma desassistência psiquiátrica muito grande e argumenta que serviços como Caps ou até o pronto atendimento em saúde mental dos hospitais, feitos para permanência de até 72 horas, não possuem a infraestrutura adequada para atender os pacientes que apresentam uma crise mais prolongada. “Eu acho que a saída é manter um hospital de qualidade, com leitos enxutos, porque não se acaba a doença mental por decreto”, sugere.



Foto: Arquivo pessoal

Alfredo Minervino, presidente da Associação Paraibana de Psiquiatria: “Fechamento do hospital psiquiátrico é um absurdo enorme”

Em relação aos Caps, as críticas do psiquiatra são de que os pacientes não dispõem de médicos 24 horas, que funcionam como ambulatórios de psiquiatria e de psicologia sem as condições mínimas adequadas e que também não são submetidos à fiscalização de órgãos reguladores. O médico argumenta também que não existe um prontuário único na rede para integrar os serviços de saúde mental. Ou seja, os profissionais não têm acesso a um sistema de referências dos paciente atendidos em outros serviços, dificulta os diagnósticos e também os tratamentos.

Minervino elenca várias propostas da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), entidade da qual tam-

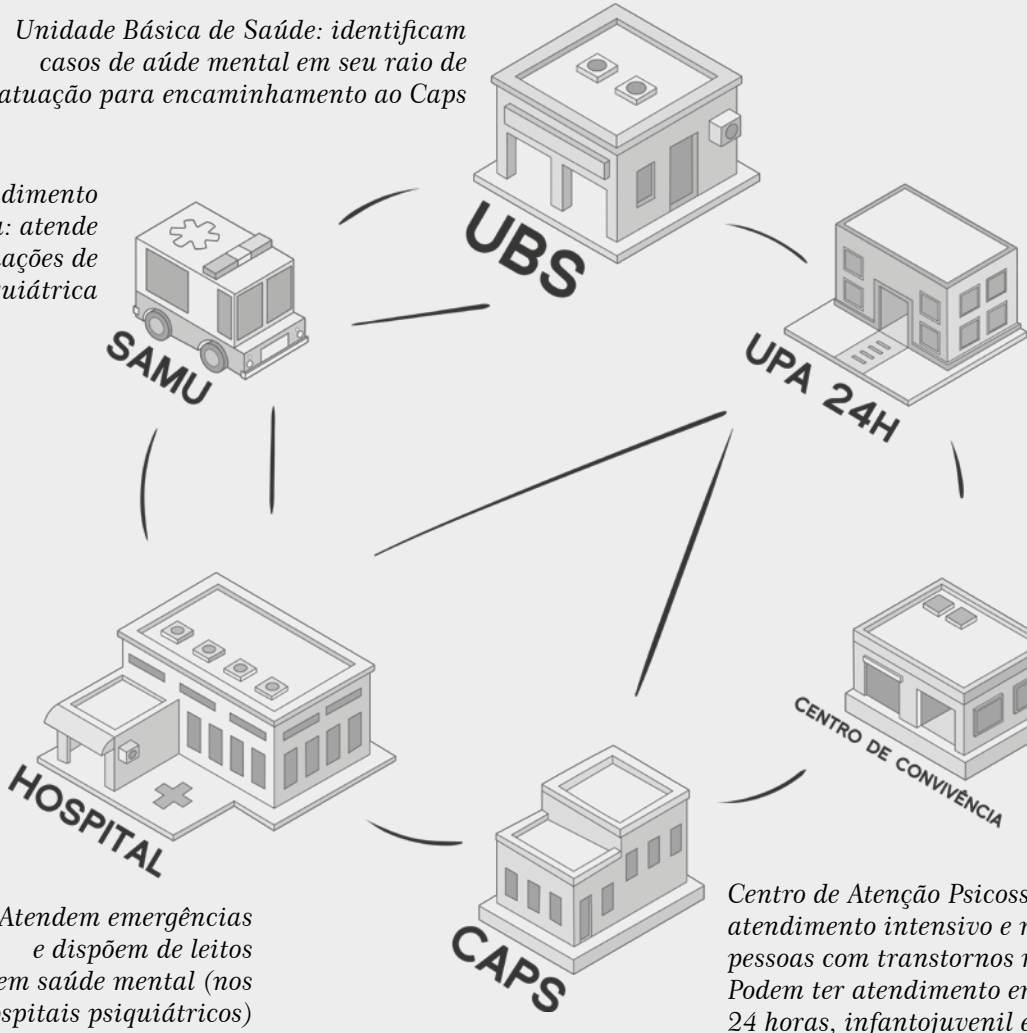
bém faz parte, para o aperfeiçoamento da política de saúde mental como a melhoria dos hospitais psiquiátricos, da remuneração dos profissionais e da relação entre os Caps, o estímulo à produção de medicamentos de qualidade que pudessem ser utilizados para 30 ou até 90 dias de uma só vez e a valorização dos tratamentos de comunidades terapêuticas que possuem boas referências. “Existe toda uma evolução de tratamentos com neuromodulação, de medicamentos injetáveis e nasais e relacionados a psicoterapias cognitivas comportamentais, por exemplo, que cada vez mais vem melhorando a vida dessas pessoas que tinham a doença mental como uma sentença de morte”, reforça.

Rede de Atenção Psicossocial – Raps

Formada por equipamentos de saúde pública da atenção primária, como unidades básicas de saúde (UBS), o famoso postinho do bairro, a rede para atendimento em saúde mental também conta com serviços especializados, como os Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Todos eles articulam-se para oferecer diferentes níveis de cuidado, às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, tendo a internação psiquiátrica como exceção, apenas quando a rede extra-hospitalar puder atender de maneira suficiente.

Unidade Básica de Saúde: identificam casos de aúde mental em seu raio de atuação para encaminhamento ao Caps

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: atende as crises em situações de emergência psiquiátrica



Recebe pessoas em situações de crise, intoxicação por álcool e outras drogas e outras emergências de saúde mental

Espaços comunitários que promovem a saúde mental pelo convívio social

Atendem emergências e dispõem de leitos em saúde mental (nos hospitais psiquiátricos)

Centro de Atenção Psicossocial: oferecem atendimento intensivo e multiprofissional para pessoas com transtornos mentais mais graves. Podem ter atendimento em horário comercial, 24 horas, infantojuvenil e especializado em álcool e outras drogas

Infográfico: Bruno Chiossi

Pela desinstitucionalização de pessoas com sofrimento mental

Pessoa em sofrimento psíquico é a forma considerada mais adequada pelos profissionais de Psicologia para se referir àqueles e àqueles consideradas “loucas”. Para a presidente da Comissão de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do Conselho Regional de psicologia da Paraíba (CRP-13), a psicóloga Alcira Teotônio, o uso do termo “loucura”, costumeiramente associado a uma doença mental incurável, tende a reduzir o ser humano ao seu adoecimento e a reforçar a segregação dessas pessoas do convívio familiar, social, comunitário e laboral. O termo também encoraja posições como o internamento compulsório em hospitais psiquiátricos.

“Somos irredutíveis com relação a manutenção do cuidado em liberdade, da inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico, da desinstitucionalização de pessoas com sofrimento mental, da rejeição à lógica manicomial e manutenção da luta antimanicomial, do apoio e da ampliação de serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps), da promoção da cidadania e dos direitos humanos”, enfatiza a psicóloga, ratificando a posição do conselho de profissionais do qual faz parte.

Apesar de identificar benefícios da política pública de saúde mental, como a redução de inter-



Foto: Arquivo pessoal

nações psiquiátricas prolongadas, a melhora na qualidade de vida dos usuários e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, Alcira Teotônio reconhece a necessidade de mais investimentos, tanto na atenção básica — que funciona como porta de entrada para o atendimento — quanto na especializada, como os Caps. Ampliar e consolidar as equipes multiprofissionais com profissionais concursados e

melhor capacitados é uma das principais sugestões.

“A psicologia brasileira contribui ativamente para um tratamento interdisciplinar na perspectiva de um ser holístico, biopsicossocial. Nossa atuação é entrelaçada com demais profissionais da saúde mental para a atenção integral e personalizada da pessoa em sofrimento psíquico por meio de projetos terapêuticos singulares. O compromisso com a saúde mental como direito humano tem transformado a forma pela qual o sofrimento psíquico é compreendido e tratado, garantindo dignidade e respeito às pessoas em sofrimento”, destaca.

Psicóloga Alcira Teotônio é a presidente da Comissão de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, do CRP-13

PRÁTICAS INTEGRATIVAS

Psicoterapia é um meio de prevenção

Complexo hospitalar de João Pessoa oferece inovações consideradas importantes tanto quanto a medicação prescrita

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

As apostas para virar o jogo contra o modelo manicomial de saúde mental estão na prevenção. “Quando se investe muito nas práticas integrativas, na psicoterapia, nos atendimentos de psiquiatria ambulatoriais, investe-se, necessariamente, em prevenção. Não tem outro caminho: é a prevenção para evitar que as pessoas cheguem ao ponto de atingirem um quadro agudo e precisarem de uma internação psiquiátrica, de uma intervenção maior”, afirma Tércio Ramos, diretor-geral do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira. A declaração faz referência às ações do ambulatório, uma das três frentes de atuação do hospital que, ainda hoje, permanece no imaginário social paraibano como um local para loucos. Os outros dois serviços prestados pela entidade são as perícias judiciais, auxiliando o Poder Judiciário nas ações de interdição e curatela, e o pronto atendimento em saúde mental, que acolhe casos de urgências e emergências psiquiátricas.

O diretor da instituição, que leva o nome do médico baiano considerado o fundador da disciplina psiquiátrica no Brasil, reconhece que é difícil afastar-se de um estigma associado a violações que ocorriam em certos tratamentos, os quais isolavam e excluía m os pacientes do convívio social. Isso permanece, inclusive, em conversas, ainda que em sentido jocoso, que sugerem àquele que faz algo fora do padrão ser “mandado para o Juliano Moreira e jogar a chave fora”.

Para além da mudança do nome de hospital-colônia para complexo hospitalar, o trabalho de desinstitucionalização que tem sido feito envolve tanto a desospitalização dos pacientes de longa permanência, que perderam os vínculos familiares, assim como a desconstrução de saberes, discursos e práticas que concebem a loucura como algo a ser isolado e controlado.

“Quando eu cheguei ao Hospital Juliano Moreira, nós tínhamos pacientes internados há mais de 10 anos por questões sociais. Hoje, temos uma dinâmica diferente na parte hospitalar, que estabiliza o quadro de crise do paciente e o devolve para a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), que está lá fora, extramuros. Há pacientes que se internam e ficam cinco dias internados, por exemplo, e nesse período evolui de uma forma muito satisfatória e pode retornar ao convívio social sob o acompanha-

mento na rede do território, enquanto outros pacientes apresentam um curso mais arrastado da evolução da doença e precisam ficar dois ou três meses. O certo é que pacientes com internação de longa permanência, isto é, por um período superior a um ano, não existem mais no Juliano Moreira”, explica Tércio.

Entre as inovações adotadas pelo complexo hospitalar, estão a instalação de uma barbearia e de um salão de beleza, para estimular o autocuidado, assim como a realização de oficinas e práticas de atividades físicas, consideradas importantes tanto quanto a medicação prescrita pelo médico psiquiatra. A reformulação e a capacitação do quadro profissional é outra estratégia que vem contribuindo para melhorar o atendimento e quebrar o preconceito que ainda existe em relação à saúde mental, inclusive entre os próprios servidores.

O grande destaque da instituição, de acordo com seu diretor, é o Ambulatório Gutemberg Botelho, que oferece serviços de psiquiatria, psicologia, odontologia, nutrição, serviço social e práticas integrativas, todos com atendimentos por meio de demanda espontânea, com exceção do psiquiátrico. Dados do ano passado referentes ao atendimento ambulatorial mostram que as práticas integrativas foram o terceiro serviço mais procurado pelos pacientes, atrás apenas do atendimento psiquiátrico e psicológico. De janeiro a abril deste ano, o serviço contabilizou mais de três mil atendimentos, tornando-se o segundo mais buscado. Segundo Tércio Ramos, os números são reflexo da ampliação da equipe de terapeutas, que permitiu estender o horário de atendimento e beneficiar, sobretudo, pacientes do interior do estado.

Joflávia Lacerda é fonoaudióloga e atua com as práticas de ventosaterapia, auriculoterapia, reflexologia podal e laserterapia no ambulatório da instituição, que oferece, ainda, acupuntura, massoterapia, bandagem, alongamento, massagens com pedras quentes e florais. O termo “práticas integrativas” reforça o sentido do cuidado integral com o ser humano, sem se vincular ao tratamento de uma patologia específica. “A gente trata o ser humano de forma global, até porque muitos males físicos vêm de um mal emocional. Pode ser uma crise de ansiedade, questões familiares ou pessoais que, de tanto se prolongarem sem um tratamento adequado, acabam desencadeando problemas físicos”, explica a fonoaudióloga.

A profissional destaca a necessidade de integração entre as práticas, pois cada uma atua de uma forma. Para quem chega ao ambulatório pela primeira vez, a indicação de qual delas deve fazer depende da avaliação de um psicólogo, que realiza a triagem inicial e encaminha para a auriculoterapia, que utiliza basicamente sementes de mostardas, em placas fixadas em esparadrapos. A técnica pode ser associada a outras no decorrer do acompanhamento, que, normalmente, acontece uma vez por semana.

A fonoaudióloga explica, por exemplo, que a ventosaterapia, ao ajudar na liberação de toxinas, associada à auriculoterapia tende a favorecer excelentes respostas no tratamento de queixas pontuais como dor na coluna, nos dedos e nos pés, e a auxiliar no relaxamento e na qualidade do sono.

Para falar dos benefícios, ela ilustra o caso de uma paciente que chegou ao espaço apresentando sintomas de crise de ansiedade severa, como tremulação, sudorese e sem conseguir falar. “Após a sessão, que durou em torno de 35 a 40 minutos, na qual ela foi submetida à irradiação intravascular do sangue por laser (Ilib) associada à ventosaterapia, a paciente saiu mais relaxa-



Fotos: Arquivo pessoal

Segundo Tércio Ramos (acima), diretor-geral do Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, a precaução evita que as pessoas cheguem ao ponto de atingirem um quadro agudo; Joflávia Lacerda (ao lado) é fonoaudióloga que atua com as práticas de ventosaterapia, auriculoterapia, reflexologia podal e laserterapia no ambulatório da instituição



da e não tinha mais tremor, a temperatura tinha sido restabelecida, já não havia mais sudorese e falava normalmente. No início, acreditávamos até que ela tinha gagueira, porque ela não conseguia falar nenhuma palavra”, conta.

A terapeuta frisa que as práticas integrativas não substituem tratamentos psiquiátricos e psicológicos, mas os complementam, à medida que ajudam na melhoria da qualidade de vida do paciente, modulando seu humor e contribuindo para se manter mais calmo, reduzindo sintomas como agressividade e insônia. “As práticas integrativas nos lembram que o ser humano precisa de cuidado como um todo, elas reforçam a noção da nossa integralidade. A medicação vai tratar a parte do adoecimento físico, enquanto práticas integrativas auxiliam no físico como também no emocional. E isso faz diferença”, conclui Joflávia Lacerda.

A adoção dessas e de outras práticas coletivas, como a ioga e o reiki, que proporcionam bem-estar para aqueles que, costumeiramente, são associados à loucura, aproximam-se do sonho de Hannah Hokage de que ambientes para o cuidado em saúde mental se tornassem um resort. Uma nova cartada, não necessariamente a final, num jogo social que ainda encontra-se em disputa.



Fotos: Arquivo pessoal



Sessões de auriculoterapia (acima) e ventosaterapia (ao lado): alguns exemplos de atendimentos por meio de demanda espontânea realizados no Ambulatório Gutemberg Botelho, em João Pessoa



Ilustração: Bruno Chiozzi